

BIANCA AIRES IMBIRIBA DI MAIO BONENTE

**A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: NOVOS RUMOS DA DISCIPLINA**

Uberlândia
Março/2007

BIANCA AIRES IMBIRIBA DI MAIO BONENTE

**A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: NOVOS RUMOS DA DISCIPLINA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.

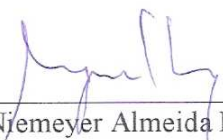
Uberlândia
Março/2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

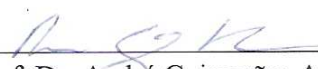
- B712e Bonente, Bianca Aires Imbiriba Di Maio, 1983-
A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica : novos
rumos da disciplina / Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente. - 2007.
103 f. : il.
- Orientador: Niemeyer Almeida Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.
1. Desenvolvimento econômico - Teses. I. Almeida Filho, Niemeyer.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título.

CDU: 330.34

Dissertação defendida e aprovada em 09 de março de 2007, pela banca examinadora:



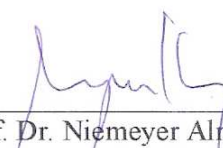
Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (IE – UFU)
Orientador



Prof. Dr. André Guimarães Augusto (IE-UFF)
Membro



Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento (IE - UFU)
Membro



Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia

*Dedico este trabalho a toda minha família, de direito e de fato.
Vocês são essenciais.*

*Dedico especialmente ao meu sobrinho Theo, que com sua
doçura e ingenuidade me faz acreditar que um mundo melhor
é possível.*

AGRADECIMENTOS

Esta talvez seja a parte mais gratificante de um trabalho que, apesar de ter sido por diversas vezes demasiado solitário, contou, direta ou indiretamente, com a colaboração de muitas pessoas. Para todos, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador Niemeyer agradeço primeiramente a atenção e dedicação dispensadas à realização deste trabalho. Agradeço enormemente pela confiança, por longas conversas e pela paciência com minhas dúvidas e inquietações. Não posso esquecer a amizade e o carinho com que sempre me tratou.

Ao professor Carlos Nascimento que, para além das contribuições ao projeto de dissertação, me acolheu como estagiária à docência durante um semestre com grande paciência e dedicação. Não poderia deixar de agradecer à turma de Desenvolvimento Socioeconômico do primeiro semestre de 2006, por me fazer enxergar as belezas e dificuldades da carreira que pretendo seguir. Aprendi muito com vocês.

Ao Professor Marcelo Carcanholo, pelas valiosas críticas ao projeto de dissertação e ao trabalho final da disciplina TED, e pelas aulas magníficas (fundamentais à elaboração desta dissertação).

Ao Professor André Guimarães que, ao longo da graduação, construiu comigo as bases para a formulação deste trabalho, e que tem me apoiado na nova etapa da minha formação que se inicia agora.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores do Mestrado em Economia da UFU, especialmente à Marisa, Germano, Vanessa, Flávio, Henrique e José Rubens. Aos demais professores que contribuíram para minha formação, muito obrigada.

À querida Vaine, obrigada por ter nos recebido tão bem, por todo o apoio operacional e emocional. Tenho você em meu coração.

Foram muitos os amigos que encontrei ao longo destes dois anos e que espero manter por toda a vida. Agradeço primeiramente à Dona Geralda, ao Seu João e ao Fabiano,

verdadeira família mineira. Às amigas Natália, Priscila, Vanessa e Dani. Aos amigos Tiago, Lima, Thiago e Henrique. Ao Wilson e sua família, que se tornaram verdadeiros “parentes”. Ao grande amigo Anderson, e sua bela família, Sandra, Marina, Hugo e Tomás. A todos os colegas das turmas de 2004, 2005 e 2006, em especial agradeço à Marisa, por suas risadas maravilhosas, Ricardo “carioca”, Ricardo José, Diana, Fernanda, Casen, Karine, Michelle, André, Fabrício, Cláudia, César, Betânea, Samanta, Alexander e Júnior.

A minha família, de fato e de direito, dedico este trabalho.

A minha mãe Thereza e a meu pai Beto pelo apoio incondicional, pelas visitas, cartas e telefonemas, pela presença constante, por todo o apoio emocional e técnico-operacional. Vocês são tudo e mais um pouco! Devo a vocês tudo que sou hoje.

A minha irmã Luciana, agradeço por tudo. Pelas injeções de ânimo constantes, por ser essa mulher maravilhosa, um exemplo de garra e determinação. Aprendi muito com você. Ao meu sobrinho Theo, por me dar mais motivos para viver. Ao meu cunhado Allan, pelas discussões quase sempre acaloradas. Você me fez querer aprender mais.

Ao amigo Eduardo, a quem dedico enorme admiração e gratidão, obrigada por ter entrado em nossas vidas, e por permanecer conosco até hoje. Obrigada por tudo que tem feito por nós ao longo deste tempo. À Madeleine, por fazer meu pai feliz e por ter se tornado uma grande amiga.

A Creuza, Elisa e toda a família Figueira, por terem me acolhido tão bem.

Palavras não são suficientes para dizer o quanto devo ao meu grande companheiro Hugo, presente em todos os momentos dessa longa jornada. Com ele compartilhei o melhor e pior de mim; minhas angústias e alegrias. Com ele tive a força necessária para seguir em frente. Sem ele, nada disso teria sido possível. Obrigada por tudo!

Mãos Dadas

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista
da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por
serafins.*

*O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os
homens presentes,
a vida presente.*
(Carlos Drummond de Andrade – Antologia Poética)

*O ensino da história se ressentia quando pouca
atenção se dispensa ao seu aspecto econômico; e a
teoria econômica se torna monótona, quando
divorciada de seu fundo histórico. A ‘Ciência triste’
continuará triste, enquanto ensinada e estudada num
vácuo histórico.*
(Leo Huberman – História da Riqueza do Homem)

RESUMO

Nasce no período do pós-guerra uma disciplina no interior da ciência econômica conhecida como Economia do Desenvolvimento. Entretanto, se por um lado o Desenvolvimento Econômico emergiu como uma temática de extremo sucesso no campo da economia, por outro, em um período relativamente curto de tempo, verifica-se o seu declínio. Como resultado desse processo, o tema do desenvolvimento se tornou mais amplo, principalmente devido à incorporação de novas temáticas. Ao substantivo “desenvolvimento” são apensados inúmeros adjetivos, conferindo ao termo uma suposta multiplicidade. Esta fragmentação interna à disciplina deu origem a uma série de subtemáticas que tornaram o campo do desenvolvimento mais complexo e difícil de ser compreendido na sua dimensão global. Lançando um olhar mais atento sobre as questões acima indicadas, o presente trabalho busca – através de um resgate da Economia do Desenvolvimento e das principais mudanças no cenário histórico mundial – explicar (1) os novos rumos da disciplina, (2) os processos que levaram à transmutação histórica da discussão de desenvolvimento econômico numa discussão fragmentada e (3) a natureza mesma desta fragmentação. Considerando as limitações próprias a um trabalho da natureza que se pretende produzir e a amplitude das correntes e teorias que podem ser enquadradas no campo do desenvolvimento econômico, as discussões sobre desenvolvimento territorial e local foram aqui eleitas como representantes da Nova Economia do Desenvolvimento, na medida em que, incorporadas ao rol das novas temáticas, evidenciam algumas das principais características da “nova” disciplina.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Econômico, Economia do Desenvolvimento, Nova Economia do Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

In the post-War period rises in Economics something known as Economic Development. However, if it is true that the Development Economics had achieved an incredible success, it is also true that it had a real short lifetime. As result of that process, the development thematic became vague, especially due to the incorporation of new themes within it. To the substantive "development" new adjectives were attached, giving to the term a pretense multiplicity. This fragmentation of the discipline originated a series of subthematics that made the development studies more complex and difficult to be understood in its global dimension. Looking more carefully at these questions, this paper seeks – by rescuing the old Development Economics and the major historical changes in the world's scenario – to explain (1) new paths in this discipline, (2) processes that lead to the historical changes of the development economics debate into a fragmented one, and (3) the nature of this fragmentation. Due the natural limitations of this work and the large number of theories in economic development field, the local and territorial development theories has been chosen as representative of the New Development Economics.

KEYWORDS

Development Economic, Economic Development, New Economic Development And Territorial Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTISMO: O FORDISMO E SUAS CRENÇAS	4
1.1. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FORDISTA	6
1.1.1. O mundo bipolarizado do pós-guerra: algumas breves considerações	6
1.1.2. O modelo de desenvolvimento fordista	10
1.2. ANTECEDENTES TEÓRICOS DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PÓS-GUERRA	17
1.3. A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	21
1.3.1. O Desenvolvementismo pelo Mundo	22
1.3.2. O Desenvolvementismo Latino-Americano	31
1.3.2.1. O Desenvolvementismo e a CEPAL	33
1.3.2.2. O Modelo de Substituição de Importações	36
1.4. NOTAS FINAIS	39
CAPÍTULO 2 – A CRISE DOS ANOS 1970 E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL: O PÓS-FORDISMO	42
2.1. A CRISE DOS ANOS 1970	44
2.1.1. Crise do desenvolvimentismo e ascensão do neoliberalismo	51
2.1.2. Reestruturação produtiva: do fordismo à acumulação flexível	57
2.2. A GLOBALIZAÇÃO, O “OCASO” DOS ESTADOS NACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS: O PÓS-FORDISMO	67
CAPÍTULO 3 – A NOVA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	71
3.1. O DECLÍNIO DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: IMPASSES TEÓRICOS E PRÁTICOS	73
3.2. A NOVA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	77
3.3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA NOVA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	80
3.3.1. A revalorização do espaço na economia	81
3.3.1.1. Desenvolvimento Local	85
3.3.1.2. Desenvolvimento Territorial	87
3.3.1.3. Desenvolvimento Territorial Rural	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Nos termos de Albert Hirschman (1982), nasce no período do pós-guerra, mais especificamente nos anos 1950, uma disciplina no interior da ciência econômica conhecida como Economia do Desenvolvimento. Entretanto, se por um lado o Desenvolvimento Econômico emergiu como uma temática de extremo sucesso no campo da economia, por outro, em um período relativamente curto de tempo, assiste-se ao seu declínio, não apenas no campo estritamente teórico, mas também na medida em que se transformara em prática e discurso político. O mesmo Hirschman, um dos responsáveis pelo interesse acadêmico e social da disciplina, em um artigo de grande repercussão sustenta que a disciplina do desenvolvimento econômico havia se esgotado.

Este período de crise na disciplina (que vai de meados dos anos 1960 a meados dos anos 1980, aproximadamente) é importante, pois nele ocorre uma mudança de paradigma do processo de acumulação de capital em nível global. Aqui a referência é às mudanças de padrão tecnológico de produção e também às que ocorrem no campo das finanças globais.

No entanto, nos anos 1980, gradualmente, volta à tona o debate sobre desenvolvimento no âmbito das agências multilaterais, sobretudo do Banco Mundial, no bojo das discussões a respeito da deterioração ambiental e da renitente presença da pobreza e da fome em nível global, não obstante a superação definitiva da incapacidade da produção de alimentos em fazer frente às necessidades humanas. Ficavam evidentes as disparidades de condições de vida. A velha noção do desenvolvimento econômico parecia limitada para dar conta da amplitude destes problemas.

O resultado desse processo é surpreendente. O tema do desenvolvimento tornou-se certamente mais amplo no conjunto das suas questões do que havia sido nos anos 1950, principalmente devido à incorporação de novas temáticas. Ao substantivo “desenvolvimento” são apensados inúmeros adjetivos, conferindo ao termo uma suposta multiplicidade. Esta fragmentação interna à disciplina deu origem, no entanto, a uma série de subtemáticas e delimitações de escala que tornaram o campo do desenvolvimento mais complexo e difícil de ser compreendido na sua dimensão global.

Fernando Henrique Cardoso (1995) faz referência a este processo de fragmentação como sendo o resultado de um mundo que havia se tornado mais complexo, no qual as discussões de desenvolvimento econômico não teriam mais lugar, sobretudo se fosse considerado o fato de que o espaço supranacional se tornava privilegiado nas discussões das ações de temporalidade mais longa. E apesar dos problemas que a atual perspectiva do desenvolvimento pode engendrar, considera o autor que tal mudança “constitui claramente um ganho”.

Lançando um olhar mais atento sobre as questões acima indicadas, o presente trabalho busca, através de um resgate da Economia do Desenvolvimento e das principais mudanças no cenário histórico mundial, explicar os novos rumos da disciplina, os processos que levaram à transmutação histórica da discussão de desenvolvimento econômico numa discussão fragmentada, nos termos apresentados acima, e a natureza mesma da fragmentação, procurando auferir uma possível lógica de composição.

Considerando as limitações próprias a um trabalho da natureza que se pretende produzir e a amplitude das correntes e teorias que podem ser enquadradas no campo do desenvolvimento econômico, as discussões sobre desenvolvimento territorial e local foram aqui eleitas como representantes desta que será aqui chamada de Nova Economia do Desenvolvimento. Esta escolha se justifica na medida em que, incorporadas ao rol das novas temáticas e tendo se projetado, em parte, como fruto dos impasses das velhas teorias do desenvolvimento, evidenciam algumas das principais características da “nova” disciplina.

Nesse sentido, o presente trabalho se estrutura em três capítulos. Em um primeiro capítulo, busca-se capturar as marcas fundamentais do pós-guerra, os antecedentes do debate sobre desenvolvimento deste período, e os principais autores e correntes representantes da disciplina que então emerge. Esse resgate da “velha” Economia do Desenvolvimento é de importância crucial, se o objetivo do presente trabalho consiste em capturar a essência da Nova Economia do Desenvolvimento.

Feito isso, o segundo capítulo é dedicado à apreensão das características fundamentais do período seguinte, o “pós-fordismo”. Isso é importante na medida em que possibilita um melhor entendimento do contexto e da função histórica desempenhada pela Nova Economia

do Desenvolvimento. Um primeiro passo na tentativa de capturar esta fase consiste justamente em mostrar alguns elementos centrais da crise que assolou grande parte da economia mundial, seu papel no declínio da ideologia desenvolvimentista, ascensão do neoliberalismo e transformação da estrutura produtiva.

O terceiro e último capítulo, dedicado à Nova Economia do Desenvolvimento, tem início pela apreensão do declínio mesmo da velha Economia do Desenvolvimento, decorrente, em parte, dos resultados concretos da aplicação das políticas de desenvolvimento gestadas na fase áurea do capitalismo no pós-guerra e, em parte, das condições sob as quais a disciplina emergiu. Depois, em uma segunda seção, procura-se discutir a Nova Economia do Desenvolvimento, tentando auferir uma possível lógica de composição da disciplina. Por fim, dedica-se a última seção ao desenvolvimento territorial, procurando verificar em que medida este debate se insere nas discussões atuais sobre desenvolvimento.

Um último ponto pertinente a esta breve introdução tem caráter essencialmente metodológico e diz respeito à opção aqui feita de capturar o caminho trilhado pela disciplina Economia do Desenvolvimento não apenas a partir de sua lógica interna, mas também através de uma recuperação das mudanças no cenário histórico mundial.

Diferentemente do que poderia parecer à primeira vista, essa escolha não decorre da crença de que das especificidades de um determinado período histórico derivam direta e unilateralmente as formas de pensamento, as formas de ver o mundo, como costumeiro no marxismo vulgar.¹ O que se defende aqui é, ao contrário, a adoção de uma perspectiva materialista-histórica, segundo a qual existe uma interação dialética entre história e teoria, uma ligação orgânica. E, nesse sentido, busca-se aqui apontar a ligação entre história concreta e pensamento, acreditando ser a apreensão deste paralelo necessária ao entendimento do objeto de estudo do presente trabalho, como se pretende mostrar nas linhas que se seguem.

¹ O marxismo vulgar teve como característica mais notável a aplicação da metáfora base/superestrutura, sendo a “base econômica”, entendida em termos não-sociais e tecnicistas, e a “superestrutura” legal, política e ideológica que a reflete ou corresponde a ela como coisas qualitativamente diferentes, esferas mais ou menos fechadas e separadas. (Wood, 2003, p.28). Em síntese, a utilização da metáfora base/superestrutura acentua a separação e o fechamento das esferas – por mais que insista na ligação de uma com a outra, ou mesmo no reflexo de uma na outra. (Wood, 2003, p.29-30).

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTISMO: O FORDISMO E SUAS CRENÇAS

Preocupações ligadas à questão da produção e reprodução do excedente econômico não datam de tempos recentes – talvez este possa ser considerado o principal objeto da análise dos autores Clássicos. No entanto, o advento do pensamento neoclássico como ortodoxia do seu tempo fez com que estas questões deixassem de nortear a produção do saber econômico, precisamente até a chegada da crise de 1929, e da subsequente grande depressão dos anos 1930. Neste ínterim foi necessário à teoria econômica oferecer uma alternativa capaz de apontar mecanismos de auxílio ao funcionamento do sistema capitalista em seus períodos de depressão – esse é um dos papéis que irá desempenhar John Maynard Keynes.

A despeito da influência exercida por todo este longo movimento teórico, o novo enfoque que emergia após a Segunda Guerra Mundial, conhecido como *Economia do Desenvolvimento*, objeto deste primeiro capítulo, apresenta peculiaridades que não permitem reduzi-lo a qualquer dos estudos anteriores (apesar de ser possível reconhecer neles características comuns). Nesse sentido, busca-se precisamente apontar estas particularidades, não por meio de uma cronologia, ou talvez de uma resenha dos autores representantes desta corrente (sendo inclusive insuficiente o aqui apresentado para este propósito), mas sim através de um entendimento do período em que nascem estas teorias. Ou seja, pretende-se apontar a peculiaridade desse enfoque em relação ao que havia sido produzido anteriormente no interior da ciência econômica, traçando um paralelo com as especificidades do período em que foram gestadas e desenvolvidas essas idéias.

Desta forma, o presente capítulo tem por finalidade capturar as marcas fundamentais deste momento, para que se possa então ter uma maior clareza das motivações e, conseqüentemente, dos desenvolvimentos teóricos deste período. Esse resgate da “velha” Economia do Desenvolvimento é de importância crucial, se o objetivo do presente trabalho consiste em capturar a essência da Nova Economia do Desenvolvimento.

Acredita-se, dessa forma, ser importante primeiramente destacar os aspectos políticos e econômicos do imediato pós-guerra, dedicando especial atenção ao modelo de desenvolvimento vigente no período, a saber, o modelo de desenvolvimento fordista. Neste

ponto, utiliza-se como base teórica de análise os estudos oferecidos pela Escola da Regulação. Composto por um núcleo de pesquisadores em sua maioria franceses, mas congregando também especialistas de nacionalidades diversas, os regulacionistas procuram, em resumo, oferecer uma atualização da economia política marxista à contemporaneidade.

Feito isso, dedica-se uma segunda seção aos antecedentes teóricos do debate sobre desenvolvimento do pós-guerra. Por fim, a última seção será inteiramente dedicada à exposição dos autores e correntes aqui eleitos representantes deste debate, e se dividirá em duas partes: uma primeira, onde se busca caracterizar parcela da Economia do Desenvolvimento composta pelos autores anglo-saxões; e, a segunda, com a qual se pretende descrever o desenvolvimentismo latino-americano.

Assim, através da sucinta exposição indicada acima, parece possível justapor a Economia do Desenvolvimento à história recente do pós-guerra.

1.1. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FORDISTA

O mundo do pós Segunda Guerra apresentou peculiaridades que não devem ser ignoradas, se o que se objetiva é analisar o novo enfoque teórico que então emerge – a Economia do Desenvolvimento. Características essenciais deste período irão, definitivamente, influir nas formas de pensamento que ganham espaço nesta ocasião – como é objetivo demonstrar na seção subsequente. Nesse sentido, a presente seção tem por finalidade capturar, em linhas gerais, as marcas fundamentais deste momento, para que se possa então ter uma maior clareza das motivações e, conseqüentemente, dos desenvolvimentos teóricos deste período.

É importante primeiramente destacar os aspectos políticos do imediato pós-guerra, ou seja, apontar algumas questões relacionadas à chamada *Guerra Fria*. Posteriormente, buscar-se-á desenvolver determinadas considerações sobre a *Era de Ouro* do capitalismo. Por fim, uma subseção será inteiramente dedicada à exposição necessária, ainda que breve, sobre o modelo de desenvolvimento vigente, a saber, o *modelo de desenvolvimento fordista*.

1.1.1. O mundo bipolarizado do pós-guerra: algumas breves considerações

A Segunda Guerra Mundial acabava de terminar, e o mundo assistia então ao começo de uma peculiar “Terceira Guerra”, a Guerra Fria. A “repartição” do mundo se dava sob um clima constante de confronto entre as duas superpotências que assim emergiam, Estados Unidos e União Soviética. Talvez a maior particularidade desta guerra, no entanto, fosse o fato de não haver, de forma objetiva, a possibilidade de se instaurar uma nova guerra mundial.² As duas potências aceitavam a distribuição desigual de forças, da seguinte maneira:

² Hobsbawm faz uma ressalva para alguns períodos em que a possibilidade da iminência de um confronto armado foi um pouco mais temida, apesar de manter, no entanto, a crença de que, objetivamente, é difícil afirmar que esta possibilidade existisse, conforme explicitado na seguinte passagem: “Provavelmente o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação formal da Doutrina Truman, em março de 1947 [...], e abril de 1951, quando o mesmo presidente americano demitiu o general Douglas MacArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coreia, que levou sua ambição militar longe demais. Esse foi o período em que o medo americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia não era de todo fantástico – afinal, em 1949 os comunistas assumiram o poder na China. Por outro lado, os EUA com quem a URSS se defrontava tinham o monopólio das armas nucleares e multiplicavam declarações de anticomunismo militantes e agressivas [...]. Além disso, de 1949 em diante a China esteve sob um governo que não apenas mergulhou imediatamente

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (Hobsbawm, 1995, p.224)

Neste contexto, entretanto, descolonizações e revoluções vieram a transformar a configuração mundial. Após a Segunda Guerra, cresce enormemente o número de Estados reconhecidos internacionalmente: na Ásia este número quintuplicou; na África, onde antes havia apenas um, passa a ter agora cerca de cinquenta; mesmo na América Latina, descolonizada desde o século XIX, emergem ao menos mais uma dúzia de repúblicas. (Hobsbawm, 1995, p.337). Precisamente estes foram os países que, mais adiante, passariam a ser chamados de “Terceiro Mundo”.³

Mesmo com a emergência deste “Terceiro Mundo”, possível foco de desestabilização da correlação de forças até então prevalecente,

[...] em poucos anos as condições para a estabilidade internacional começaram a surgir, quando ficou claro que a maioria dos novos Estados pós-coloniais, por menos que gostassem dos EUA e seu campo, não era comunista; com efeito: a maioria era anticomunista em sua política interna e “não alinhada” (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais. (Hobsbawm, 1995, p.225).

Este predomínio do não alinhamento entre os países terceiro-mundistas pode, ao menos em parte, ser explicado por ter imperado neste período uma visão de mundo mais ampla, compartilhada e aceita (portanto, hegemônica), que consolidava um ideal a ser alcançado. Definia-se um ideal de progresso, obviamente neste caso um progresso sob o modo de produção capitalista. Não se falava em Segundo Mundo: o objetivo do Terceiro era sempre chegar ao Primeiro.

E este ideal foi em grande medida sustentado pela maneira peculiar e sem precedentes com que a economia mundial, quase em sua totalidade, via-se diante de uma grande era de

numa grande guerra na Coreia, como – ao contrário de todos os outros governos – se dispunha de fato a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver. Qualquer coisa poderia acontecer”. (Hobsbawm, 1995, p.226)

³ Sobre este ponto, ressalta Hobsbawm (1995, p.349): “[...] as dezenas de Estados pós-coloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, junto com a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial, logo se [viram] agrupadas como o ‘Terceiro Mundo’ – diz-se que o termo foi cunhado em 1952 –, em contraste com o ‘Primeiro Mundo’ dos países capitalistas desenvolvidos e o ‘Segundo Mundo’ dos países desenvolvidos comunistas”.

prosperidade, mais adiante conhecida como a *Era de Ouro* do capitalismo. Sobre este período, pode-se destacar o que segue:

Não há dúvida de que o quarto de século que se seguiu à reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de prosperidade e expansão sem precedentes para a economia mundial. Entre 1950 e 1975 a renda *per capita* nos países em desenvolvimento teve um aumento médio de 3% ao ano, acelerando-se de 2% na década de 1950 para 3,4% na década de 1960. Essa taxa de crescimento foi historicamente sem precedentes nesses países e ultrapassou a que fora alcançada pelos países desenvolvidos em sua fase de industrialização (Banco Mundial 1978). Nos próprios países desenvolvidos (...) o PIB e o PIB *per capita* cresceram quase duas vezes mais depressa do que em qualquer período anterior desde 1820. A produtividade do trabalho aumentou duas vezes mais depressa do que em qualquer época, e houve uma aceleração extraordinária na taxa de crescimento do estoque de capital. O aumento desse estoque representou uma explosão de investimentos de duração e vigor sem precedentes históricos. (Glyn et al, 1990, tradução nossa)

As particularidades desta época não puderam, entretanto, ser percebidas de imediato; ao contrário, tardou até que fossem encaradas como marcas de uma fase única da história dos países capitalistas desenvolvidos.⁴ Fatores diversos podem então ser apontados como responsáveis por esta percepção, que, no geral, tendia a subdimensionar a natureza desta era:

Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela não foi tão revolucionária assim. Simplesmente continuaram a expansão dos anos da guerra, que [...] foram singularmente bondosos com aquele país. [...] Além disso, considerando o tamanho e avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países que partiram de uma base bem menor. (Hobsbawm, 1995, p.254).

Apesar de fenômeno mundial, tem-se consciência nos dias atuais de que “[...] a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos”. (Hobsbawm, 1995, p.255). Com esta afirmativa, pretende-se apenas caracterizar uma não equivalência entre os benefícios desfrutados neste período pelos diferentes países, principalmente entre os que compõem o chamado Primeiro Mundo em oposição ao Terceiro. É claro que os frutos desta era foram efetivamente mais aproveitados pelos primeiros, e, embora não tenham os países subdesenvolvidos alcançado níveis de desenvolvimento tão altos, foram todos sem dúvida beneficiados neste período, bastando para esta constatação que se faça uma análise

⁴ Esta afirmação, no entanto, não é de todo consensual, conforme pode ser visto, por exemplo, nas palavras de Arrighi (1996, p.307): “Não há dúvida de que, nessa época, o ritmo de expansão da economia mundial capitalista como um todo foi excepcional, segundo os padrões históricos. Se foi também a melhor de todas as épocas para o capitalismo histórico, de modo a justificar sua denominação de ‘a idade de ouro do capitalismo’, é uma outra questão”.

comparativa entre o período pré e pós-fordista no que tange ao desenvolvimento de parte dos países subdesenvolvidos.

O que se pretende aqui apontar com estas breves apreciações é a tônica deste período, que evidencia ao observador, sem sombra de dúvidas, a preponderância do modo capitalista sob a hegemonia norte-americana.⁵ Conforme destaca Hobsbawm:

De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes; por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de sociedade industrial capitalista. E de certa forma era mesmo. A era do automóvel há muito chegara à América do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e, mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas, enquanto o combustível barato fazia do caminhão e do ônibus o grande meio de transporte na maior parte do globo. [...] Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford se espalhou para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista se ampliava para novos tipos de produção [...]. Bens e serviços, antes restritos à minoria, eram agora produzidos para um mercado de massa. (Hobsbawm, 1995, p.259).

Vê-se, então, primeiramente, como, apesar da bipolarização, a parcela capitalista do globo terrestre exercia forte predomínio nesta etapa sem precedentes de crescimento econômico; mais que isso, a sociedade americana, tomada como *a* sociedade capitalista ideal, representou a ponta de lança desta fase, exercendo sobre boa parte, se não sobre todo, do mundo capitalista (tanto do “Primeiro” quanto do “Terceiro Mundo”) sua hegemonia.⁶

Para que se torne mais claro o entendimento de todo este processo, faz-se necessário, então, passar a uma breve descrição do que efetivamente consistiu este *modelo de desenvolvimento fordista* – responsável em grande medida pelas mudanças mais evidentes deste período – tal como entendido e conceituado pela Escola da Regulação.

⁵ Utiliza-se aqui o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci e apropriado pelos teóricos dos ciclos sistêmicos, que “se refere especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. [...] Esse poder é algo maior e diferente da dominação pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’”. (Arrighi, 1996, p.27). Vale notar que para estes teóricos, a hegemonia americana começa a se consolidar ainda no final do século XIX, quando entra em declínio a hegemonia britânica.

⁶ Ainda sobre a hegemonia norte-americana, ressalta Dreifuss (1986, p.81): “Durante duas décadas, após a 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos foram bem sucedidos na preservação da sua Grande Área de influência, por meio da subordinação dos demais países do eixo norte-norte capitalista ao consenso global estratégico pautado pelos norte-americanos”.

1.1.2. O modelo de desenvolvimento fordista

Conforme se buscou indicar anteriormente, após a II Guerra Mundial, mais especificamente no período que vai de 1945 a 1973, o grande ciclo expansivo capitalista foi baseado predominantemente no modelo de desenvolvimento fordista, e, nesse sentido, torna-se necessário defini-lo ao menos em termos gerais. Mas antes de prosseguir com estas considerações, alguns esclarecimentos devem ser feitos quanto aos aspectos metodológicos envolvidos na utilização do conceito *fordismo*.

Primeiramente, é necessário ressaltar que o termo fordismo deve ser encarado como resultado de sistematizações parciais da realidade. Dessa forma, uma importante distinção vem à tona, aquela entre o *ser em si* das coisas, ou do objeto que se pretende capturar – que existe independentemente do conhecimento (correto ou falso) a respeito deste – e o método de capturá-lo no pensamento. Com isso, além de apontar esta diferenciação, afirma-se aqui a prioridade ontológica do ser em relação ao mero conhecimento.⁷

Dito isso, é possível então passar à análise da forma de proceder do pensamento que oferece Marx em seu *Método da Economia Política*, para um conhecimento objetivo da realidade. De uma forma geral, este método pode ser descrito da seguinte maneira: ao tratar, por exemplo, de quando se pretende estudar um determinado país, do ponto de vista da Economia Política, diz Marx que

se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (Marx, 1982, p.14).

Com isso, aponta Marx para a “dupla via” a ser seguida pelo pensamento, se é objetivo capturar o real, o “concreto”. Neste mesmo sentido segue Marx:

⁷ Afirmar a prioridade ontológica de uma categoria em relação à outra não significa, de modo algum, empregar um juízo, ou hierarquia, de valor; significa apenas que “a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”. (Lukács, 1979, p.40). No sentido utilizado acima, o ser existe independente do nosso conhecimento sobre ele, enquanto, em termos ontológicos, o conhecimento só pode existir se referido a um objeto.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto. (Marx, 1982, p.14).

É precisamente desta forma que o termo *fordismo* é aqui entendido, como uma representação da realidade, como *concreto pensado*, no qual não estão contidas todas as características do objeto, mas com o qual se pretende dar conta da totalidade (do concreto). Nesse sentido, portanto, é utilizado apenas de maneira a facilitar a apreensão e explicação da realidade.

Após estas breves considerações é possível passar à análise do fordismo como *modelo de desenvolvimento*, capturado através do método que se pretendeu explicitar acima. De uma forma geral, o fordismo pode ser decomposto em três planos: primeiro, como princípio geral da organização do trabalho; segundo, como regime de acumulação; e, por fim, como modo de regulação.

Como *princípio geral da organização do trabalho*, o fordismo é o taylorismo dotado de maior mecanização. Esta afirmação suscita que anteriormente seja definido taylorismo, para que, então, se possa compreender como se dá sua expansão a um “taylorismo mecanizado”. Por taylorismo, entende-se a nítida separação entre a formulação e execução do processo produtivo. O ponto fundamental da idéia concebida por Taylor era aumentar a produtividade através de novas normas de trabalho, em uma espécie de racionalização da produção, “fundada numa separação cada vez mais nítida entre os ‘idealizadores e organizadores’ da produção (os engenheiros e técnicos do departamento de organização e método) e os ‘executantes’: os trabalhadores manuais”. (Lipietz, 1991, p.29). Desta forma, o trabalhador assalariado deixa de ter o controle direto sobre o processo de produção:

[Por um lado] o controle trabalhador dos modos operacionais é substituído pelo que se poderia chamar um “conjunto de gestos” *de produção* concebidos e preparados pela direção da empresa e cujo atendimento é vigiado por ela. [Por outro] está assegurado um *formidável acréscimo da produtividade e, sobretudo, da intensidade do trabalho*. (Coriat, 1992, p.36, tradução nossa).

A dilatação deste taylorismo é precisamente o que caracteriza o período aqui analisado. Primeiramente, pode-se argumentar que esta expansão foi, em parte, *extensiva*, dada pela propagação dos métodos tayloristas de trabalho para outros setores e serviços da sociedade.⁸ No entanto, a segunda, e talvez a mais importante, expansão do taylorismo se deu de forma *intensiva*, através da mecanização.⁹

Este alto grau de mecanização cria então as bases para o último aspecto do “paradigma tecnológico” fordista a ser aqui ressaltado, a saber, a transformação da produção em uma produção em série de mercadorias padronizadas. Com isso, pode-se compreender a paralela transformação do consumo em um consumo de massa, como se pretende apontar adiante.

Como *regime de acumulação*, pode-se assegurar que o fordismo implicou “transformação conjunta e compatível das normas de produção e de consumo”, (Lipietz, 1989, p.20) característica de todo e qualquer regime de acumulação. Pela própria definição:

Chama-se *regime de acumulação* o modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção e de consumo. Esse regime pode ser descrito como o dado interativo da produção das seções ou dos ramos produtivos e da demanda correspondente: o que se chama esquema de reprodução ou estrutura macroeconômica. (Lipietz, 1989, p.20).

Entendido desta forma, para que a acumulação esteja em regime é necessário que haja compatibilidade, no sentido de interação, entre as condições de produção e de consumo; caso contrário, está posta a crise. Estas seriam, então, as características gerais de um regime de acumulação. Tratando em termos mais específicos do regime fordista, conforme se pretendeu apontar anteriormente, a forma de produção seguia o método taylorista acompanhado de maior mecanização, enquanto o modo de consumo era o do consumo em massa. Dentro destas

⁸ Conforme expresso nesta passagem: “A proporção dos trabalhadores que trabalhavam por conta própria, dessa forma não sendo diretamente sujeitos aos métodos Tayloristas de controle no local de trabalho, caiu de 34 por cento do total de empregos em 1954 para 17 por cento em 1973. A razão mais importante para isso foi a queda no número de trabalhadores na agricultura. Empregos industriais (tradicionalmente o coração do Taylorismo) subiram menos que os em serviços, mas os princípios Tayloristas foram expandidos para muitos setores de serviços também”. (Glyn et al, 1990, tradução nossa).

⁹ Sobre as principais características e peculiaridades desse fato, afirma Glyn: “O exemplo clássico, e o símbolo da produção em massa do pós-guerra, é a linha de montagem de automóveis onde as operações exigidas dos trabalhadores e o tempo permitido a eles para realizá-las são ditados, mecanicamente, pela maquinaria. [...] Mecanização não foi, é claro, um fenômeno novo, mas a taxa sem precedentes com que isso ocorreu durante o período do pós-guerra justifica a caracterização do *sistema de produção da era de ouro como uma combinação qualitativamente distinta de Taylorismo e mecanização*”. (Glyn et al, 1990, tradução nossa).

especificidades, a interação ou compatibilização era possível, na medida em que “[...] os ganhos resultantes de seus princípios de organização tivessem sua contrapartida, por um lado, no crescimento dos investimentos financiados pelos lucros e, por outro, no poder de compra dos trabalhadores assalariados”. (Lipietz, 1997, p.81).

A esta altura talvez caiba um pequeno parêntese para uma questão: como explicar que, ao contrário do que afirmava Marx, o desenvolvimento das forças produtivas, característica inerente ao modo de produção capitalista e evidente durante este período, não levou à queda da taxa de lucro, conforme previsto pela famosa Lei da Queda da Taxa de Lucro? Marx teria se equivocado?

Nos termos marxistas, pode-se mesmo argumentar que o crescimento do volume de produção, e, conseqüentemente, da quantidade de meios de produção utilizados em relação ao número de trabalhadores fez crescer a composição orgânica do capital (crescimento este que é apenas forma de expressar-se do progresso técnico). Disso resultaria que

a massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa de meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas, essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro, que por conseqüência tem de ir diminuindo. (Marx, 1974, p.243).

No entanto, com este argumento, esquece-se de que em Marx a queda da taxa média de lucro é apresentada como uma tendência, que, portanto, comporta contratendências – e este é especificamente o caso fordista, aquele em que as contratendências se sobrepõem às tendências. Antes que se possa apontá-las, no entanto, é necessário precisar a distinção entre os conceitos marxianos de “composição técnica” e “composição em valor” – dois aspectos sob os quais deve ser apreciada a composição do capital.

A composição técnica é “determinada pela relação entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados”; (Marx, 2001, p.715) enquanto a composição em valor é “determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho”. (Ibid, p.715). A correlação entre estas, chamada “composição orgânica do capital”, expressa

“a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete modificações desta”. (Ibid, p.715).

No período fordista, entretanto, operando contratendências, apesar de aumentar a quantidade de meios de produção em relação ao número de trabalhadores, o aumento de produtividade no departamento I (responsável pela produção das mercadorias que entram no consumo produtivo) faz cair seu valor unitário, quase como uma compensação que mantém o valor dos meios de produção (capital constante) estável. Da mesma forma, a diminuição do número de trabalhadores necessários é compensada pelo aumento proporcional dos salários individuais, o que por sua vez mantém o valor da força de trabalho (capital variável) em certa estabilidade. Neste sentido, apesar de haver aumentado a composição técnica, não houve um reflexo correspondente na composição em valor, mantendo inalterada a composição orgânica do capital. Explica-se assim que os motivos que mantêm a composição em valor inalterada, e, portanto, a composição orgânica, são em essência fatores contrários à lei de tendência à queda da taxa de lucro.

No mais, explicitados os movimentos do capital constante e do capital variável, são ainda necessárias algumas breves considerações sobre o movimento da mais-valia, também parte componente da taxa média de lucro. Para uma melhor compreensão deste processo, recorre-se aqui a um exemplo de Marx:

Configurem-se, inicialmente, em $20v$ de $80c+20v+20m$, os salários de 20 trabalhadores, com uma jornada de 10 horas. Se o salário de cada um subir de 1 para $1\frac{1}{4}$, os $20v$ darão para pagar apenas 16, em vez de 20. Se os 20 em 200 horas de trabalho produzem um valor de 40, os 16 numa jornada de 10 horas, isto é, num total de 160 horas de trabalho, produzirão um valor de 32. Descontados daí $20v$ para salários, restarão 12 para a mais-valia; a taxa de mais-valia terá caído de 100% para 60%. Mas, para que a taxa de mais-valia permaneça constante de acordo com o pressuposto estabelecido, é mister que a jornada aumente de $\frac{1}{4}$, passando de 10 para $12\frac{1}{2}$ horas. Se os 20 trabalhadores numa jornada de 10 horas, ou seja, em 200 horas de trabalho, produzem um valor de 40, 16 trabalhadores numa jornada de $12\frac{1}{2}$ horas, ou seja em 20 horas, produzem o mesmo valor, de modo que o capital $80c+20v$ forneceria, como dantes, mais-valia de 20. (Marx, 1974, p.68).

Para que o caso fordista seja aí plenamente reconhecido, basta simplesmente que se troque o aumento na jornada de trabalho pelo aumento da intensidade do trabalho, e tudo mais permanece como antes.

Dessa exposição, pretende-se apenas destacar o fato de ter sido a manutenção, ou até em certos casos o aumento, da taxa média de lucro parte necessária para que o compromisso fordista permanecesse durante o período em que a acumulação esteve em regime, ou seja, até o momento de sua crise.

Por fim, para que esteja completa a análise do fordismo, algumas breves considerações devem ser feitas sobre o entendimento do fordismo como *modo de regulação*. Partindo da própria definição, um modo de regulação

é a combinação dos mecanismos que efetuam o ajuste dos comportamentos contraditórios, conflituosos, dos indivíduos, aos princípios coletivos do regime de acumulação. Essas formas de ajuste são, antes de tudo, apenas o costume, a disponibilidade dos empresários, dos assalariados, de se conformar a esses princípios, por reconhecê-los (mesmo a contragosto) como válidos ou lógicos. E há, sobretudo, formas institucionalizadas: as regras do mercado, a legislação social, a moeda, as redes financeiras. Essas formas institucionalizadas podem vir do Estado (leis, circulares, o orçamento público), ser privadas (as convenções coletivas) ou semipúblicas (a previdência social de tipo francês). (Lipietz, 1991, p.28).

Pode ser observado, então, que este ponto envolve, em toda sua complexidade, aspectos os mais diversos. No entanto, buscar-se-á aqui apenas tratar a relação salarial, acreditando ser esta em grande medida também responsável pela manutenção do “compromisso fordista”. Em termos gerais, pode-se afirmar que o fordismo implicou a contratualização a longo prazo desta relação, além da socialização das rendas através do Estado de bem-estar.

O primeiro aspecto, a rigidez do contrato salarial, “remete aos aspectos ‘externos’ da relação salarial, ao laço entre as firmas e a mão-de-obra que procura empregar-se e receber sua remuneração”. (Lipietz, 1997, p.83). O segundo, talvez mais complexo, exige algumas considerações adicionais.

Postas as novas condições de acumulação do capital e as mudanças que elas acarretam sobre as normas de consumo dos trabalhadores, suprem, a uma demanda social, as formas de salário indireto, ou seja, as formas de seguridade social.

Para começar essa breve análise do salário indireto, deve-se antes precisar as diferenças existentes entre os mecanismos de seguridade e o assistencialismo. Esses dois aparatos, que têm em seu início um caráter privado, acabam por ser constantemente confundidos após sua incorporação ao rol das funções públicas no Estado de bem-estar. São,

no entanto, fundamentalmente diferentes: enquanto a assistência – que se apresentava inicialmente como pura caridade – não exige nenhum tipo de contrapartida, a seguridade é diretamente vinculada ao trabalho em seus dois extremos – é financiada pelas contribuições do trabalho e só beneficia aqueles que vendem ou vendiam sua força de trabalho (aposentados, acidentados e desempregados). Assim, é importante perceber o papel que tem o seguro social em generalizar a relação de assalariamento, na medida em que só tem acesso a ele quem participa dessa relação.

Foi dito anteriormente que a seguridade teve sua gênese em âmbito privado e que sua generalização atendia a uma demanda da sociedade. Essa transição é atribuída às novas características da sociedade que nascem com as mudanças nas normas de produção, consumo e trabalho. Nesta sociedade, laços familiares, por exemplo, são em muito dissolutos; portanto, deve ser social a responsabilidade sobre os trabalhadores inativos. E não é por menos que passará ao Estado, que há de se erigir sobre essas bases, o Estado de bem-estar, a função de intermediar a transição de renda entre trabalhadores ativos e inativos. Neste ponto, é conveniente desmistificar algumas interpretações acerca dessa intermediação como fonte de desequilíbrio estatal, pois, conforme apontado, a seguridade social é um benefício dado aos trabalhadores inativos, mas que requer como contrapartida uma contribuição que pode ser até tri-repartida entre empregadores, trabalhadores ativos e Estado. Neste esquema, caberia ao Estado, fundamentalmente, a tarefa de arrecadar em um extremo e repassar ao outro.

Finaliza-se assim, com a análise deste último aspecto do modelo de desenvolvimento fordista, a caracterização geral deste período, que, sob um modo único de repartição do mundo entre países capitalistas avançados, socialistas e países capitalistas atrasados, apresenta um crescimento econômico sem precedentes fundado, mesmo que parcialmente (sendo o caso clássico apenas o americano), neste novo modelo de desenvolvimento que se buscou aqui caracterizar. No geral, espera-se ter contribuído de alguma forma para o entendimento do período em questão, necessário para que então se possa passar à análise da forma peculiar de ver o mundo emergente na teoria econômica, a Economia do Desenvolvimento.

1.2. ANTECEDENTES TEÓRICOS DO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PÓS-GUERRA

Conforme havia sido indicado ao longo do item precedente, no bojo das transformações do mundo contemporâneo emerge um novo enfoque teórico, a chamada *Economia do Desenvolvimento*. Porém, é importante destacar, antes de tudo, os antecedentes e bases teóricas de todo o debate sobre desenvolvimento econômico do período pós-guerra. Sem pretender esgotar o assunto, algumas breves considerações são suficientes, se a finalidade consiste apenas em apontar sob quais aspectos é possível afirmar a origem da Economia do Desenvolvimento, ainda nos primeiros escritos dos autores que constituem a escola de pensamento clássica.¹⁰

Seria suficiente destacar que preocupações ligadas à questão da produção e reprodução do excedente econômico não datam de tempos recentes – e esse aspecto da produção do saber econômico é precisamente o que diferencia os pensadores clássicos. Apesar de oferecerem um ponto de vista distinto do que posteriormente viria à tona com os teóricos desenvolvimentistas, esses autores buscavam compreender as causas e os mecanismos responsáveis pelo crescimento econômico. Como ressalta Baran:

Lembramos que um grande interesse pelo problema do desenvolvimento econômico não constitui, de forma alguma, novidade sem precedente no campo da Economia Política. Desenvolvimento econômico foi o tema central da Economia clássica, como nos indicam o título e o conteúdo da obra pioneira de Adam Smith. Numerosas gerações de economistas, a despeito dos títulos que deram a suas obras, preocuparam-se, também, em analisar as forças determinantes do progresso econômico. (Baran, 1977, p.50).

¹⁰ Cabe aqui uma ressalva sobre o que realmente se entende por *Escola Clássica*. Como observa Delfaud, os autores Clássicos “compartilham, quanto ao essencial, de uma mesma interpretação do capitalismo liberal, mas nem por isso se poderá afirmar que constituem uma ‘escola’, no sentido estrito da palavra [...] em primeiro lugar porque seus trabalhos, ao desenvolverem-se ao longo de três quartos de século e, portanto, de várias gerações, não teriam podido encontrar a unidade propiciada pelo agrupamento em torno de um líder incontestado [...]. Em seguida, porque nenhum lugar significativo – como uma universidade – contribuiu para reunir mesmo aqueles que eram contemporâneos, a despeito de algumas viagens e de trocas de correspondências mais ou menos continuadas. Finalmente, porque as análises deles são, com frequência, divergentes [...]”. (Delfaud, 1987, p.17). Os autores mais representativos desta “Escola” Clássica são Adam Smith, David Ricardo, J. B. Say, Malthus e John Stuart Mill.

E como não poderia deixar de ser, o surgimento de pensadores preocupados com essas questões possui uma ligação direta com o contexto histórico em que se inseriam estes autores. Segundo Fiori,

não é necessário ser materialista para reconhecer a importância decisiva que teve o avanço das forças produtivas promovido pelo capitalismo industrial no surgimento da consciência do desenvolvimento e de todas as utopias ligadas à idéia de progresso material e homogeneização social. Não é casual que tenha sido só naquele contexto peculiar ao mundo europeu que tenha nascido uma ciência voltada exclusivamente para a investigação da natureza e causas da riqueza das nações. Uma “economia política” que, ao explicar o movimento de longo prazo da acumulação do capital, transformou-se na primeira versão naquilo que mais tarde se chamou – talvez tautologicamente – de “economia do desenvolvimento”. (Fiori, 1999, p.14).

Não tardou muito, no entanto, para que essas questões fossem, de uma forma geral, excluídas do centro da análise econômica,¹¹ e isso se dá precisamente com a chegada do pensamento neoclássico ao posto de ortodoxia em seu tempo – a publicação, em 1890, dos *Princípios de Economia* de Alfred Marshall representa, neste sentido, um marco. Neste período, os economistas sistematizavam e refinavam as análises do equilíbrio econômico, produzido a partir da interação entre indivíduos de agires auto-interessados, desde que fosse garantido o pleno funcionamento do livre mercado.¹²

E este estado de coisas na ciência econômica permaneceria desta forma, não fosse a teoria neoclássica, já no princípio do século XX, surpreendida pelas transformações no sistema capitalista e suas conseqüências, não vislumbradas, ou, mais ainda, nem mencionadas, pelos teóricos desta tradição¹³ – que, neste ínterim, viram-se impelidos a desenvolver explicações e

¹¹ Como ressalta Baran (1977, p.52): “Assim que o capitalismo se estabeleceu completamente e a ordem econômica social burguesa se firmou, esta ordem foi, ‘consciente ou inconscientemente’, aceita como a ‘estação terminal’ da História e cessou toda a discussão sobre o fenômeno da mudança econômica e social”.

¹² O problema econômico da tradição neoclássica podia ser reduzido fundamentalmente à seguinte questão: “Como se faz, no âmbito do sistema econômico, a compatibilização de todas essas escolhas individuais? A compatibilização se faz pelo mercado, tendo os preços como sinalizadores da escassez e motivadores de realocação e mudança nas decisões individuais. Os indivíduos estarão alterando suas escolhas até que se atinja o equilíbrio dos agentes e do sistema, correspondente à maximização das funções objetivas dos indivíduos”. (Kerstenetzky, 1996, p.15).

¹³ Sobre este aspecto observa Baran (1977, p.55): “Assim devia ter permanecido a situação, com o desenvolvimento econômico relegado ao ‘submundo’ do pensamento econômico e social, não tivesse o processo histórico, em poucas décadas, alterado radicalmente todo o nosso panorama social, político e intelectual. Enquanto os economistas neoclássicos preocupavam-se em refinar a análise estática do equilíbrio e em elaborar argumentos adicionais destinados a provar a viabilidade e a harmonia intrínseca do sistema capitalista, o capitalismo passava por profundas transformações”.

instrumentos capazes dar conta das novas estruturas de mercado que então emergiam, diferentes da concorrência perfeita, única presente até então em seu arcabouço teórico.¹⁴ Este trabalho foi desempenhado inicialmente por três autores, a saber, Piero Sraffa, Joan Robinson e Edward Chamberlin, que sistematizaram, os dois últimos respectivamente, as teorias da concorrência imperfeita e da concorrência monopolística.¹⁵

Porém, com a Grande Depressão da década de 1930, pode-se efetivamente declarar o fim da hegemonia liberal sob todos os aspectos, não apenas no que tange à produção do saber econômico.¹⁶ Mesmo as contribuições posteriores (mencionadas acima) não foram capazes de abarcar os problemas efetivos da realidade social, carecendo, neste contexto, de uma alternativa teórica capaz de oferecer mecanismos de auxílio ao funcionamento do sistema capitalista em seus períodos de depressão – e é precisamente este o papel que irá desempenhar John Maynard Keynes e a publicação, em 1936, de sua *Teoria Geral*.

Segundo a nova ótica keynesiana, as forças de mercado, deixadas a si mesmas, estariam longe de promover a alocação ótima de recursos, causando, pelo contrário, capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Neste contexto, fazia-se necessária a intervenção mais decidida do Estado na economia, não mais apenas enquanto administrador da coisa pública (defesa, educação, justiça, etc.) ou mero regulador das atividades privadas, mas também enquanto agente direto da produção, aumentando os investimentos e gastos da sociedade (tidos como insuficientes no capitalismo avançado), privilegiando determinados setores em detrimento de outros, enfim, orientando a estrutura econômica para uma produção mais equilibrada. (Mantega, 1990, p.25).

Com isso, Keynes lança as bases para o intervencionismo econômico – oposição mais fecunda ao liberalismo no período – que terá amplo circuito no interior da Economia do Desenvolvimento.

No entanto, as teorias do desenvolvimento que terão lugar no período posterior à Segunda Guerra, apesar de se apropriarem dos princípios, proposições e conceitos oferecidos por Keynes, apresentam peculiaridades que permitem pronunciar a existência de um *novo enfoque teórico*. A Economia do Desenvolvimento buscou, tendo em vista o sucesso da

¹⁴ Na realidade, a estrutura de mercado a que se referia Marshall possuía as características essenciais da concorrência perfeita tal qual entendida nos tempos atuais, mas a denominação e a definição canônica só viriam mais tarde com os estudos de Pigou.

¹⁵ Sobre a contribuição destes autores à teoria marshalliana, ver Deane (1980)

¹⁶ Para detalhes sobre esta afirmação ver Hobsbawm (1995), capítulo 4: a *queda do liberalismo*.

“revolução keynesiana”, firmar-se como um corpo de análise e de política econômica independente.¹⁷

A principal distinção a ser feita diz respeito à emergência de um novo conceito, não presente em nenhuma das abordagens apontadas acima: o conceito de *subdesenvolvimento*. Como este será definido? Isso dependerá das especificidades de cada corrente ou autor. Mas, o seu surgimento em si, sem qualquer consideração adicional, já diz muito sobre a realidade social do período – somente quando formações sociais as mais diversas se vêem colonizadas pelo capital pode surgir um conceito como este, que busca, em essência, definir estes países como formações capitalistas não desenvolvidas, ou melhor, como formações capitalistas em sua incompletude (o que pressupõe em termos lógicos a afirmação anterior da existência do que é completo).

Neste sentido, a passagem do estudo sobre a causa da riqueza das nações, presente nos autores clássicos, à causa da pobreza das nações, presente nos teóricos do desenvolvimento, é de fato a marca deste enfoque teórico – que com a prosperidade econômica norte-americana do pós-guerra adquire um papel central no debate sobre as causas e soluções para o subdesenvolvimento, porém com considerações e arcabouço teóricos diferentes dos estudos precedentes, conforme se tentou salientar ao longo desta breve seção.

¹⁷ Como afirma Hirschman (1982, p.9): “a Economia do Desenvolvimento tirou partido do descrédito sem precedentes da economia ortodoxa, como resultado da grande depressão dos anos trinta e do ataque igualmente inédito à ortodoxia, proveniente do próprio *establishment* econômico”.

1.3. A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

Em primeiro lugar, é proeminente a necessidade de caracterizar o que efetivamente se entende aqui por *Economia do Desenvolvimento*. Como não é objetivo do presente trabalho produzir um apanhado das teorias de desenvolvimento do período – já realizado em diversas obras de referência –, este conceito será apropriado na medida em que representa um esforço de síntese, capaz de abarcar parte do pensamento anglo-saxão e dos autores latino-americanos da CEPAL como componentes representativos dessa onda desenvolvimentista que tomou conta do pensamento econômico mundial.¹⁸

Como é notório, porém, estes autores não constituíram de forma alguma um grupo homogêneo; ao contrário, divergência havia quanto aos principais temas abordados:

Se todos os teóricos do desenvolvimento compartilharam a necessidade de uma teoria específica para as economias dos países atrasados, nunca estiveram de acordo com relação à teoria de Ricardo sobre as vantagens comparativas no comércio internacional, nem tampouco sobre a identificação e hierarquização dos “fatores internos” que poderiam ser os grandes obstáculos ou estímulos ao desenvolvimento das economias atrasadas. E se todos compartilharam igualmente a defesa do intervencionismo estatal, jamais estiveram de acordo sobre a natureza hierárquica e competitiva da ordem política e econômica internacional. (Fiori, 1999, p.25).

Essas e outras características podem ser encontradas nos trabalhos pioneiros de Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurkse, influenciados fundamentalmente pelo conceito subjacente ao modelo Harrod-Domar de “crescimento equilibrado”. Walter Rostow e Artur Lewis seguem a mesma linha e, sob alguns aspectos, vão além dos antecessores. Uma crítica a esta noção de crescimento equilibrado é fornecida por Gunnar Myrdal e Albert Hirschman, que se destacam em sua época com a tese da “causação cumulativa” e do “crescimento desequilibrado” – e, neste sentido, são autores marcados pela maior proximidade ao estruturalismo latino-americano.

Em uma tentativa de melhor capturar a essência dessas teorias, sem pretender esgotar o assunto, faz-se necessário uma análise um pouco mais detida de alguns teóricos considerados

¹⁸ Nesse sentido, destaca Fiori (1999, p.25): “[...] não há como desconhecer que na época áurea do otimismo desenvolvimentista – durante a década de 1950 – foi a ‘economia do desenvolvimento’ que ocupou, de fato, o lugar central na discussão teórica, dentro e fora da América Latina, sobre a natureza e as causas do atraso econômico e sobre as virtudes e potencialidades da industrialização como caminho preferencial de superação do subdesenvolvimento”.

representantes dessas três vertentes do pensamento anglo-saxão. A corrente denominada estruturalista, que se refere ao pensamento social latino-americano, será abordada mais adiante, devido as suas peculiaridades.

1.3.1. O Desenvolvimentismo pelo Mundo

Conforme indicado anteriormente, a Economia do Desenvolvimento, apesar de ter se constituído como corpo teórico independente, utilizou vários conceitos keynesianos. Um primeiro exemplo desta influência pode ser vista ainda nos trabalhos pioneiros de Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurkse, que irão definir o *subemprego* como a característica básica do subdesenvolvimento.¹⁹

Mais especificamente, Nurkse, na busca pelos mecanismos que condicionam determinada economia a um estado de subdesenvolvimento, vincula esta problemática fundamentalmente à formação de capital,²⁰ sendo este fator capaz de diferenciar países desenvolvidos de subdesenvolvidos, conforme fica explícito nesta passagem: “As chamadas ‘áreas subdesenvolvidas’ em confronto com as avançadas, são aquelas que se encontram subequipadas de capital em relação à sua população e recursos naturais”. (Nurkse, 1957, p.3).. No entanto, esta formação de capital está sujeita à ação de forças circulares que agem no sentido de manter as economias em um “estado de equilíbrio de subdesenvolvimento”. Esse mecanismo ficou conhecido como *círculo vicioso da pobreza*, existente tanto pelo lado da oferta de capital como pelo lado da demanda.²¹

¹⁹ Como ressalta Hirschman (1982, p.10): “A ênfase no *subemprego* rural era similar à preocupação keynesiana com o *desemprego*, o suficiente para dar aos pioneiros uma sensação altamente calorizada de afinidade com o sistema keynesiano”.

²⁰ A “formação de capital” deve ser entendida aqui como um processo que ocorre quando uma dada sociedade não destina toda sua capacidade produtiva à produção de bens de consumo, ou seja, parte desta é empregada à produção de bens de produção.

²¹ Exemplificando essa concepção de “circulo vicioso da pobreza” diz Nurkse (1957, p.7): “um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transposta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre”.

Aqui também fica evidente um outro paralelo: assim como Keynes havia elaborado uma teoria do equilíbrio macroeconômico em condições de desemprego, o círculo vicioso da pobreza consiste também em um estado de equilíbrio, que pode prevalecer sob condições de subemprego generalizado.

Analisando o lado da oferta de capital, a baixa produtividade leva a um baixo nível de renda real, do que resulta uma pequena capacidade para poupar; ao voltar-se para a demanda, como na oferta, a baixa produtividade leva a um baixo poder de compra da população, o que por sua vez impede que se promova um estímulo consistente ao investimento. Lançando um olhar mais atento sobre a demanda de capital, o autor observa como esta está intrinsecamente ligada ao tamanho do mercado. Portanto, a única alternativa capaz de romper este o círculo que leva ao baixo estímulo a investir seria, a despeito do que podem crer muitos (ressalva esta feita pelo autor), através do aumento da produtividade, dado que, em última instância, é a produtividade o fator determinante do tamanho do mercado.

Para tal, o mecanismo indicado vem do conceito, subjacente às idéias de Nurkse, de “crescimento equilibrado”,²² possível apenas no momento em que ocorresse um aumento generalizado de produtividade. Nas palavras de John Stuart Mill (apud Nurkse, 1957, p.15), a quem recorre o autor: “Se todo aumento de produção for distribuído, sem erros de cálculo, entre todas as espécies de produtos na proporção em que o interesse particular o exigisse, criaria, ou melhor, construiria sua própria demanda”.

Interessados fundamentalmente nos fins, os meios para atingir esse desenvolvimento – se atingidos através da participação do Estado ou deixado ao sabor das forças do mercado, ou seja, dos empresários privados – não são considerados passíveis de maiores considerações, dado seu caráter relativo, variante de sociedade para sociedade. Como destaca Nurkse (1969,

²² O conceito de crescimento equilibrado é entendido, de uma forma geral, como um estado em que todas as variáveis crescem à mesma taxa constante ou não crescem. Porém, no interior de cada modelo explicativo este conceito tomará formas diferentes, que não serão aqui tratadas em pormenores, sendo pertinente apenas ressaltar que, no interior do modelo Harrod-Domar, o crescimento equilibrado adquire a forma particular de “taxa garantida de crescimento” definida por Harrod (apud Jones, 1979, p.63) como “a taxa geral de crescimento que, se executada, deixará os empresários em um estado de espírito no qual eles vão estar preparados para implementar um avanço similar”. Para maiores considerações sobre o modelo, ver Jones (1979).

p.265), “seja o crescimento equilibrado sustentado por planejamento governamental ou levado a cabo espontaneamente pela empresa privada é, no final das contas, questão de método”.²³

Partindo desta noção, segundo a qual ao desenvolvimento é necessário romper as amarras das tendências que mantêm determinada economia em um estado de subdesenvolvimento, crê este autor, após testemunhar o desenvolvimento econômico de países pelo mundo, na possibilidade de que todos encontrem mecanismos de libertação, tais quais utilizados pelas nações bem sucedidas. Não é mera casualidade, porém, que as causas e soluções apontadas remetam prontamente ao caso americano de desenvolvimento. O papel redentor atribuído ao aumento de produtividade possui uma relação direta com o modelo de desenvolvimento fordista, em grande medida responsável pelo sucesso econômico do Estado americano no pós-guerra. Nas palavras do autor:

Uma das bases principais [da prosperidade norte-americana] é o nível da produtividade estadunidense, em grande parte devido ao enorme equipamento de capital utilizado na produção. É isto o que constitui a base principal do mercado de massa e da produção em massa americana. A propósito, não seria possível a produção em massa se a mesma não significasse produção para as massas. (Nurkse, 1957, p.24).

Apesar da repercussão que tiveram estes primeiros trabalhos, pode-se dizer que a ênfase no subemprego rural, uma característica principal do subdesenvolvimento, encontrou sua expressão mais efetiva no trabalho de Arthur Lewis. No entanto, diferentemente dos teóricos anteriores, Lewis irá argumentar que, enquanto no sistema da economia keynesiana há subemprego de mão-de-obra e de outros fatores, em uma situação de subdesenvolvimento somente a mão-de-obra é excedente. Esta é a principal tese de seu famoso trabalho *Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra* (1969), publicado originalmente em 1954. E, a partir desta proposição, Lewis conseguiu deduzir “um conjunto completo de ‘leis de movimento’ para o país subdesenvolvido típico, bem como um amplo espectro de recomendações para a política econômica doméstica e internacional”. (Hirschman, 1982, p.10).

²³ Mais que isso, segundo Nurkse (1957, p.20) “O economista, como técnico, não tem imperativos categóricos a levantar sobre o assunto. O próprio Jeremy Bentham, um dos campeões do liberalismo do século XIX, mantinha a esse respeito um ponto de vista relativo. Diz Bentham: ‘A intervenção do Estado depende da extensão do poder, do povo, de sua capacidade e inclinação e, portanto, de sua iniciativa espontânea, o que varia em cada país’”.

Foi com Rostow, no entanto, que a teoria do desenvolvimento alcançou seu momento mais radical e também mais disseminado, com a publicação, em 1952, de sua principal obra, *As Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*.²⁴ Neste livro, partindo de uma generalização da história moderna, chega Rostow a um conjunto de etapas de desenvolvimento.

As idéias subjacentes a essa teoria podem ser enquadradas dentro do que Celso Furtado chamou de *Concepções Faseológicas do Desenvolvimento*, retomada após a II Guerra Mundial com “a idéia de que o desenvolvimento se concretiza pela superação de uma série de fases, como numa carreira de obstáculos”. (Furtado, 1969, p.120). De acordo com esta concepção, qualquer formação social pode ser encarada como parte integrante de algum estágio deste mesmo processo evolutivo, no qual o desenvolvimento não passa de uma ordem natural a ser alcançada por todas as sociedades – as diferenças econômicas passam a ser entendidas como diferenças temporais, hierarquizadas em uma escala evolutiva. O próprio Rostow (1978, p.16) parece estar plenamente de acordo com esta concepção apontada ao enunciar que “é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa”.²⁵

A primeira etapa de desenvolvimento indicada, a *sociedade tradicional*, é “aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico” (Rostow, 1978, p.16). Porém, o ponto central capaz de caracterizar qualquer uma destas sociedades tradicionais é o fato de estarem todas sujeitas a um teto máximo de produção *per*

²⁴ Nas palavras de Fiori (1999, p.27): “Foi Walter Rostow, entretanto, quem desenvolveu a partir do seu *Process of Economic Growth*, publicado em 1952, o que se transformou, no início dos anos 60, na mais acabada síntese do projeto norte-americano de modernização do Terceiro Mundo”.

²⁵ Vale adiantar desde já que esta concepção será alvo de inúmeras críticas, principalmente dos que irão defender que “O subdesenvolvimento é [...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. (Furtado, 1969, p.166).

capita – e isto se justifica pelo não conhecimento das potencialidades que ciência e tecnologia viriam desvendar mais tarde.²⁶

As *pré-condições para o arranco* são definidas como “a era de transição em que a sociedade se prepara – ou é preparada por forças externas – para o desenvolvimento sistemático”. (Ibid, p.30). As mudanças que então operam sobre as economias decorrem fundamentalmente da influência sobre o processo produtivo da ciência moderna em avanço, em paralelo à expansão dos mercados mundiais e, conseqüentemente, da concorrência internacional. Porém, ressalta o autor, muito tempo se passa até que estejam postas estas condições, e essa lentidão se deve ao fato de as economias permanecerem limitadas pelos métodos tradicionais, pela estrutura social, valores e instituições políticas ainda remanescentes do período anterior. Principalmente sobre esse aspecto político, Rostow afirma ser imprescindível ao arranco a constituição de um Estado nacional centralizado.²⁷

Terminado este estado transitório, estaria posto, portanto, o *arranco*, “intervalo decisivo da história de uma sociedade em que o desenvolvimento passa a ser sua condição normal”. (Ibid, p.52).

Neste ponto da argumentação de Rostow, fica claro o paralelo com a noção de crescimento equilibrado de Nurkse. Enquanto, para Nurkse, uma economia, ao se libertar das amarras do círculo vicioso da pobreza, ingressa em uma situação de crescimento equilibrado; para Rostow, o estímulo que detona o arranco faz com que o crescimento passe a ser o estado normal da economia.²⁸

Nesta fase, as obstruções e permanências prejudiciais ao desenvolvimento são enfim ultrapassadas e operam mudanças qualitativas na estrutura econômica. Essas transformações

²⁶ Vale notar que a caracterização desta primeira etapa foi considerada por Dos Santos (2000, p.17) um verdadeiro “barbarismo histórico, que provocou os protestos de historiadores sérios”.

²⁷ Nas palavras do autor: “Politicamente, a formação de um Estado nacional centralizado eficaz [...] foi um aspecto decisivo do período das pré-condições. Isso também foi, quase universalmente, uma condição necessária para o arranco”. (Rostow, 1978, p.20).

²⁸ Sob esse aspecto, argumenta Myrdal (1965, p.44): “Este é, realmente, o princípio segundo o qual é possível a um país subdesenvolvido esperar ‘levantar-se puxando os cordões dos próprios sapatos’, desde que se esforce em cumprir o que o Prof. W. W. Rostow chama ‘a decolagem do crescimento estável’ e possa fazer o sacrifício de esperar a plena recompensa dos seus esforços”.

podem ser impulsionadas por fatores diversos, porém bem definidos, como, por exemplo, uma revolução política, uma inovação tecnológica ou uma mudança no ambiente internacional. Todavia, diz o autor:

O que importa aqui não é a forma de estímulo, mas o fato de o progresso anterior da sociedade ou da economia haver convertido em uma reação positiva, prolongada e suscetível de fortalecer-se a si mesma ante aquele: o resultado não é uma única modificação das funções de produção nem do volume de investimentos, mas uma proporção mais elevada de inovações potenciais que são aceitas num fluxo mais ou menos regular e uma taxa de investimento maior. (Rostow, 1978, p.53).

Em complemento a esta fase, segue a *marcha para a maturidade*, que em aproximadamente 40 anos pode levar a economia à maturidade plena, entendida como o “período em que a sociedade aplicou eficazmente todos os recursos da tecnologia moderna (da época) ao grosso de seus recursos”. (Ibid, p.79). A passagem que se dá desta fase à próxima apresenta as seguintes características:

O surto do Estado de Bem-Estar (*welfare state*) é uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e à difusão dos serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores.[...] Historicamente, contudo, o elemento decisivo foi o automóvel barato produzido em série com seus efeitos bastante revolucionários – tanto sociais como econômicos – sobre a vida e as expectativas da sociedade. (Ibid, p.24).

Neste ponto, é quase explícita a referência que faz o autor ao modelo fordista de desenvolvimento – o próprio termo fordismo remete prontamente à forma de produção presente nas linhas de montagem de automóveis de Henry Ford. No mais, essa menção se encaixa perfeitamente com o continuar da obra, quando Rostow afirmará que o futuro de todas as sociedades se encontra na *era de consumo em massa*. Nesta etapa,

A grande acumulação de riqueza que então tem lugar abre aos países opções importantes. Com efeito: a riqueza pode ser utilizada tanto como base de uma política de poder e influência externa, como para edificação de um Estado-providência, ou ainda para financiar a rápida expansão do consumo em grande escala. (Furtado, 1969, p.121).

Porém, como o desenvolvimento da economia norte-americana representa o único caso com que se depara a história de uma sociedade que tenha avançado da maturidade à era de

consumo em massa, é precisamente nessa constituição que irá se basear o autor para a análise das características e especificidades que podem ser encontradas nessa fase.²⁹

Muitas críticas podem ser, e foram de fato (como será visto no último capítulo), levantadas contra as idéias apresentadas anteriormente,³⁰ mas o desejo aqui é destacar primeiramente – sem qualquer preferência subjetiva, apenas descritiva – como as conclusões a que chegam estes autores não são, de maneira alguma, desprovidas de um juízo de valor; ao contrário, estes apontam para uma sociedade ideal, e que, não bastasse, possui uma existência real. Mesmo um observador despretenso que se depare com o subtítulo da obra (“um manifesto não-comunista”) já pode obter alguns indícios do que se encontra em seguida. As sociedades, para Rostow, caminham rumo a um fim muito bem definido, datado historicamente e figurado pela sociedade de consumo em massa. Como ressalta Dos Santos:

O modelo de Rostow tinha um começo comum, na indiferenciada massa das economias e sociedades tradicionais, em que ele transformou os 6000 anos de história da civilização, e terminava na indiferenciada sociedade pós-industrial, era da prosperidade à qual reduzia o futuro da humanidade, tomando como exemplo os anos dourados de crescimento econômico norte-americano do pós-guerra. (Dos Santos, 2000, p.17).

Mais que isso,

Rostow (1960), no seu célebre ‘manifesto não comunista’, retoma e vulgariza a visão neoclássica do desenvolvimento como um processo natural, progressivo e linear de transição por etapas das sociedades atrasadas ou tradicionais em direção a uma modernidade eurocêntrica. Uma fórmula universalmente válida e capaz de orientar a ação de todos os planejadores estatais competentes. (Fiori, 1999, p.27).

Feito então este breve apanhado das principais características que podem ser encontradas na construção lógica sugerida pelas etapas de desenvolvimento de Rostow, faz-se necessário, então, uma apreciação das contribuições de Gunnar Myrdal ao debate.

Como é sabido, Myrdal, juntamente com Nurkse, oferece grande aporte ao pensamento social latino-americano no período em questão, o que normalmente levaria à conclusão de que estes autores expuseram similaridades em suas reflexões sobre os mecanismos que produzem

²⁹ Conforme explicita nesta passagem: “Como os Estados Unidos foram a primeira das sociedades do mundo a passar nitidamente da maturidade para a era do consumo em massa, principiaremos examinando sucinta e esquematicamente como se realizou o equilíbrio entre essas três alternativas, na História norte-americana do último século”. (Rostow, 1978, p.98).

³⁰ Críticas neste sentido podem ser encontradas em Furtado (1969) e Dos Santos (2000).

desenvolvimento e subdesenvolvimento; ao contrário, discordavam estes quanto ao principal ponto, a saber, a questão do *equilíbrio*. Diferentemente do que afirmava Nurkse, Myrdal discordou fundamentalmente da existência destes supostos equilíbrios – o primeiro, segundo Nurkse, mantenedor da economia subdesenvolvida em um estado de equilíbrio de subdesenvolvimento; e, o segundo, que após o rompimento com o círculo vicioso da pobreza, induz a economia a um estado de crescimento equilibrado. Para ele,

[...] a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece, quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social. O que está errado, ao se aplicar a hipótese de equilíbrio estável à realidade social, é a própria idéia de que o processo social tende a uma posição que se possa descrever como estado de equilíbrio entre forças. Por trás dessa idéia, encontra-se outra hipótese, ainda mais fundamental, de que a mudança tende a provocar reações que operam em sentido oposto ao da primeira mudança. (Myrdal, 1965, p.33).

Assim, Myrdal lança as bases para a noção de *causação circular acumulativa*,³¹ destacando que, se não controlado, o processo de mudanças sociais tende a provocar desequilíbrios crescentes. Com isso, mostra como, ao contrário da produção de um crescimento equilibrado, o que constantemente se evidencia no jogo das forças econômicas é a emergência de um *crescimento desequilibrado*. Sobre este aspecto, ressalta:

A idéia que pretendo expor é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade. (Myrdal, 1965, p.34).

Essa noção de causação acumulativa pode ser encontrada também no interior do modelo Harrod-Domar que, após descrever como seria o crescimento equilibrado – o conceito, como apontado anteriormente, utilizado por Nurkse em sua análise – destaca alguns problemas quanto a sua viabilidade. O chamado *segundo problema de Harrod* pretende mostrar, de forma

³¹ Em uma tentativa de melhor ilustrar a noção de causação circular, o autor recorre a um estudo que fez sobre a situação dos negros norte-americanos. “Em sua forma mais simples, o modelo explanatório se reduz a dois fatores: ‘o preconceito do branco’, que causa a discriminação contra os negros em vários aspectos, e o ‘baixo padrão de vida da população negra’. Esses dois fatores se relacionam mutuamente; o baixo padrão de vida dos negros é mantido pela discriminação dos brancos, enquanto, por outro lado, a pobreza, a ignorância, a superstição, as más condições de habitação, as deficiências sanitárias, a sujeira, o mau cheiro [sic], a indisciplina, a instabilidade das relações familiares e a criminalidade dos negros estimulam e alimentam a antipatia dos brancos”. (Myrdal, 1965, p.38).

análoga a causação acumulativa de Myrdal, como “desvios da taxa verdadeira de crescimento numa economia do tipo Harrod da taxa garantida [...] longe de serem autocorretivos, são cumulativos de fato”. (Jones, 1979, p.69).

Porém, Myrdal ressalta que, a despeito desta tendência natural ao desequilíbrio, um equilíbrio “não-natural” pode ser encontrado, mesmo que apenas momentaneamente, se forças exógenas agissem no sentido da estabilidade.³² E este é o papel que irá desempenhar o Estado Nacional (ao qual recorre o autor, mais decididamente do que os demais): o papel de impedir, ainda que temporariamente, a continuidade desta tendência.

Com isso, Myrdal deixa explícita a importância dos “fatores não-econômicos” no interior de sua análise.³³ Naturalmente, também as instituições políticas de integração nacional desempenham importância fundamental não apenas nos estudos sobre a questão do subdesenvolvimento, mas também nas propostas para a superação deste estado. As instituições, por sua vez, devem estar completamente imersas em um ideário nacionalista, ou seja, devem ter como principal objetivo a busca pelo interesse comum da nação – que, para o autor, representa a elevação nos padrões de vida da população.³⁴

Uma idéia semelhante pode ser encontrada no trabalho de Hirschman, *A Estratégia do Desenvolvimento Econômico* (1961), publicado originalmente em 1958. Oferecendo um contraponto ao trabalho de Lewis, Hirschman procura generalizar o diagnóstico do subemprego como traço característico do subdesenvolvimento. E apesar de ter se aproximado com isso do sistema keynesiano (enfraquecendo a pretensão de autonomia e independência da

³² Nas palavras do autor: “Um processo social pode, naturalmente, ser sustado. É possível que se dêem mudanças exógenas, com a direção e a força necessárias para estabilizarem o sistema. A posição de equilíbrio assim estabelecida não é, pois, o resultado natural do jogo de forças do sistema. A posição, além disso, é instável”. (Myrdal, 1965, p. 34)

³³ Como ressalta Myrdal (1965, p.28), a “noção de que há certos elementos da realidade social que podem ser caracterizados como fatores ‘econômicos’, e que uma análise teórica pode ser racionalmente limitada às interações desses fatores, constitui outra pressuposição irrealista, intimamente relacionada com a pressuposição do equilíbrio. [...] [os] fatores ‘não-econômicos’ não podem ser tidos como consumados e estáticos; as suas relações se fazem normalmente por meio de desequilíbrios”.

³⁴ Como ressalta Mantega (1990, p.55), “na opinião de Myrdal, o motor do sistema é a mobilização das forças internas para substituir as instituições políticas atrasadas pelo moderno Estado planejador e mobilizador. O regime político que melhor se coaduna com essa proposta é a democracia ocidental, que constituiria a base de sustentação para medidas políticas igualitárias”.

Economia do Desenvolvimento), Hirschman argumenta que os procedimentos keynesianos são inadequados para se ativar os recursos ociosos, defendendo, assim como Myrdal, uma estratégia de *crescimento desequilibrado*.

Estas seriam as principais características da vertente anglo-saxã da Economia do Desenvolvimento. Como será mostrado adiante, estes dois últimos autores exercem grande influência sobre o pensamento latino-americano, principalmente no que tange às suas considerações sobre os aspectos políticos da dinâmica social.

1.3.2. O Desenvolvimentismo Latino-Americano

Concluída esta breve apreciação das principais características subjacentes ao pensamento anglo-saxão, tomando-se por base alguns autores, eleitos aqui representantes desta corrente da Economia do Desenvolvimento (corrente esta que, como já havia sido indicado anteriormente, apesar de algumas diferenças teóricas, contribuiu em grande medida para a formação e consolidação do desenvolvimentismo latino-americano), o principal objetivo desta seção consiste em capturar a essência do pensamento Cepalino. No entanto, é importante, primeiramente, destacar os antecedentes deste debate sobre o desenvolvimento, não inaugurado somente no período aqui abordado. Como exemplo disto, destaca-se o caso do Brasil, cujo debate apresenta seu marco na década de 1930.

De fato, o embate que tem lugar neste período pode ser caracterizado, fundamentalmente, pela maior ênfase dada às questões práticas e aplicadas do desenvolvimento econômico, sendo as teóricas relegadas ao segundo plano – só posteriormente esta discussão ganhará o status de verdadeiro confronto teórico. Neste primeiro momento, então, duas correntes são bem definidas no debate sobre o desenvolvimento econômico, a saber, a corrente liberal – que possuía como principal expoente Eugênio Gudín, e a intervencionista – defendida arduamente pelo então líder empresarial Roberto Simonsen.³⁵

³⁵ Sobre esta afirmativa da característica predominantemente prática do debate travado no período, oferece Bielschowsky uma excelente ilustração. Tratando da relação de Eugênio Gudín com a ciência econômica, afirma: “Gudín não era o que se convencionava chamar de economista teórico. Foi um economista aplicado por excelência. Buscava na teoria econômica o instrumental necessário para entender uma série de questões reais que o

Neste sentido, este debate refletia parte dos interesses das principais forças políticas e econômicas do país:

De um lado, estavam as oligarquias agroexportadoras, comprometidas com a burguesia comercial importadora e exportadora, e com o imperialismo comercial e financeiro, que defendiam o livre trânsito de capitais e mercadorias, tanto estrangeiros quanto brasileiros, e discordavam de que se deslocassem recursos para outras atividades que não as atinentes à produção agroexportadora e sua infraestrutura. Do outro lado, estavam as forças sociais que ganhavam projeção na esteira da expansão urbano-industrial, configurada pela emergência e consolidação da acumulação industrial em bases nacionais, carente de proteção da concorrência externa, de infraestrutura, insumos, enfim, de uma maior intervenção estatal. (Mantega, 1990, p.26)

No entanto, é impossível negar que coube a Roberto Simonsen, como líder industrial brasileiro, o papel de oferecer um projeto de desenvolvimento por meio da industrialização planejada. Apesar de seu caráter conciliador de interesses,³⁶ é possível afirmar que se tem presente neste momento a inauguração do que mais adiante seria a ideologia desenvolvimentista,³⁷ permitindo até que se refira a Simonsen como o “patrono dos desenvolvimentistas brasileiros”. (Bielschowsky, 1996, p.82).

No interior, então, desta “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico”, que ganha fôlego especial ao longo das décadas de 1950 e 1960, destacam-se os teóricos do desenvolvimento em detrimento dos liberais. Estes últimos, como apontado acima, pronunciavam pouco mais que o antigo discurso sobre as vantagens do livre comércio e sobre a capacidade auto-reguladora dos mercados, enquanto os primeiros ganham maior projeção não

inquietavam, como as de inflação, ciclos econômicos, comércio internacional para países subdesenvolvidos, e assim por diante. E o fazia com o objetivo prático de entender as possibilidades de influenciar essas questões através de políticas econômicas e de entender o sentimento e o alcance das mesmas”. (Bielschowsky, 1996, p.43)

³⁶ Sobre esse aspecto ressalta Mantega (1990, p.27): “Roberto Simonsen propunha um projeto de desenvolvimento que feria o menos possível os interesses econômicos das oligarquias agroexportadoras, buscando o velho caminho da conciliação (o chamado Estado de compromisso) que vinha caracterizando o Estado brasileiro desde a República. Em outras palavras, propunha-se um avanço mais acentuado da industrialização [...], mantida a importância do setor exportador”. Isso é precisamente o que Maria da Conceição Tavares (1973, p.34) vai caracterizar como uma mudança de caráter “parcial”, de fato ocorrida no período subsequente.

³⁷ Antes de prosseguir ressaltando os aspectos desenvolvimentistas da obra de Simonsen, diz Bielschowsky (1996, p.82): “No nível analítico [...] seu pensamento ainda se situa num vazio teórico, compreensível nos países subdesenvolvidos nas circunstâncias das décadas de 30 e 40; na América Latina, tal vazio só foi superado após a chegada da teoria cepalina do desenvolvimento, em 1949. No nível de ideologia econômica, porém, a obra de Simonsen contém os elementos básicos do ideário desenvolvimentista, presente no pensamento de todas as correntes favoráveis, nos anos 50, à implantação de um capitalismo industrial moderno no país”.

apenas pelas análises sobre a forma como os países latino-americanos estavam inseridos no sistema econômico mundial, mas também pelas propostas e estratégias – pois, como não poderia deixar de ser, sua importância não se resumiu apenas ao âmbito teórico.

Encontraram estes autores, então, na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) o grande laboratório para divulgação, disseminação e aplicação de suas idéias. Como coloca Mantega:

De fato, com a morte de Roberto Simonsen, na segunda metade da década de 40, a Comissão Econômica para a América Latina tornou-se o grande bastião da industrialização e de seu planejamento, que iria congregiar os principais pensadores dessa nova ideologia. (Mantega, 1990, p.12)

Desta forma, dedicar-se-á as próximas seções ao estudo do desenvolvimentismo presente no pensamento da CEPAL e seus desdobramentos teóricos posteriores, não só para os países latino-americanos em geral, mas também especificamente para o caso brasileiro.

Se alguma dúvida há quanto ao alcance e desenvolvimento da CEPAL:

Nos primórdios da década de 50 [...] boa parte das análises e orientações teóricas utilizadas no país provinham de autores estrangeiros especializados no “subdesenvolvimento”, como Raul Prebisch, Gunnar Myrdal ou Ragnar Nurkse. Porém, a partir da segunda metade dessa década, surgem os primeiros trabalhos brasileiros, gestados principalmente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e fortemente ancorados nas diretrizes da CEPAL e demais fontes desenvolvimentistas. Ao que tudo indica, o ideário cepalino inspirou a política econômica brasileira pelo menos durante boa parte da década de 50, como se pode verificar pelo Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reaparelhamento Industrial do segundo governo Vargas e, principalmente, pelo Plano de Metas, orientados pelas conclusões e diagnósticos da Comissão Mista Brasil-EUA e pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. (Mantega, 1990, p.24).

1.3.2.1. O Desenvolvimentismo e a CEPAL

A Comissão Econômica para América Latina, fundada no final da década de 1940 como uma organização regional das Nações Unidas,³⁸ representou neste período o centro do debate desenvolvimentista latino-americano, não somente no que tange às propostas de práticas e políticas de fomento ao desenvolvimento econômico, como também no âmbito das

³⁸ Após uma portaria de 1984, a Comissão Econômica para América Latina se tornará Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

formulações teóricas sobre as causas e soluções para o subdesenvolvimento que então assolava os países latino-americanos.

Essa dupla função da comissão é, de fato, um dos pontos mais destacados pela maioria dos estudiosos do assunto.³⁹ Para os propósitos do presente trabalho, no entanto, pretende-se focar apenas neste último aspecto.

Já de início, ficam patentes as dificuldades com que se depararam os primeiros autores que pretenderam recompor a unidade teórica do pensamento cepalino, por vezes dispersa em escritos aparentemente desconexos de Prebisch. Disso decorre que:

[...] durante muito tempo a unidade e o alcance do ‘sistema de economia política cepalino’ permaneceram desconhecidos. A difícil tarefa de reunir as idéias, nem sempre claramente interligadas, de Prebisch e da CEPAL, realizado pela primeira vez por Aníbal Pinto em 1968, pela ocasião da comemoração do vigésimo aniversário da Comissão (CEPAL, 1969). Posteriormente, a pedido do próprio Prebisch, Rodríguez (1981) realizou com o mesmo objetivo um trabalho muito mais minucioso e completo. (Bielschowsky, 1998, tradução nossa)

Estes trabalhos se baseiam em grande medida nos documentos apresentados pela instituição e, neste sentido, são de enorme valia para uma análise das características essenciais das teorias cepalinas as publicações de *El desarrollo económico la América Latina y algunos de sus principales problemas*, em 1950, por Raul Prebisch, e do *Estudio Económico de América Latina*, de 1949, publicado pelas Nações Unidas em 1951.⁴⁰ Sobre este ponto, é praticamente dispensável enfatizar a importância de Prebisch para a formação da maneira de pensar presente nos estudos da CEPAL. Não é por mera casualidade que muitos autores, em especial Bielschowsky, chamam-na doutrina “Prebisch-CEPAL”. Além disso, é notória a contribuição posterior de alguns pensadores brasileiros como Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, A. Barros de Castro e José Serra.

³⁹ Como destaca Mantega (1990, p.23): “No campo teórico a CEPAL inaugurou uma interpretação original das relações entre os países capitalistas avançados e os da chamada periferia latino-americana. No campo da política econômica e do planejamento inspirou a atuação de vários governos periféricos, fornecendo, dessa maneira, os principais ingredientes da ideologia desenvolvimentista dos anos 50”.

⁴⁰ Ao mencionar o *Estudio Económico de América Latina*, diz Mantega (1990, p.32) que “este trabalho, juntamente com o de Prebisch, constitui o marco teórico decisivo do pensamento da CEPAL”.

Como não é objetivo aqui, nem ao menos poderia ser, traçar em pormenores todo o perfil teórico da análise cepalina (trabalho este que demandaria tempo e espaço faltantes), partir-se-á apenas de alguns aspectos considerados fundamentais para um entendimento geral.

Como indicado anteriormente, a preocupação central que impulsionou os estudos cepalinos consistiu, primeiramente, em encontrar explicações para o atraso dos países latino-americanos, e, conseqüentemente, em apontar a melhor forma de superá-lo. Essas explicações giravam, fundamentalmente, em torno do conceito “centro-periferia”⁴¹ capaz de polarizar as diferenças nas estruturas socioeconômicas, no processo de difusão do progresso técnico e distribuição dos ganhos entre centro e periferia.

Partindo inicialmente da questão da difusão, da distribuição dos ganhos e do progresso técnico, pode-se afirmar que os autores cepalinos irão depor no fundamental contra a *teoria ricardiana das vantagens comparativas*, segundo a qual os benefícios da divisão internacional do trabalho se estenderiam a todos os países. Como afirma Prebisch:

[...] ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira eqüitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio. (Prebisch, 2000, p.71)

Contra esta concepção, o argumento defendido pela CEPAL, mais conhecido como a *tese da deterioração dos termos de troca*, pretende afirmar que não só essa suposta transferência de ganhos não se efetiva, como também o que se observa normalmente é uma transferência dos ganhos de produtividade das regiões atrasadas para as regiões desenvolvidas, promovendo disparidades crescentes, ao invés de uma homogeneização da produção e apropriação da riqueza mundial. Dessa forma, o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial gera, por um lado, países ricos e, por outro, países pobres, centros e periferias desse mesmo sistema.

⁴¹ Um primeiro ponto importante a destacar se refere ao fato de, como indicado anteriormente, o conceito de subdesenvolvimento só surgir no momento em países recém-descolonizados apresentam esta tal formação capitalista *incompleta*; nesse mesmo sentido, o surgimento dos conceitos de centro e periferia também pode ser inserido nesse contexto, pois, no geral, referem-se ao centro e à periferia do mundo *capitalista*.

Sem pretender entrar em detalhes sobre essa formulação teórica, cabe apenas indicar aqui que a conclusão daí derivada, a saída para essa situação segundo a CEPAL, só pode ser encontrada no processo de industrialização. Como indicado por Prebisch:

Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (Prebisch, 2000, p.72)

Nesse sentido, entender o processo de industrialização peculiar que então teve início nos países latino-americanos, as especificidades de suas formações socioeconômicas, suas diferenças em relação ao centro capitalista, tudo isso se torna necessário para o surgimento de propostas de políticas consistentes de fomento a essa industrialização. Não sendo possível tratar todos os aspectos dessas análises, será aqui apontado apenas o estudo sobre a forma específica tomada pelo processo de industrialização periférico, conhecido como *Modelo de Substituição de Importações*, teorizado brilhantemente por Maria da Conceição Tavares.

1.3.2.2. O Modelo de Substituição de Importações

Tentar-se-á agora capturar brevemente a essência dessa tese, fundamental para a compreensão do pensamento cepalino. Para tal fim, será aqui seguida a sistematização feita por Tavares (1973) em uma tentativa de capturar os principais fundamentos teóricos por ela levantados.

Não cabem aqui maiores considerações sobre as contribuições individuais à elaboração e desenvolvimento desse Modelo; no entanto, acredita-se ser importante mencionar ao menos algumas de maior relevo. Considera Mantega que duas importantes obras de Celso Furtado – *Formação Econômica do Brasil* e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* – teriam lançado as bases do Modelo de Substituição de Importações, plenamente desenvolvido na década de 1960. Quanto aos “herdeiros” desse modelo afirma Mantega:

Coube a Maria da Conceição Tavares ordenar e aprofundar as principais hipóteses desse Modelo, delineando o processo de substituição de importações com riqueza de dados e argumentos; enquanto Paul Singer realçava o caráter cíclico e, em grande medida, já autogestado do capitalismo brasileiro, e Luiz Carlos Bresser Pereira assinalava a emergência de um novo e importante ator no cenário socioeconômico brasileiro: a nova classe média. (Mantega, 1990, p.123).

Como indicado acima, a partir desse estudo, buscou-se caracterizar primeiramente o modelo de desenvolvimento presente na América Latina aproximadamente até a década de 1930 – o modelo exportador – para posteriormente compreender a passagem a esse novo modelo de desenvolvimento por substituição de importações.

Cabe então inicialmente definir o que é entendido por Processo de Substituição de Importações. Diferentemente do que poderia parecer à primeira vista, com o termo “substituição de importações” não se pretende, de forma alguma, afirmar uma tentativa de substituir gradativamente produtos antes importados por produção interna – o que no limite levaria a pensar em uma espécie de busca pela auto-suficiência. De acordo com a autora, por “substituição de importações” entende-se “um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial”. (Tavares, 1973, p. 41).

Esse processo tem início, grosso modo, com os abalos sofridos pelas economias primário-exportadoras no período compreendido entre o início da Primeira Guerra Mundial e o final da Segunda, até então caracterizadas pela existência de um modelo de desenvolvimento voltado “para fora” – no qual exerce o setor externo o importante papel de “eixo dinâmico da economia”. Sobre a função desempenhada pela variável exógena exportação, ressalta Tavares (Ibid, p.30) que “na América Latina não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia”. Por outro lado, as importações “deviam cobrir faixas inteiras de bens de consumo terminados e praticamente o total dos bens de capital necessários ao processo de investimento induzido pelo crescimento exógeno da renda”. (Ibid, p.31). Dessa forma, o setor externo cumpria a importante função de compatibilizar demanda e produção interna.

Esse fato, em sua complexidade, conduzia essas economias a uma peculiar divisão social do trabalho entre setor interno e externo, permitindo que fossem caracterizadas, pois, como uma “economia dual”. Conforme a definição Tavares:

O setor exportador era (e continua sendo) um setor bem definido da economia, geralmente de alta rentabilidade econômica, especializada em um ou poucos produtos dos quais apenas uma parcela reduzida é consumida internamente. Já o setor interno, de baixa produtividade, era basicamente de subsistência, e somente

satisfazia parte das necessidades de alimentação, vestuário e habitação da parcela da população monetariamente incorporada aos mercados consumidores. (Tavares, 1973, p.32).

Para se entender as mudanças posteriores, bastam essas características fundamentais do “modelo primário-exportador”, que, combinando um esquema dual de divisão social do trabalho com paralela e interligada desigualdade na distribuição de renda, criava as bases para o desajuste entre produção e demanda interna, compensado pela variável de ajuste “setor externo”.

Como mencionado anteriormente, a passagem a um novo modelo de desenvolvimento ocorre através do impulso advindo da restrição externa no período que vai do início da Primeira Guerra Mundial ao fim da Segunda. Este período representa, neste sentido, um ponto de ruptura no funcionamento do modelo anterior.

Nos países latino-americanos, esta crise no comércio exterior se refletiu fundamentalmente na queda das receitas de exportações, diminuindo conseqüentemente a capacidade para importar. A dimensão da restrição que então tem lugar já pode ser vislumbrada. Como destaca Tavares (1973, p.32), a “violenta queda na receita de exportações acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar da maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis pré-crise”. No entanto, medidas protecionistas adotadas pela maior parte dos governos, como restrição e controle das importações, aumento da taxa de câmbio e políticas de defesa do principal produto da pauta de exportações, o café (através da compra de excedentes ou financiamento dos estoques), que buscavam, em última instância, resguardar as economias do desequilíbrio externo, acabaram por impulsionar o processo de industrialização (e, conseqüentemente, a manutenção da renda interna), e minimizar os efeitos internos da depressão que então assolava boa parte dos países capitalistas desenvolvidos.

Estava, então, dado o impulso à produção interna substitutiva. Inicialmente utilizando capacidade ociosa existente, e, posteriormente, através do uso da capacidade para importar disponível na aquisição de bens de capital e matérias-primas indispensáveis à continuidade do processo produtivo, deu-se a passagem a esse novo modelo de desenvolvimento, agora voltado “para dentro”.

Por fim, ainda alguns aspectos desse processo devem ser destacados. Primeiro, pode-se observar que uma das mais importantes transformações trazidas por este novo modelo ocorreu na assim chamada *variável dinâmica da economia*: “A importância das exportações como principal determinante (exógena) do crescimento foi substituída pela variável endógena investimento”. (Ibid, p.34). No entanto, não deixa de desempenhar papel relevante na economia o setor externo; ao contrário, apesar de cumprir funções outras, contribui de forma fundamental para a diversificação da estrutura produtiva através das importações. Segundo, deve-se enfatizar o *caráter “parcial”* da mudança, que, de maneira geral, mantém uma “base exportadora precária e sem dinamismo” responsável pela manutenção do estrangulamento externo (esse caráter “parcial” produz no sistema econômico, então, o surgimento de uma nova economia dual). Por último, cabe destacar o *caráter também “fechado”* da mudança, na medida em que mudanças na divisão social do trabalho não foram em absoluto acompanhadas por simultânea transformação na divisão internacional do trabalho. De uma forma geral,

[...] o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (Tavares, 1973, p.35).

Sem mais detalhe sobre os outros vários aspectos envolvidos na complexidade deste processo, pode-se dizer que este é, em linhas gerais, o arcabouço teórico criado para o entendimento do impulso inicial e curso do processo de industrialização nos países latino-americanos, não mais entendido como um mero coadjuvante, mas como possibilidade real de desenvolvimento para os assim chamados países periféricos.

1.4. NOTAS FINAIS

Foi visto inicialmente o contexto histórico que serve de pano de fundo ao nascimento da Economia do Desenvolvimento. Neste período, o crescimento econômico sem precedentes baseado, conforme se destacou, predominantemente no modelo de desenvolvimento fordista colaborou para que se desenvolvessem teorias voltadas, cada vez mais enfaticamente, à questão do subdesenvolvimento e de suas possíveis soluções.

É claro que as teorias caracterizadas ao longo do capítulo apresentam diferenças importantes, que não permitem afirmar a existência de um todo homogêneo. Mais empenhados em compreender as especificidades das economias subdesenvolvidas, para então propor saídas dessa condição, parece ser verdade que os autores latino-americanos são os que mais destoam dos demais desenvolvimentistas. Nesse sentido, observa-se também a influência exercida pelo pensamento deste grupo de teóricos sobre a prática dos governos da América Latina.

No entanto, em aspectos gerais, é patente a existência de uma mesma visão de mundo compartilhada por toda a Economia do Desenvolvimento, a visão hegemônica oferecida pelo modelo fordista:

[...] o modelo de desenvolvimento que estruturou este período era bastante hegemônico, [...] inspirava uma visão de mundo aceita da direita à esquerda. Isso só se verificou nos países capitalistas desenvolvidos, embora a maioria das elites dos países subdesenvolvidos tivesse compartilhado o ideal de alcançar esse modelo, por esta ou aquela via. (Lipietz, 1991, p.27).

Foi precisamente este o argumento aqui defendido: a noção de, em termos gerais, compartilhar toda a corrente desenvolvimentista, a despeito das especificidades pontuais, uma mesma crença, um mesmo ideal, de superar o subdesenvolvimento através de uma maior aproximação a um modelo que se mostrou eficiente como motor do desenvolvimento americano. Não que todos buscassem ser meras reproduções desta sociedade capitalista tomada como referência; ao contrário, conforme apontado acima, parcela considerável destas teorias procurou entender os entraves ao desenvolvimento em uma tentativa de oferecer propostas condizentes com as especificidades de cada formação social. No entanto, as saídas apontadas se aproximam em um único aspecto: todas crêem ser necessário ao desenvolvimento dar início a *este* processo capitalista de industrialização. Compartilha-se, assim, um mesmo ideal de progresso:

[...] progresso técnico (concebido como progresso tecnológico incondicionalmente conduzido pelos “trabalhadores intelectuais”), progresso social (concebido como progresso do poder aquisitivo, extensão do reino das mercadorias), progresso do Estado (concebido como fiador do interesse geral contra as “invasões” dos interesses individuais). (Lipietz, 1991, p.37).

Assim, de uma forma geral é possível reconhecer em todos os teóricos do desenvolvimento a utilização das receitas do desenvolvimento das nações capitalistas pioneiras para propor saídas aos países subdesenvolvidos. Por fim, se é verdade que em

Myrdal e Hirschman fica mais explícita a importância da atuação do Estado, mesmo em autores como Nurkse e Rostow é possível perceber a referência ao Estado nacional.

É possível reconhecer sob estes aspectos toda essência do movimento desenvolvimentista, presente no período do imediato pós-guerra.

Assiste-se, no entanto, no bojo da crise dos anos 1970 e da ascensão da ideologia neoliberal, ao declínio da Economia do Desenvolvimento. Conforme se pretende mostrar nos próximos capítulos, as transformações do capitalismo, que se observam a partir de então, irão mudar os rumos desta disciplina.

CAPÍTULO 2 – A CRISE DOS ANOS 1970 E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL: O PÓS-FORDISMO

Conforme se tentou salientar no capítulo precedente, findada a Segunda Guerra Mundial, a economia capitalista passa por um grande ciclo expansivo, baseado predominantemente no modelo de desenvolvimento fordista. A partir da década de 1970, no entanto, a economia mundial entra em uma fase de recessão. Como destacado anteriormente, este período de crise é não somente marcado pelo declínio da Economia do Desenvolvimento, como também da ideologia desenvolvimentista e do modelo de desenvolvimento responsável pelo “sucesso” do período anterior.

A partir de então, embora sejam evidentemente mantidas as leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista, algumas mudanças importantes podem ser verificadas como, por exemplo, a ascensão da ideologia neoliberal, mudanças na estrutura produtiva e relações de produção, o aprofundamento do processo de globalização e a criação de novos espaços. Se estas transformações permitem afirmar categoricamente o nascimento de um novo regime de acumulação (comparável ao fordista), capaz de conter as contradições próprias ao capitalismo durante um período de tempo considerável, ou se marcam apenas uma série de reparos temporários, não muda a natureza do argumento que se pretende defender.

Segundo se entende aqui, a atual conjuntura (pós-fordista) apresenta características importantes e diferenças significativas em relação ao período anterior que terão influência decisiva sobre a nova produção teórica no campo do desenvolvimento econômico. Em contraposição à Economia do Desenvolvimento, marcada por propor um debate mais universalizante sobre desenvolvimento, calcado no Estado, e que tomava como referência a economia norte-americana, assiste-se ao surgimento de uma Nova Economia do Desenvolvimento, caracterizada agora pelo caráter difuso, fragmentado, com a incorporação de novas temáticas ao debate. Essa mudança nos rumos da disciplina pode ser vista claramente através da análise da crescente importância adquirida pelo debate sobre desenvolvimento territorial, conforme se pretende mostrar no capítulo terceiro.

Nesse sentido, de forma análoga ao apresentado no item 1.1 do capítulo primeiro, o presente capítulo se dedica à apreensão das características fundamentais deste período pós-fordista. Isso é importante na medida em que possibilita um melhor entendimento do contexto e da função histórica desempenhada por essa Nova Economia do Desenvolvimento.

Um primeiro passo na tentativa de capturar esta fase consiste justamente em mostrar alguns elementos centrais da crise que assola grande parte da economia mundial, seu papel no declínio da ideologia desenvolvimentista, ascensão do neoliberalismo e na transformação da estrutura produtiva.

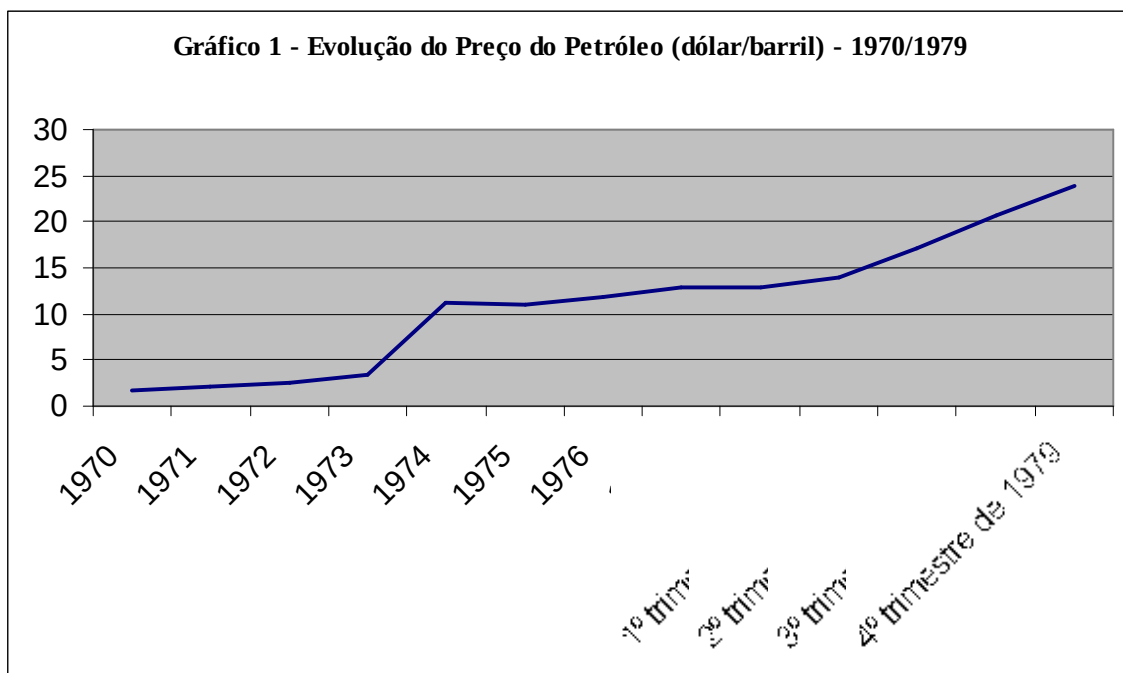
2.1. A CRISE DOS ANOS 1970

Em retrospecto, é possível afirmar que os primeiros sinais da crise já começam a se manifestar em meados da década de 1960. No entanto, “até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente”. (Hobsbawm, 1995, p.393). Mais do que isso, não é difícil encontrar os que, durante os anos gloriosos, chegaram a pensar que aquele estado de coisas seria uma tendência estrutural do capitalismo. Estes se esqueceram de que, ao contrário, um dos elementos centrais da dinâmica própria ao modo de produção capitalista é a crise. Conforme ressalta Carcanholo:

As crises cíclicas do capitalismo são o resultado do desenvolvimento das suas próprias contradições. São o momento de irrupção da contradição entre a produção de mercadorias e a realização dos valores produzidos e, ao mesmo tempo, de recomposição da unidade contraditória entre os dois pólos, produção e realização (apropriação – circulação). A recomposição da unidade é justamente o restabelecimento das condições de valorização, a partir das próprias conseqüências da crise e, portanto, o que fornece à crise uma característica cíclica. (Carcanholo, 2004, p. 2-3)

A crise dos anos 1970 pode, então, ser caracterizada pelo esgotamento do padrão fordista de acumulação (em grande medida responsável pelo amplo crescimento econômico do período anterior) e pela conseqüente redução das taxas de lucro.

De acordo com grande parte da literatura, a crise começou a ganhar força em 1974 com o primeiro choque do petróleo. Entre outubro de 1973 e janeiro de 1974, o preço do barril de petróleo quase triplica (passa de US\$ 3,73 em 1973 para US\$ 11,25 em 1974). Já no ano de 1979, assiste-se a um novo aumento dos preços (que passa de US\$ 13,89 no primeiro trimestre para US\$ 23,91 no último). Esta tendência pode ser vista no gráfico 1.

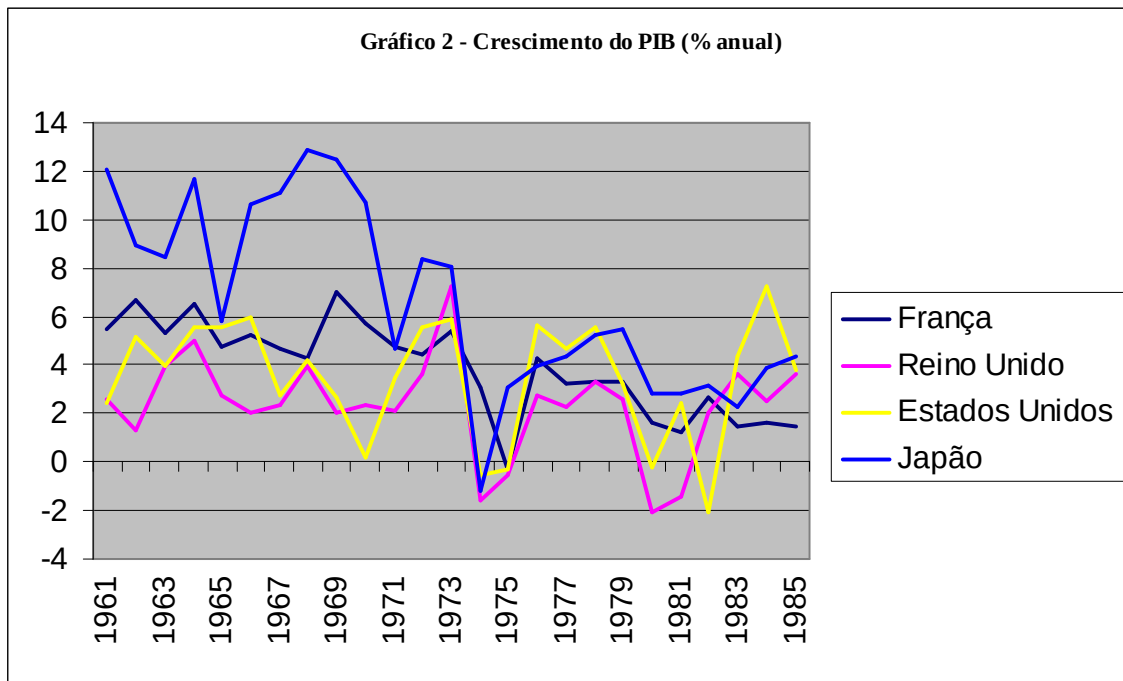


Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados disponíveis em Baruco e Carcanholo (2006, p. 4)

A partir desse momento, verificam-se quedas significativas em diversos indicadores. Observando-se os dados de crescimento do PIB ano a ano, é possível verificar os piores momentos dessa crise – o biênio 1974/75 e os primeiros anos da década de 1980. Neste primeiro período (1974/75), as principais economias do mundo, representadas no gráfico 2, apresentaram taxas negativas de crescimento, especialmente o Reino Unido onde, de um crescimento de 7,24% em 1973, passa-se para -1,58% em 1974. No segundo momento da crise, as coisas não são muito diferentes. O Reino Unido apresenta novamente um crescimento negativo em 1980 (-2,10%), que se mantém no ano seguinte (-1,46%). O mesmo vale para a economia norte-americana que, em 1980, cresce a uma taxa de -0,24%, e vê seu desempenho piorado significativamente em 1982 (-2,07%).

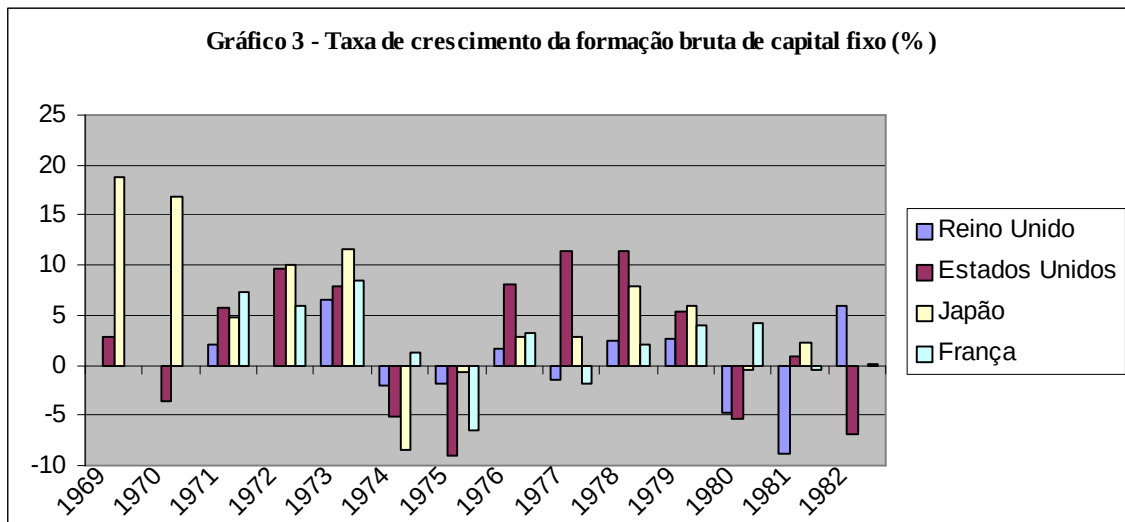
Japão e França, que também atingiram taxas negativas de crescimento no biênio 1974/75⁴² não chegam a sofrer tanto no início da década de 1980; mas vale observar que nenhuma dessas economias voltou a crescer nos parâmetros da década de 1960.

⁴² Note-se que, em 1974, o Japão, com um crescimento de -1,23%, só não perde para o Reino Unido.



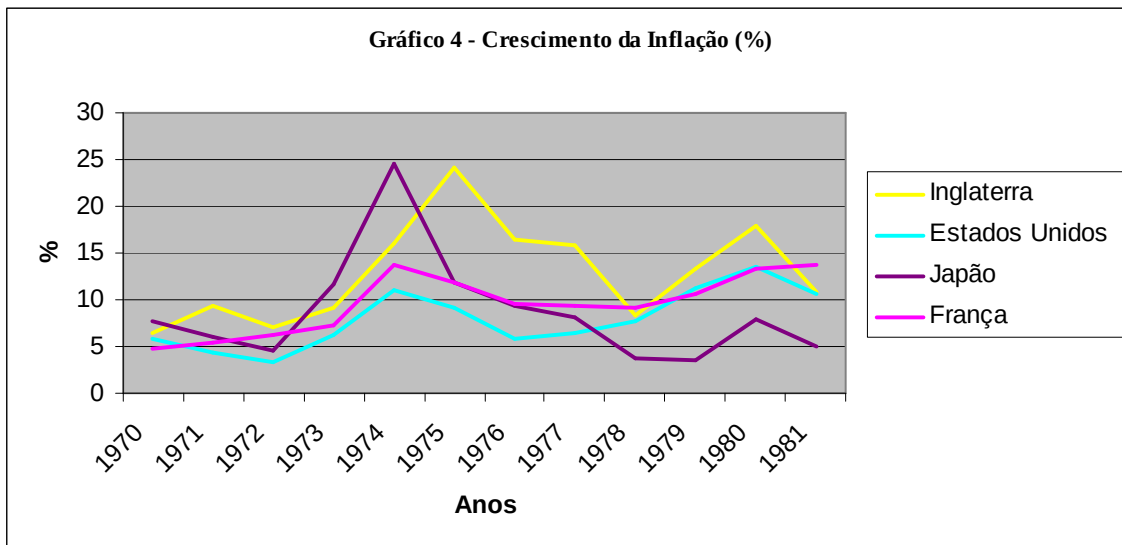
Fonte: Banco Mundial (2003).

Considerando os indicadores de formação bruta de capital fixo, que apontam a taxa de crescimento do incremento de capital em decorrência do processo de acumulação, a mesma tendência pode ser observada. Vale notar que já em 1970 os Estados Unidos apresentam um decréscimo significativo (-3,63%) neste indicador, resultado este que volta a se repetir, obviamente com mais intensidade, no biênio 1974/75 (atingindo -5,15% e -9,03%, respectivamente), e atingem a marca de -5,33% em 1980 e -6,91% em 1982. No Reino Unido, assim como mostram os dados do crescimento do PIB, olhando para a taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo é possível perceber como a crise no seu segundo momento é mais intensa nesse país. Em contraposição à queda de 1,95% e 1,89% nos anos de 1974 e 1975, assiste-se a uma queda de 4,75% em 1980 e 8,86% em 1981 na formação bruta de capital fixo. Já no Japão e na França, também corroborando os dados de crescimento do PIB, os piores momentos da crise foram em 1974 e 1975. O Japão apresenta um crescimento de -8,51% em 1974 e a França um crescimento de -6,45% em 1975.



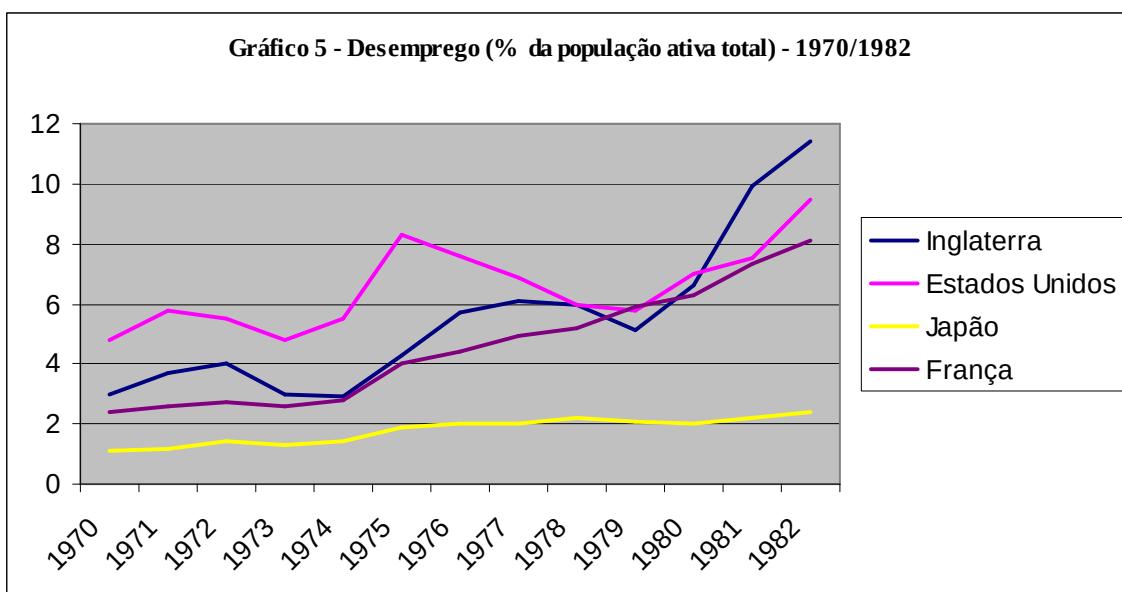
Fonte: Banco Mundial (2003).

Diferentemente, no entanto, dos demais períodos de crise, assiste-se ao aumento significativo da inflação (fenômeno que ficou consagrado na literatura econômica sob o título de *estagflação*), em decorrência, principalmente, de uma política monetária extremamente frouxa dos Estados Unidos e da Inglaterra durante a Era de Ouro, somada ao aumento nos preços do petróleo. Como pode ser visto no gráfico 4, em 1973, a inflação atinge 11,7% no Japão, 9,2% na Inglaterra, 7,3% na França e 6,2% nos Estados Unidos. Em 1974 os resultados são ainda piores. A inflação alcança 24% no Japão, 16% na Inglaterra, 13,7% na França e 11% nos Estados Unidos. Vale notar que, na Inglaterra, o ápice será em 1975, com a inflação atingindo a marca dos 24%. Entre 1980 e 1982 a inflação também aumenta, ainda que com menor intensidade.



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados disponíveis em Baruco e Carcanholo (2006, p.6)

Os dados sobre desemprego não são menos alarmantes. Com a exceção do Japão, as demais economias apresentam um aumento significativo neste índice, que tem início no primeiro momento da crise, mas que permanece crescente até a década de 1980, alcançando, em 1982, na Inglaterra, Estados Unidos e França a marca de 11,4%, 9,5% e 8,1%, respectivamente. Vale notar que, apesar de não serem valores muito altos, estes devem ser comparados com o início da década de 1970, quando o desemprego nestes mesmos países não atingia sequer 5% da população ativa.

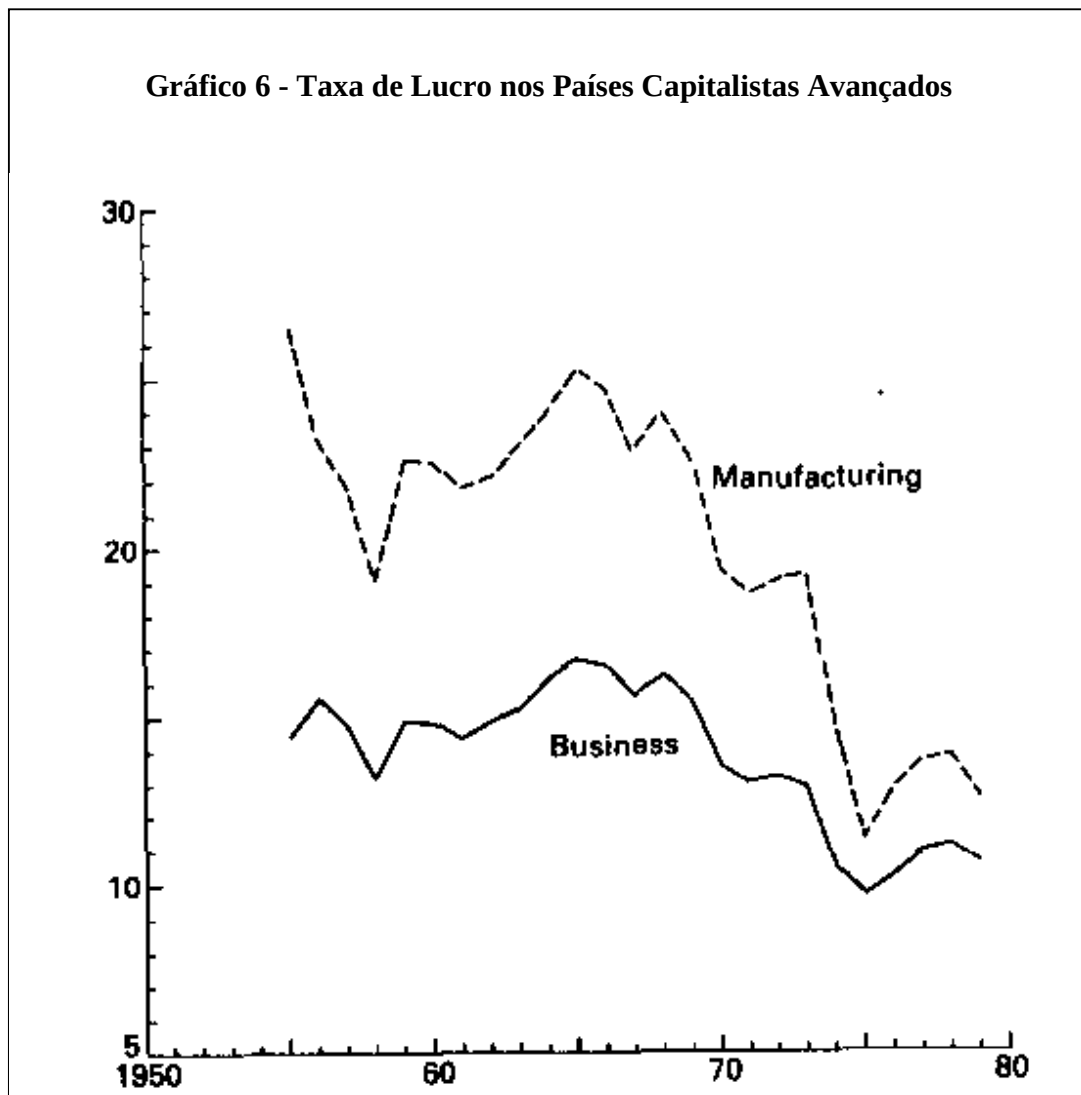


Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados disponíveis em Baruco e Carcanholo (2006, p.6)

Em síntese, a partir desses dados é possível notar que, tanto em 1974-1975, como em 1980, as mesmas características da crise se repetem: “forte redução da produção e do investimento, aliada ao aumento da inflação e do desemprego. Entretanto, a crise dos anos 80 mostra uma especificidade em relação à de 1974-1975: a recuperação não ocorreu mais de forma rápida como em 1976-1977. Os anos 80 são iniciados com uma crise que mostra uma forte tendência de estagnação da economia capitalista mundial”. (Carcanholo, 2004, p.6)

Um último dado relativo à crise merece destaque: a queda da taxa de lucro. Como dito anteriormente, esta crise, caracterizada pelo esgotamento do padrão fordista de acumulação, acarreta uma redução das taxas de lucro. Conforme pode ser visto no gráfico 6, assiste-se a uma queda de mais de 10% entre 1968 e 1975.

Gráfico 6 - Taxa de Lucro nos Países Capitalistas Avançados



Fonte: Glyn et al (1990, p.52).

A tentativa de recomposição desta taxa de lucro implicou, primeiramente, uma redução dos custos salariais (elevado em função das conquistas obtidas pelos trabalhadores durante o *Welfare State*). Além disso, “demandou-se a redução da tributação sobre investimentos, ou melhor, sobre os rendimentos que podem financiar investimentos, os lucros”. (Carcanholo, 2004, p.6)

Um outro ponto importante na resposta à queda na taxa de lucro foi a reestruturação produtiva, que visava aumentar o tempo de rotação do capital. Com isso seria possível,

ampliar a produção excedente, dado um determinado volume de capital aplicado, e, conseqüentemente, elevar as taxas de lucro.⁴³

Note-se que todas essas respostas do capital à sua crise caminharam em direção a uma maior flexibilização. Nesse sentido, em contraposição à rigidez característica do modelo de desenvolvimento fordista, convencionou-se chamar de *acumulação flexível* a nova forma encontrada pelo capital para dar continuidade à sua acumulação. Segundo Harvey, este regime de acumulação flexível

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2005, p.140).

As principais características deste novo padrão de acumulação serão desenvolvidas mais adiante. Neste momento, o importante a ter presente é que,

[...] enquanto o processo de reestruturação produtiva se encarregou da rotação do capital, o neoliberalismo, enquanto aspecto político, ideológico e econômico, teve o papel de garantir as condições de lucratividade interna (desregulamentação e flexibilização dos mercados – principalmente o de trabalho) e externa (pressão por desregulamentação e abertura dos mercados comerciais e financeiros). Na verdade, reestruturação produtiva e neoliberalismo são duas interfaces de uma mesma resposta do capital à sua própria crise nos anos 70. (Carcanholo, 2004, p.7)

2.1.1. Crise do desenvolvimentismo e ascensão do neoliberalismo

No plano das idéias, a crise dos anos 1970 se refletiu na queda da ideologia desenvolvimentista e ascensão da ideologia neoliberal.

Já de início, vale destacar que por ideologia entende-se aqui o “[...] conjunto de idéias, [de] representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. (Fiorin, 2003, p.28). Neste sentido, a ideologia, como fenômeno histórico-social relacionado ao modo de produção econômico, aparece como “[...] uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe

⁴³ Uma análise detalhada da relação entre a rotação do capital e a taxa de lucro pode ser vista em Muls e Carcanholo (1997).

social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social”. (Ibid, p.29).⁴⁴

Não é objetivo aqui, e nem poderia ser, adentrar nos pormenores desta discussão. Para o que se propõe, é importante apenas ter em mente que a ideologia desenvolvimentista, conforme se tentou explorar ao longo do capítulo anterior, foi sintetizada na crença generalizada do desenvolvimento econômico (capitalista) como panacéia para os problemas econômicos. Sua ligação com o contexto da Guerra Fria é bem direta. Naquele momento, essa ideologia foi necessária à manutenção da ordem sistêmica, na medida em que seria uma resposta às promessas que vinham do outro lado da “cortina de ferro”.

O amplo crescimento econômico do período se forma, então, com base na ideologia desenvolvimentista, com base na crença e na aplicação de políticas de cunho desenvolvimentista, servindo como a sustentação econômica da promessa capitalista. Nesse período, parecia realmente possível que o capitalismo fosse capaz de eliminar todos os problemas sociais existentes. E para que esta crença se consolidasse eram necessárias determinadas relações de produção, determinado equilíbrio na luta de classes, determinadas condições políticas dadas tanto mundial quanto nacionalmente, e foi justamente isto que se observou.

Apesar de o neoliberalismo também ter surgido durante o pós-guerra como reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar europeu e o New Deal norte-americano, seu propósito de “[...] combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”, não havia encontrado condições favoráveis nas décadas de 1950 e 1960: “[...] o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história [...]. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os

⁴⁴ Como destaca Chauí (2000): “Os ideólogos são membros da classe dominante e das classes aliadas a ela, que, como intelectuais, sistematizam as imagens e as idéias sociais da classe dominante em representações coletivas, gerais e universais. Essas imagens e idéias não exprimem a realidade social, mas representam a aparência social do ponto de vista dos dominantes. São consideradas realidades autônomas que produzem a realidade material ou social. São imagens e idéias postas como universais abstratos, uma vez que, concretamente, não corresponde à realidade social, dividida em classes sociais antagônicas. Assim, por exemplo, existem na sociedade, concretamente, capitalistas e trabalhadores, mas na ideologia aparece abstratamente o Homem”. Em síntese, “A ideologia é a lógica da dominação social e política”.

avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado”. (Anderson, 1995, p.10).

No contexto da crise na década de 1970 (que tem início já no fim dos anos 1960), conhecida pela combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, as idéias neoliberais passam a ganhar terreno.⁴⁵ Principalmente entre os países capitalistas desenvolvidos, comumente se argumenta que as políticas nacionais fundamentadas em preceitos desenvolvimentistas não haviam logrado êxito na sua proposição basilar: a idéia de que o progresso material, sob o modo de produção capitalista, seria suficiente para contemplar, no mínimo, as necessidades básicas históricas da população do planeta. Ao contrário disto, assistia-se naquele momento a um acirramento das desigualdades sociais,⁴⁶ além da inflexão no extraordinário crescimento econômico do pós-guerra sem que as diferenças de desenvolvimento entre os países tivessem sido efetivamente diminuídas, conforme visto na seção anterior.

De acordo com o argumento neoliberal, as raízes desta crise “[...] estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, no movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”. (Anderson, 1995, p.10). O remédio seria, então, romper com estas tendências. E é neste sentido que, diferentemente do liberalismo clássico,⁴⁷ o neoliberalismo irá pregar um Estado forte para garantir o Estado mínimo, visto que ao Estado caberia o papel de garantir o livre funcionamento do mercado através da implementação de reformas estruturais de desmantelamento do Estado de Bem-Estar.

⁴⁵ “A crise de 1929 foi responsável pela queda da hegemonia teórica de inspiração liberal e pela subsequente emergência das teses de inspiração keynesiana, assim como a crise dos anos 1974-1975 responde pelo retorno da hegemonia teórica neoliberal”. (Baruco e Carcanholo, 2006, p. 2-3).

⁴⁶ Como destaca Fiori (1999, p.13): “Em 1965, a renda média *per capita* dos 20% dos habitantes mais ricos do planeta era 30 vezes maior que a dos 20% mais pobres (US\$ 74 contra US\$ 2.281), enquanto em 1980 essa diferença já havia pulado para 60 vezes (US\$ 283 contra US\$17.056)”.

⁴⁷ Esta não é, certamente, a única diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Não cabe aqui, no entanto, uma revisão de todas elas. Uma análise detalhada sobre o assunto pode ser vista em Carcanholo (2004a).

Este programa não impôs, no entanto, sua hegemonia do dia para a noite. Os primeiros países a implementá-lo foram, sem dúvida, os latino-americanos.⁴⁸ Mas levou aproximadamente uma década até que a eleição, em 1979, de Margareth Thatcher no Reino Unido, e de Ronald Reagan em 1980, marcasse, de forma incontestada, a ascensão neoliberal, com sua expansão do plano teórico para o político. Estes foram os primeiros países capitalistas avançados declaradamente empenhados em pôr em prática o programa neoliberal.⁴⁹

A década de 1980 foi, então, caracterizada pela expansão do neoliberalismo para grande parte dos países capitalistas avançados: “No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal”. (Anderson, 1995, p.14).

A queda do mundo socialista, emblemizada pela queda do Muro de Berlim no ano de 1989, representa, neste sentido, um marco histórico importante. Como destaca Ianni (1999, p. 109), “[...] com a dissolução do bloco soviético, intensifica-se e estende-se o desenvolvimento do capitalismo. As nações que haviam experimentado projetos socialistas transformam-se em espaços do mercado mundial, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais”. Este não foi, no entanto, o triunfo de qualquer capitalismo, mas sim daquele específico liderado por Reagan e Thatcher. Apesar de já serem evidentes, no final dos anos 1980 e início dos 1990, os limites do neoliberalismo nos países ocidentais, assiste-se à sua expansão para os países do leste europeu – e como bem nota Anderson (1995, p.18), “não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os ‘reformadores’ do Leste”.

Nos termos apresentados na presente seção, ou seja, em termos políticos e ideológicos,

⁴⁸ Ao falar sobre o caso latino-americano, e mais especificamente sobre o emblemático caso chileno, destaca Anderson (1995, p.19): “[...] genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea”.

⁴⁹ As experiências inglesa e norte-americana de implementação do neoliberalismo foram, no entanto, bastante distintas. Como destaca Anderson (1995, p.12): “O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. [...] A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia”.

[...] o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. (Anderson, 1995, p.18).

O neoliberalismo, não se restringiu, no entanto, a este aspecto, também se desdobrando em um receituário de políticas econômicas. Este conjunto de políticas e reformas ficou conhecido na literatura econômica sob o termo *Consenso de Washington* – cunhado em 1989 pelo economista John Williamson, como resultado de uma reunião entre os membros dos organismos multilaterais, funcionários do governo americano e economistas desses países, ocorrida em Washington neste mesmo ano.

As principais propostas contidas no Consenso de Washington (reiteradas, a despeito de algumas mudanças marginais, na sua versão mais recente: o Pós-Consenso) incluem a abertura comercial, desregulamentação e liberalização financeira e a retirada do Estado da economia. Defendia-se a implementação de reformas “pró-mercado”, que garantissem a esta instituição o papel principal na alocação dos recursos econômicos. Sobretudo era necessário garantir o saneamento das contas públicas (via corte de gastos, privatizações etc.) para criar um ambiente favorável aos investimentos e à lucratividade do setor privado.⁵⁰ (Williamson, 1990).

Os resultados da aplicação destas políticas não foram, no entanto, muito animadores,⁵¹ mostrando a incapacidade destas políticas em promover uma retomada no ritmo de acumulação de capital alcançado durante a era de ouro do capitalismo. (Baruco e Carcanholo, 2006, p.16).

Este insucesso da estratégia neoliberal levou a uma primeira revisão do pensamento ortodoxo. Conforme destaca Carcanholo (2004a, p.303), “após a primeira fase em que o argumento ortodoxo de liberalização radical e do tratamento de choque não foram respaldados

⁵⁰ De acordo com Fiori (1999, p.36), “[...] as propostas do Consenso atualizam para o conjunto do Terceiro Mundo – e em particular para a América Latina – as novas convicções liberais hegemônicas nas academias e na política econômica mundial, a partir da crise dos anos 70”.

⁵¹ De fato, se o neoliberalismo alcançou êxito em termos político-ideológicos, o mesmo não se pode dizer dos aspectos econômicos e sociais: “Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria”. (Anderson, 1995, p.23).

pelas experiências latino-americanas, a explicação convencional passou para um segundo momento em que se defendeu o argumento seqüencial”. De acordo com esta perspectiva, o processo de abertura deveria ocorrer de acordo com uma seqüência ótima.

A primeira etapa desta seqüência ótima deveria ser a reforma fiscal, visando à redução da rigidez nas taxas de juros; a segunda etapa seria a liberalização financeira interna; dando início à abertura externa, a terceira etapa teria que ser a unificação do mercado cambial; a quarta etapa é a da abertura comercial que também deveria ser feita em seqüência; completada a abertura comercial, seria implementada a quinta e última etapa da seqüência ótima de abertura externa, a liberalização financeira externa. Vale notar que todas essas reformas deveriam ser precedidas por uma estabilização macroeconômica. (Ibid, p.304-305).

Após as crises financeiras e cambiais da década de 1990, no entanto, o pensamento ortodoxo se viu impelido a passar por uma nova reformulação. Nesta terceira fase, reconhece-se que a “seqüência das reformas é importante, porém é insuficiente e pode levar a instabilidades financeiras e crises cambiais”. (Ibid, p.306).

O ponto central desta reformulação foi a proposição de medidas que diminuíssem as imperfeições de mercado (responsáveis, segundo essa perspectiva, pelas instabilidades). Vale notar que, com estas “reformas de segunda geração” (como costumam ser chamadas dentro do pensamento convencional), não se defende uma reversão das reformas, mas uma espécie de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa. Este conjunto de reformas ficou conhecido na literatura econômica sob o título de *Pós-Consenso de Washington*.⁵²

Conforme se verá mais adiante, a implementação efetiva deste projeto neoliberal de sociedade terá consequência importante sobre a economia mundial (e, portanto, sobre as teorias do desenvolvimento). Por hora, o importante a ter presente é a forma como o neoliberalismo, em termos ideológicos, políticos e econômicos, apresentou-se, no contexto da crise dos anos 1970, como uma alternativa ao keynesianismo desenvolvimentista. A próxima

⁵² Um detalhamento destas reformas de segunda geração constitutivas do Pós-Consenso pode ser visto em Kuczynski e Williamson (2004)

seção será dedicada ao processo de reestruturação produtiva que, como dito anteriormente, aparece como a outra face da resposta do capital à sua própria crise.

2.1.2. Reestruturação produtiva: do fordismo à acumulação flexível

Como indicado anteriormente, a crise dos anos 1970 evidencia o esgotamento do padrão de acumulação fordista de tal forma que, ao lado do projeto neoliberal, a reestruturação produtiva ocupa lugar de destaque na tentativa de recuperação das taxas de lucro, depreciadas durante a década de 1970.

No que diz respeito especificamente ao processo de produção, a principal transformação talvez tenha sido a substituição das economias de escala (grande marca da produção fordista de massa) por uma produção de uma variedade crescente de bens a preços baixos e em pequenos lotes. Em suma, “as economias de escopo derrotaram as economias de escala”. (Harvey, 2005, p.148).

A implementação de sistemas mais flexíveis de produção permitiu uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de parcelas de mercado altamente especializadas e de pequena escala. Aliado a isso, o tempo de giro do capital – uma das chaves da lucratividade capitalista – foi reduzido pelo uso de novas tecnologias produtivas e de novas formas organizacionais (como, por exemplo, o sistema de gerenciamento de estoques “*just-in-time*”, que diminui substancialmente a quantidade de material necessária para manter o fluxo de produção).

No entanto, “[...] a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro do consumo”. (Ibid, p.148).. Assim, o sucesso da acumulação flexível esteve significativamente articulado a uma mudança de comportamento no mercado consumidor. Como destaca Harvey

[...] a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (Harvey, 2005, p.148).

No mercado de trabalho, a diminuição da estabilidade no emprego, com a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, figura entre as transformações mais significativas. Como destaca Harvey, esses arranjos de emprego flexíveis não chegaram a criar por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que, por vezes, a flexibilidade é tida como algo mutuamente benéfico. No entanto, do ponto de vista da população trabalhadora como um todo, ou seja, em termos agregados, quando se consideram os direitos trabalhistas, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos. Assim, a atual tendência tem sido de aumento da subcontratação e do trabalho temporário. (Harvey, 2005, p.143-144).

Vale notar que estas mudanças no mercado de trabalho tiveram como contrapartida mudanças de igual importância na organização industrial. De acordo com Harvey (Ibid, p.145), “a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista [...] revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo”.⁵³

As conseqüências disso sobre a organização da classe trabalhadora não podem ser de modo algum desprezadas. Como a viabilidade da organização da classe trabalhadora (em sindicatos, por exemplo) dependia essencialmente do acúmulo de trabalhadores em fábricas, ela se torna peculiarmente difícil com o crescimento dos sistemas de trabalho familiares e domésticos.⁵⁴ (Idem, ibidem)

⁵³ “Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da ‘Terceira Itália’, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. O ecletismo nas práticas de trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecletismo das filosofias e gostos pós-modernos” (Harvey, 2005, p.175).

⁵⁴ “Com efeito, uma das grandes vantagens [para o capital] do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando por um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional”. (Harvey, 2005, p.145-146).

Aliado a essa crescente incapacidade de organização da classe trabalhadora, o processo de rápida redução nos custos de transporte e de comunicação tem oferecido uma maior liberdade à indústria, tradicionalmente dependente de restrições locais no tocante a fontes de matérias-primas e mercados, de tal forma que o capital se vê livre das “restrições de localidade” e das responsabilidades pelas conseqüências de sua exploração. O capital agora “é livre para explorar e abandonar as conseqüências dessa exploração. Livrar-se da responsabilidade pelas conseqüências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente”. (Bauman, 1999, p.16).

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, no entanto, a dispersão, a mobilidade geográfica, as respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo não tornaram o capitalismo mais “desorganizado”.⁵⁵ Segundo Harvey (2005, p.150-152), a organização nos dias atuais foi alcançada por meio de dois desenvolvimentos paralelos: em primeiro lugar, o acesso à informação e seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados; o segundo desenvolvimento – mais importante que o primeiro –, foi a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira.

Sem dúvida, o sistema financeiro desempenha um papel muito mais importante nos dias atuais do que desempenhou durante o período fordista.

No que diz respeito à acumulação de capital, a esfera financeira tem absorvido grande parte do excesso de capital incapaz de se valorizar através da produção e venda/realização de mercadorias. A expansão do capital fictício⁵⁶, nos marcos do processo consagrado na literatura

⁵⁵ Essa perspectiva, segundo a qual o traço característico do capitalismo nos dias atuais é sua desorganização, é defendida por Lash e Urry em seu trabalho *The End of Organized Capitalism*. Uma sistematização do contraste entre o capitalismo organizado e o capitalismo desorganizado, segundo estes autores, pode ser vista em Harvey (2005, p.165-167).

⁵⁶ Como ressalta Carcanholo (2004, p.15), “O capital fictício pode ser entendido como um desdobramento (complexificação) do capital portador de juros”. Na medida em que ele não produz excedente, mas apenas se apropria, estando cada vez mais “descolado” de sua base material, pode-se dizer que “do ponto de vista

econômica sob o título de *financeirização*, é extremamente funcional à acumulação de capital, na medida em que possibilita uma aceleração no funcionamento de atividades produtivas, permitindo a maior acumulação global de capital, a redução do tempo de rotação e, portanto, o aumento da taxa de lucro por período. (Carcanholo, 2004, p.16).

No entanto, é preciso observar que, se o capital fictício possui a funcionalidade para a dinâmica de acumulação de capital descrita acima, ele possui uma disfuncionalidade não desprezível. Como ressalta Carcanholo:

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfuncionalidade do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital. (Carcanholo, 2004, p.17).

No que diz respeito à geopolítica mundial, os novos sistemas financeiros implementados a partir da década de 1970 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, de tal forma que a “acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia”. (Harvey, 2005, p.155). Mais do que isso: se é verdade que o equilíbrio entre poder financeiro e poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro. (Harvey, 2005, p.156).

Isso não significa, no entanto, que o Estado tenha perdido toda a sua força e nem que o intervencionismo tenha diminuído de modo geral, visto que, em alguns aspectos, a intervenção do Estado alcança hoje um grau bem mais fundamental.⁵⁷ O que se assiste (e este ponto é essencial à tese que se pretende defender) é, em nível nacional, uma descentralização e um aumento da competição inter-regional/interurbana, e, no âmbito supranacional, uma luta pela

individual trata-se de capital para seu proprietário, mas do ponto de vista do capital global é fictício. Entretanto, o caráter fictício desse capital não lhe retira influência sobre a acumulação de capital; sua lógica interfere na dinâmica da acumulação”.

⁵⁷ Com essa afirmação pretende-se aqui indicar o fato de que o Estado demandado pela ordem vigente deve ser fraco para as demandas sociais, mas forte para atender aos desejos do capital (e para esta tarefa não há redução de “intervencionismo”).

recuperação, para a coletividade de Estados capitalistas, de parte do poder perdido individualmente nas décadas anteriores. Essa recuperação se deu através da concessão aos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, o status de autoridades centrais capazes de exercer o poder das nações-Estado capitalistas avançadas sobre as negociações internacionais. (Harvey, 2005, p.159-160).

Vale notar que essas transformações foram acompanhadas, e em grande medida promovidas, pela ascensão de um agressivo neoconservadorismo na América do Norte e em parte da Europa Ocidental, que se expande progressivamente para diversos países. Conforme se procurou mostrar na seção anterior, no entanto, o sucesso político do neoliberalismo dificilmente pode ser atribuído às suas realizações econômicas e sociais. Segundo Harvey,

[...] vários comentadores têm atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida. [...] Hoje o empreendedimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística. (Harvey, 2005, p.161).

Embora este seja um processo de difícil apreensão, sua consistência com a transição do fordismo à acumulação flexível parece clara, mesmo que a direção da causalidade não o seja (se é que de fato existe alguma). Numa espécie de retroalimentação e de interação dialética, o movimento mais flexível do capital se associa ao novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. (Ibid, p.161).

Uma sistematização dessas diferenças entre a produção fordista em massa e o sistema de acumulação flexível pode ser vista no quadro abaixo.

Quadro I: Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível segundo Swyngedouw

<i>Produção fordista</i> (baseada em economias de escala)	<i>Produção just-in-time</i> (baseada em economias de escopo)
A. O PROCESSO DE PRODUÇÃO	
Produção em massa de bens homogêneos	Produção em pequenos lotes
Uniformidade e padronização	Produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto
Grandes estoques e inventários	Sem estoques
Testes de qualidade ex-post (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
Produtos defeituosos ficam ocultos nos estoques	Rejeição imediata de peças com defeito
Perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques etc.	Redução do tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho”
Voltada para os recursos	Voltada para a demanda
Integração vertical e (em alguns casos) horizontal	Integração (quase-) vertical, subcontratação
Redução dos custos através de controle dos salários	Aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
B. TRABALHO	
Realização de uma única tarefa pelo trabalhador	Múltiplas tarefas
Pagamento pro-rata (baseado em critérios da definição do emprego)	Pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
Alto grau de especialização de tarefas	Eliminação da demarcação de tarefas
Pouco ou nenhum treinamento no trabalho	Longo treinamento no trabalho
Organização vertical	Organização mais horizontal do trabalho
Nenhuma experiência de aprendizagem	Aprendizagem no trabalho
Ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	Ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
Nenhuma segurança no trabalho	Grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários
C. ESPAÇO	
Especialização espacial (centralização/descentralização)	funcional Agregação e aglomeração espaciais
Divisão espacial do trabalho	Integração espacial
Homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente	Diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)

segmentados)	interna do mercado de trabalho)
Distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	Proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas

D. ESTADO

Regulamentação	Desregulamentação/re-regulamentação
Rigidez	Flexibilidade
Negociação coletiva	Divisão/individualização, negociações locais ou por empresa
Socialização do bem-estar social (o Estado de bem-estar social)	Privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
Estabilidade internacional através de acordos multilaterais	Desestatização internacional; crescentes tensões geopolíticas
Centralização	Descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana
O Estado/cidade “subsidiador”	O Estado/cidade “empreendedor”
Intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços	Intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
Políticas regionais nacionais	Políticas regionais “territoriais” (em forma de uma terceira parte)
Pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	Pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
Inovação liderada pela indústria	Inovação liderada pelo Estado

E. IDEOLOGIA

Consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo	Consumo individualizado: cultura “yuppie”
Modernismo	Pós-modernismo
Totalidade/reforma estrutural	Especificidade/adaptação
Socialização	Individualização; a sociedade do “espetáculo”

Fonte: Swyngedouw apud Harvey (2005, p.167-169)

Vale notar que se utiliza aqui a interpretação oferecida por Swyngedouw e apresentada por Harvey (2005). Ao enfatizar as mudanças no modo de produção e de organização industrial, Swyngedouw situa a transição na corrente principal da economia política marxista, ao mesmo tempo em que aceita claramente a linguagem da escola da regulação, facilitando a comparação entre estes dois momentos históricos fundamentais à presente análise.

Não há, no entanto, um consenso entre os estudiosos do assunto sobre quais seriam as características fundamentais do novo momento histórico, e, mais que isso, se essas

transformações seriam suficientes para afirmar a emergência de novo padrão de desenvolvimento (comparável ao fordista).

Em um extremo, têm-se os autores (como, por exemplo, Piore e Sabel) defendendo que a profundidade das transformações ocorridas no capitalismo pós-fordismo “abrem a possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas”. (Harvey, 2005, p.177). Normalmente, o caso da ‘Terceira Itália’ é empregado como um exemplo dessas novas formas de organização cooperativa de trabalhadores que, de acordo com essa perspectiva, armados com novas tecnologias descentralizadas de comando e controle, podem integrar-se com sucesso às formas dominantes e repressivas de organização do trabalho características do capital corporativo e multinacional, e até mesmo subvertê-las. (Idem, ibidem).

Em outro extremo, se posicionam alguns autores que, principalmente em virtude da constatação de que não houve uma recuperação plena no ritmo de acumulação de capital, argumentam pela não constituição de um novo padrão de desenvolvimento.

A posição aqui adotada se situa em um ponto intermediário entre estes dois extremos. Como bem observa Harvey, o tipo de crítica como a apresentada acima “introduz algumas correções importantes no debate. A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses caminhos é por certo correta”. (Ibid, p.178).

De fato, as características essenciais do modo de produção capitalista são mantidas.⁵⁸ Primeiramente, o capitalismo é orientado para o crescimento, não importando as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Assim, “um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom”. Além disso, o crescimento se apóia na exploração do trabalho vivo na produção, ou seja, vem da diferença entre o que o trabalho cria e aquilo que ele obtém. Ou seja, o capitalismo se fundamenta numa relação de classe entre capital e trabalho. Por fim, o capitalismo permanece dinâmico em termos tecnológicos e organizacionais. (Ibid, p.166-169).

⁵⁸ Vale notar que estas leis do movimento do capitalismo são entendidas como o produto histórico de relações sociais específicas, e não como leis naturais trans-históricas. (Wood, 2003, p.16).

Sem dúvidas, Marx foi capaz de mostrar estas três condições necessárias ao funcionamento do modo de produção capitalista, acrescentando que, devido às inconsistências e contradições existentes entre elas, a dinâmica do capitalismo é necessariamente propensa a crises.

Assim, se é difícil ignorar a manutenção das leis gerais de funcionamento do capitalismo, é igualmente complicado “fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente”. (Ibid, p.179).

Considerar que nada mudou

[...] dá ao capitalismo um tratamento a-histórico, considerando-o um modo de produção desprovido de dinâmica, quando todas as evidências (incluindo-se aí as explicitamente arroladas por Marx) apontam para o fato de ser o capitalismo uma força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas e, com frequência, sobremodo inesperadas. (Harvey, 2005, p.176).

De fato, a acumulação flexível se apresentou como uma estratégia particular de combinação das duas estratégias de extração de mais-valia: a primeira, apoiada na extensão da jornada e no aumento da intensidade do trabalho, é chamada de mais-valia absoluta;⁵⁹ a segunda, baseada em aumento de produtividade, advindo de mudança tecnológica ou organizacional, é denominada mais-valia relativa.⁶⁰

⁵⁹ “A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital. Muitos dos sistemas padronizados de produção construídos sob o fordismo foram, por essa razão, transferidos para a periferia, criando o ‘fordismo periférico’. Mesmo os novos sistemas de produção tenderam a se transferir, uma vez padronizados, dos seus centros inovadores para localidades terceiro-mundistas”. (Harvey, 2005, p.174).

⁶⁰ “[...] a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho. Também aqui a violência proliferante dos investimentos, que cortou o emprego e os custos do trabalho em todas as indústrias [...], foi um aspecto deveras visível da acumulação do capital nos anos 80. Mas apoiar-se nessa estratégia enfatiza a importância de forças de trabalho altamente preparadas, capazes de compreender, implementar e administrar os padrões novos, mas muito mais flexíveis, de inovação tecnológica e orientação do mercado. Surge então um estrato altamente privilegiado e até certo ponto poderoso da força de trabalho, à medida que o capitalismo depende cada vez mais da mobilização de força de trabalho intelectual como veículo para mais acumulação”. (Harvey, 2005, p.174-175).

E se as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte, o fordismo que as precedeu também não. Assim, “a atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões [...] e de sistemas de produção mais tradicionais [...] que se apóiam em relações de trabalho ‘artesaniais’, paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle do trabalho”. (Harvey, 2005, p.179).

Estas seriam, segundo se entende aqui, as transformações político-econômicas fundamentais do capitalismo no final do século XX. Como o objetivo é, em linhas gerais, contrapor as novas teorias do desenvolvimento à história recente do capitalismo, a próxima seção será dedicada à recuperação de alguns elementos indicados ao longo das páginas anteriores, indispensáveis ao entendimento da dinâmica recente do objeto de estudo do presente trabalho – a Economia do Desenvolvimento.

2.2. A GLOBALIZAÇÃO, O “OCASO” DOS ESTADOS NACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS: O PÓS-FORDISMO

Conforme se procurou destacar ao longo do presente capítulo, com o fim da Guerra Fria, consolida-se “[...] um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. (Ianni, 1997, p.7). A este processo se convencionou chamar globalização – talvez um dos fenômenos mais citados ao longo das últimas décadas, e que por este motivo se mostra de tão difícil trato. Nas palavras do sociólogo polonês Zygmunt Bauman:

A “globalização” está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” – e isso significa basicamente o mesmo para todos. (Bauman, 1999, p.7).

Não cabe aqui, obviamente, entrar nos pormenores de todo um debate que gira em torno da idéia de globalização, demasiado extenso para os propósitos do presente trabalho. Contudo é preciso destacar alguns pontos relacionados a este processo e suas teorizações para que seja possível reunir elementos suficientes à compreensão do surgimento de uma Nova Economia do Desenvolvimento.

O primeiro deles diz respeito ao declínio do Estado-nação como instituição de coordenação e liderança das decisões estratégicas de desenvolvimento, resultado do próprio processo do desenvolvimento capitalista. Este elemento aparece como um fenômeno imposto, inexorável e irreversível (e não como resultado da conjunção de opções político-ideológicas). A globalização traria consigo o “declínio” necessário do Estado-nação.

O fato é que a reforma do Estado foi defendida, difundida e orquestrada pelos principais organismos multilaterais – dentre estes se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) –, tornando-se a palavra de ordem predominante em todo o mundo após o fim da Guerra Fria. (Ianni, 1999, p.109-110).

Vale lembrar que o Banco Mundial e o FMI, criados durante a Segunda Guerra Mundial como parte de um esforço conjunto para financiar a reconstrução da Europa após a devastação provocada pela guerra, fundamentaram-se num reconhecimento de que os mercados, em geral, não funcionavam bem; na crença de que havia a necessidade de uma *ação coletiva em nível global* para a promoção da estabilidade econômica. (Stiglitz, 2002, p.38-39).

Com o passar dos anos, estas instituições se transformaram, no entanto, em algo muito diferente. Durante os anos 1980, com a ascensão do neoliberalismo, o FMI e o Banco Mundial se tornaram as novas instituições missionárias, por meio das quais essas idéias eram “impostas” aos países pobres que, via de regra, precisavam muito de seus empréstimos e concessões.⁶¹

Assim, a orientação de Keynes, que enfatizava os fracassos do mercado e o papel do governo na criação de empregos, foi substituída pelo *mantra* do livre mercado na década de 1980 como parte de um novo consenso – um consenso entre o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos em relação às políticas “certas” para os países em desenvolvimento, que apresentavam uma abordagem radicalmente diferente para o desenvolvimento econômico e a estabilização. (Stiglitz, 2002, p.42-43).

Isso traz à luz um segundo ponto importante relacionado ao processo de globalização: de uma forma geral, redefine-se e intensifica-se o papel e o poder dos organismos multilaterais em ditar agendas globais, ou seja, em ditar “boas” normas e condutas que deveriam ser seguidas por “todos” os países do mundo.

O Consenso de Washington pode ser considerado, dessa forma, a primeira expressão da tendência à construção destas agendas supostamente globais. E com o poder crescente obtido pelos organismos multilaterais, “[...] o Estado-nação começa a ser obrigado a

⁶¹ Segundo Joseph Stiglitz, que foi presidente do Conselho de Assessores Econômicos no governo do presidente Clinton, vice-presidente para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial e seu economista-chefe, “O FMI mudou bastante desde seu início. No começo, baseava-se no conceito de que, em geral, os mercados funcionam mal; agora defende a supremacia do mercado com fervor ideológico. Inicialmente fundamentado na crença de que era preciso pressionar os países para obter políticas econômicas mais expansivas, hoje o FMI concede recursos somente se os países se engajarem em políticas como corte de gastos, aumento de impostos e elevação das taxas de juros, medidas que levam a uma retração da economia. Keynes estaria se revirando no túmulo se pudesse ver o que aconteceu com o projeto que idealizou”. (Stiglitz, 2002, p.39).

compartilhar ou aceitar decisões e diretrizes provenientes de centros de poder regionais e mundiais”. (Ianni, 1997, p.13).

Um último ponto diz respeito à consolidação de blocos regionais, com graus de organização e institucionalidade heterogêneos, porém todos sintonizados com a idéia de que o espaço supranacional é o nível relevante de discussão e convergência de políticas de desenvolvimento.

Também a edificação dos blocos regionais de poder é utilizada como um argumento contra os Estados nacionais. No entanto, até mesmo no que diz respeito à formação dos blocos regionais o Estado nacional não pode deixar de ser uma referência importante. Como destaca Ianni (1997, p.14), a chamada *regionalização* “[...] pode ser vista como uma necessidade da globalização, ainda que seja simultaneamente um movimento de integração de estados-nações”.

E se a globalização cria sociedades globais, estas não se constituem autônomas e alheias à sociedade nacional:

[...] algumas das relações, processos e estruturas que constituem a sociedade global são desdobramentos do que ocorre em âmbito nacional. Inclusive as nações poderosas, complexas, desenvolvidas, dominantes ou hegemônicas incutem na sociedade global algumas das características e alguns dos movimentos desta. (Ianni, 1997, p.89).

É verdade que existe, sob o modo de produção capitalista, uma tendência histórica à superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial. No entanto, destaca Wood (2003, p.8), se “o capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além das fronteiras de qualquer nação-Estado, [...] o capitalismo está longe de prescindir da nação-Estado. O capital precisa do Estado para manter a ordem e garantir as condições de acumulação, e, independentemente do que tenham a dizer os comentadores a respeito do declínio da nação-Estado, não há evidência de que o capital global tenha encontrado um instrumento mais eficaz”.

Em síntese, o ponto a destacar é que estes fenômenos (“ocaso” do Estado nacional, consolidação do espaço supranacional e das agendas “globais”) são, em grande medida, responsáveis por escamotear a existência de diferenças e hierarquias globais:

De maneira lenta e imperceptível, ou de repente, desaparecem as fronteiras entre os três mundos, modificam-se os significados das noções de países centrais e periféricos, do norte e sul, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais. (Ianni, 1997, p.8).

Além disso, diferentemente do que os EUA representaram no período posterior à Segunda Guerra para as nações “não alinhadas” (ou seja, as nações fora do campo soviético), parece haver no período recente uma perda generalizada de referência, apesar do grande poder ainda exercido pelos norte-americanos⁶²:

[...] ninguém parece estar no controle agora. Pior ainda – não está claro o que seria, nas circunstâncias atuais, ‘ter o controle’. [...] não há mais uma localidade com arrogância bastante para falar em nome da humanidade como um todo ou para ser ouvida e obedecida pela humanidade ao se pronunciar. Nem há uma questão única que possa captar e teleguiar a totalidade dos assuntos mundiais e impor a concordância global. (Bauman, 1999, p.66).

E se não há, como ressalta Bauman, uma questão única que possa captar e teleguiar a totalidade dos assuntos mundiais, passa a existir, em contrapartida, uma série de questões, discutidas no âmbito *supranacional* e implementadas no âmbito *subnacional*, de tal forma que o *nacional* é posto em segundo plano, deixando de ser considerado o âmbito relevante de discussão e implementação de estratégias de desenvolvimento.

Conforme se pretende argumentar no próximo capítulo, o consenso sobre o “ocaso” do Estado Nacional, a força adquirida pelos organismos multilaterais e suas agendas globais (e o conseqüente escamoteamento das hierarquias em nível global), e a idéia de que o âmbito supranacional deve ser a esfera de poder relevante, aparecem claramente nos novos debates sobre desenvolvimento. Em contraste com a velha economia do desenvolvimento (calcada no Estado Nacional e na diferença entre eles), muda-se o foco para temáticas que devem ser discutidas em âmbito global e seguidas por todos os países, independente da sua posição na hierarquia internacional.

⁶² Apesar de estar em discussão o destino da hegemonia norte-americana, é fato notável que esta nação continua falando “em nome da humanidade como um todo”. Um exemplo disso é guerra contra o terrorismo. No discurso não se trata meramente dos interesses norte-americanos, são interesses da “comunidade internacional”.

CAPÍTULO 3 – A NOVA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

Conforme se procurou mostrar ao longo do capítulo anterior, a partir da década de 1970, a economia mundial passa por profundas transformações. A ascensão da ideologia neoliberal, as mudanças na estrutura produtiva e nas relações de produção, o aprofundamento do processo de globalização e a criação de novos espaços figuram, segundo a perspectiva aqui adotada, entre as marcas fundamentais da história recente do capitalismo mundial.

Como não poderia deixar de ser, esses fatores terão influência decisiva sobre os rumos da teoria econômica. O que se assiste no bojo destas transformações é a retomada da hegemonia neoclássica, perdida no contexto da crise dos anos 1930, e uma diminuição do espaço adquirido pelas teorias de inspiração keynesiana nesse mesmo contexto. No que diz respeito especificamente ao objeto do presente estudo, este período de crise marca de forma incontestável o declínio da Economia do Desenvolvimento.

De uma forma geral, pode-se dizer que o debate sobre desenvolvimento econômico, no sentido carregado pelas teorias do pós-guerra, adquire, a partir da década de 1980, papel secundário no debate mundial. Isto se deve, em parte, à constatação de que o desenvolvimento econômico, conforme defendido até então, não havia promovido uma melhor distribuição de renda e uma diminuição nas desigualdades espaciais (não por acaso neste mesmo período proliferam os estudos sobre desigualdade de renda e pobreza). Se antes as preocupações estavam voltadas para a desigualdade entre os países, a partir deste momento as atenções se voltam para estas outras duas formas de desigualdade (individual e espacial). Além disso, eram evidentes os danos ambientais da intensa produção industrial do período anterior. Especificamente neste caso, os debates sobre meio ambiente, que ganham crescente relevo, passam a ocorrer com base na polarização desenvolvimento econômico vs. preocupação ambiental.

A partir deste momento, o debate mais universalizante sobre desenvolvimento cede lugar a um sem-número de debates paralelos, cada um deles voltado para um dos aspectos mencionados acima. Esta seria uma mudança significativa no debate, caracterizado agora por

seu caráter difuso, fragmentado, com o desenvolvimento sendo discutido em seus vários aspectos, em suas múltiplas dimensões.

Dentre estas dimensões incorporadas no debate sobre desenvolvimento, dedica-se especial atenção à dimensão espacial, que encontra representação e destaque nas teorias que utilizam o enfoque territorial do desenvolvimento. Essa escolha se justifica na medida em que, nas discussões sobre desenvolvimento territorial/local, evidenciam-se algumas características presentes em toda a Economia do Desenvolvimento.

Na tentativa de melhor elucidar esta e outras características desta que está sendo chamada aqui de nova Economia do Desenvolvimento, dedica-se uma primeira seção ao declínio mesmo da velha Economia do Desenvolvimento, decorrente, em parte, dos resultados concretos da aplicação das políticas de desenvolvimento gestadas na fase áurea do capitalismo no pós-guerra e, em certa medida, das condições sob as quais a disciplina emergiu.

Feito isso, em uma segunda seção procura-se discutir a Nova Economia do Desenvolvimento, tentando auferir uma possível lógica de composição da disciplina. Por fim, dedica-se a última seção ao desenvolvimento territorial, procurando verificar em que medida este debate se insere nas discussões atuais sobre desenvolvimento.

3.1. O DECLÍNIO DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: IMPASSES TEÓRICOS E PRÁTICOS

Albert Hirschman publica, em 1981, um artigo intitulado *Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento* com o intuito de compreender como a Economia do Desenvolvimento, em seu ponto de vista uma disciplina recente da economia, mostrava já na década de 1980 sinais claros de esgotamento. Com propriedade, Hirschman (que, como visto, foi um importante teórico desse campo de estudo) afirma que “já não há mais o antigo ânimo, que estão cada vez mais raras as novas idéias e que a área não está se reproduzindo adequadamente”. (Hirschman, 1982, p.5).

Segundo o autor, no entanto, as explicações normalmente dadas para a diminuição do interesse por uma atividade científica dirigida à resolução de um problema premente (a saber, ou o problema foi de fato solucionado, ou, no extremo oposto, constata-se que a solução não está ao alcance e que nenhum progresso tem sido feito) não se aplicam ao caso da Economia do Desenvolvimento: “o problema da pobreza mundial está longe de ser resolvido, mas incursões animadoras no terreno têm sido e estão sendo feitas. É, por conseguinte, um verdadeiro enigma o fato de haver a Economia do Desenvolvimento florescido por tão pouco tempo”. (Ibid, p.6).

Dessa forma, a explicação para este fenômeno deve ser buscada nas condições sob as quais a disciplina emergiu. De acordo com Hirschman, isso ocorreu como resultado da conjunção de distintas correntes ideológicas que, apesar de ter se mostrado produtiva inicialmente, criou problemas para o futuro: “primeiro, em razão de sua feição ideológica heterogênea, a nova ciência estava submetida a tensões que se mostrariam explosivas na primeira oportunidade. Segundo, em razão das circunstâncias sob as quais surgiu, a Economia do Desenvolvimento se sobrecarregou de esperanças e ambições irrealistas que logo teriam que ser afastadas”. (Idem, ibidem).

Nem todos, no entanto, concordam com o diagnóstico de Hirschman. Arthur Lewis, também um dos teóricos fundadores da disciplina, em um artigo publicado em 1984 defende que o obitório de Hirschman foi precoce. Segundo Lewis (1985, p.83), a Economia do Desenvolvimento, apesar de não estar em seus melhores dias, “está viva e bem”.

Independentemente dos variados diagnósticos, é fato notável que a Economia do Desenvolvimento, já desde a década de 1960, deparou com uma série de dilemas teóricos e práticos.

Caracterizada, segundo a tipologia de Hirschman, como uma vertente que rejeita o pressuposto da teoria monoeconômica (ou seja, “os países subdesenvolvidos são considerados, em relação aos países industriais avançados, um grupo distinto, definido por características econômicas específicas que lhes são comuns”) e aceita o pressuposto de benefícios mútuos (“as relações econômicas entre estes dois grupos de países poderiam ser estabelecidas de forma a assegurar ganhos para ambos”),⁶³ a Economia do Desenvolvimento encontra uma primeira oposição na Economia Ortodoxa, que aceita os dois pressupostos. (Hirschman, 1982, p.6-7).

Defendendo claramente uma retomada dos princípios neoliberais no estudo do desenvolvimento, Deepak Lal, em seu artigo *Os Desenganos da Economia do Desenvolvimento*, argumenta que “o erro mais básico subjacente à Economia do desenvolvimento foi a rejeição (sob várias formas) às hipóteses comportamentais, segundo a qual tanto produtores quanto consumidores, como falou Hicks, ‘agiriam economicamente’. Mais que isso, “o ‘princípio econômico’ não é irrealista no Terceiro Mundo; os pobres podem, de fato, ser ainda mais fortemente levados a buscar vantagens do que os ricos” (Lal, 1994, p.234, tradução nossa)

Segundo o autor, o “dirigismo injustificado” (*unwarranted dirigisme*) defendido pelas teorias do desenvolvimento, baseado na constatação das imperfeições de mercado, pode ser mais nocivo que o *laissez-faire*. Além disso, os argumentos utilizados pelos “intervencionistas” se baseiam na premissa implícita de uma autoridade central onisciente. Assim,

⁶³ Vale notar que esta caracterização de Hirschman merece algumas ressalvas. Primeiro, sobre o pressuposto da teoria monoeconômica, o próprio Hirschman afirma que “a partir da observação de grupos externos, primeiro surge a surpreendente constatação de diversidade e daí se segue a ainda mais espantosa descoberta de que o nosso grupo não é assim tão diferente”. (Hirschman, 1982, p.11-12). Essa conclusão tem sido bastante comum nos estudos antropológicos, mas, de acordo com Hirschman, também se aplica ao caso da economia do desenvolvimento que toma os países subdesenvolvidos como o “grupo externo”. Segundo, é evidente que a vertente latino-americana da economia do desenvolvimento, apresentada no capítulo 1, a partir da tese da deterioração dos termos de troca vai rejeitar o princípio dos benefícios mútuos.

From the experience of a large number of developing countries in the postwar period, it would be a fair professional judgment that most of the more serious distortions are due not to the inherent imperfections of the market mechanism but to irrational government interventions. (Lal, 1994, p.241).

Uma segunda oposição, extremamente fecunda, é oferecida pela vertente neomarxista (especialmente pela teoria da dependência). Segundo a tipologia de Hirschman, nas teorias neomarxistas os pressupostos de benefícios mútuos e da monoeconomia seriam rejeitados. Ou seja, em primeiro lugar, para grande parte destes autores, a “troca desigual” estaria na essência das relações entre a periferia e o centro capitalista; além disso, a estrutura político-econômica dos países periféricos é muito dessemelhante de qualquer processo já ocorrido no centro, e o seu desenvolvimento não pode seguir o mesmo caminho. (Hirschman, 1982, p.7).

De acordo com essa perspectiva crítica, um dos elementos centrais da teoria do desenvolvimento que deve ser abandonado é “a idéia do desenvolvimento como um *continuum* e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso”.⁶⁴ (Marini, 1992, p.72). Além disso, este é, incontestavelmente, um desenvolvimento pensado nos marcos do capitalismo: o subdesenvolvimento seria, em sua essência, uma ausência de avanço capitalista. Assim, ao contrário da defesa dos mecanismos de mercado e da retirada do Estado, presente na vertente ortodoxa, a vertente marxista vai argumentar que um desenvolvimento somente é possível fora dos marcos do sistema capitalista.

Em síntese,

Quando o caminho para o desenvolvimento se mostrou mais árduo do que se supunha, a natureza híbrida da nova subdisciplina tornou-a sujeita a dois tipos de ataques. A direita neoclássica culpou-a por haver abandonado os verdadeiros princípios da monoeconomia e por ter confundido, através de suas novas recomendações de políticas, o problema que pretendia resolver. Para os neomarxistas, por outro lado, a Economia do Desenvolvimento não havia ido suficientemente longe em sua análise da condição dos países pobres: afirmavam ser tão sério o problema que nada poderia modificá-lo, senão a mudança total na estrutura socioeconômica e nas relações com os países ricos; e que, portanto, as

⁶⁴ A adoção desta perspectiva traz inconvenientes metodológicos sérios. Como desenvolvimento e subdesenvolvimento são o mesmo, só podem ser diferenciados mediante a aplicação de critérios quantitativos: “Primeiro, ao ser essencialmente descritiva, não oferecia qualquer possibilidade explicativa. Segundo, o resultado a que chegava era uma perfeita tautologia: uma economia apresentava determinados indicadores porque era subdesenvolvida e era subdesenvolvida porque apresentava esses indicadores”. (Marini, 1992, p.73). Como visto no capítulo primeiro, na concepção de “circulo vicioso da pobreza” de Nurkse “um país é pobre porque é pobre”.

assim chamadas políticas de desenvolvimento apenas criavam novas formas de exploração e ‘dependência’. (Hirschman, 1982, p.15).

É possível argumentar que a construção destas críticas já vinha sendo feita mesmo antes de evidenciados os percalços do desenvolvimento. No entanto, a crise dos anos 1970 colaborou em grande medida para o seu fortalecimento.

Como visto no capítulo anterior, mesmo nos casos das economias que cresceram a taxas exorbitantes, como foi o caso brasileiro, esse crescimento ocorria às custas de uma piora na distribuição de renda. Em termos gerais, verificou-se que “a promoção do crescimento econômico ocasionava não raramente uma seqüência de eventos envolvendo sério retrocesso nas outras áreas”. (Hirschman, 1982, p.20). Furtado, falando especificamente sobre o caso brasileiro, afirma:

[...] o fato é que o país andava para frente e para trás simultaneamente. Víamos a economia brasileira avançando nas exportações e importações, na renda per capita. Mas, quando se olhava de perto, percebia-se que a renda se concentrara de tal forma que uma parcela crescente da população estava andando para trás”. (Furtado, 2004, p.62).

Hoje em dia, com certeza, não se aceita uma política concentradora de renda. (Furtado, 2004, p.63).

Diferentemente dos romances, neste caso o final da história pode ser adiantado justamente por ser velho conhecido. No cabo de guerra entre o marxismo e o neoliberalismo, a corda arrebenta para o lado mais fraco. A retomada da hegemonia neoliberal, com sua defesa do princípio do mercado e da retirada do Estado, terá influência decisiva sobre os novos estudos do desenvolvimento, objeto das próximas seções.

Hirschman, em consonância com o argumento aqui defendido, oferece uma pista dos novos caminhos trilhados pela Economia do Desenvolvimento:

Da mesma forma que o conceito do ‘típico país subdesenvolvido’ rompeu-se em diversas categorias de países, cada um com características próprias, assim a anteriormente básica orientação da Economia do Desenvolvimento (a renda per capita) dissolveu-se em uma variedade de objetivos parciais, cada qual requerendo consulta a diferentes especialistas. (Hirschman, 1982, p.22).

Como se pretende destacar mais adiante, a discussão sobre desenvolvimento local e territorial seria uma destas “especialidades”, e sua projeção é em grande medida fruto destes impasses das velhas teorias do desenvolvimento.

3.2. A NOVA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

No bojo das discutidas transformações do capitalismo – ideológicas e da esfera mais concreta do desenvolvimento capitalista –, o desfalecimento do ideário desenvolvimentista se reflete não só no surgimento de inúmeras revisões por parte dos autores desenvolvimentistas, como também na incorporação de novas temáticas ao debate. É como se o desenvolvimento passasse a ser discutido em múltiplas dimensões, em comparação ao caráter unidimensional da fase originária.

Conforme se tentou ressaltar anteriormente, verifica-se neste período o ressurgimento da preocupação com desigualdade de renda e pobreza. Cresce a preocupação com os evidentes danos ambientais da produção industrial e com a face territorial da desigualdade. Estas seriam as novas temáticas incorporadas ao debate sobre desenvolvimento, que aparecem tanto no pensamento heterodoxo, quanto nas vertentes mais ortodoxas.

Os melhores exemplos da incorporação dessas temáticas no pensamento convencional são, indubitavelmente, as bases teóricas das proposições de políticas dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial⁶⁵ ou o FMI⁶⁶, e os chamados modelos de crescimento endógeno, que incorporaram nas suas funções de produção variáveis como capital humano, capital social e até mesmo capital natural.

No campo mais heterodoxo, no entanto, este mapeamento se torna ainda mais difícil. São inúmeras as perspectivas que trabalham com essas temáticas. O exemplo mais ilustrativo neste caso talvez seja a própria CEPAL, que passa a dar mais ênfase às questões da equidade e sustentabilidade (não por acaso, a publicação do documento *Transformação Produtiva com Equidade* irá marcar o pensamento da CEPAL dos anos 1990). Mesmo no caso de autores como Chang (2004) que, partindo de uma crítica às “boas políticas” prescritas pelo chamado

⁶⁵ A ênfase dada à questão da desigualdade de renda e pobreza por esta instituição aparece repetidamente no seu documento de maior repercussão: World Development Report. O WDR de 1990, intitulado *Poverty*, o de 2000/2001 (*Attacking Poverty*) e 2006 (*Equity and Development*) possuem claramente este viés. O foco na questão ambiental aparece um pouco mais recentemente. O WDR de 2003, intitulado *Sustainable Development in a Dynamic World*, pode ser citado como exemplo da incorporação da temática ambiental pela instituição.

⁶⁶ Nesse sentido, é significativo o fato de o FMI ter incorporado recentemente no rol de condicionalidades, impostas às nações “assistidas”, cláusulas “sociais”.

Consenso de Washington, resgatam a velha noção de desenvolvimento (associada à industrialização), é patente a incorporação de novos critérios para definir desenvolvimento.

Nesse sentido, apesar das teorias aqui indicadas apresentarem diferenças importantes que não permitem tratá-las como um corpo teórico homogêneo, pode-se dizer que todas elas compartilham um mesmo ideal de desenvolvimento: não mais aquele “desenvolvimento econômico” do período anterior, medido somente em termos da produção nacional (preferencialmente a produção *per capita*, incapaz de mostrar a existência de disparidades de renda)⁶⁷ e que tinha como meta diminuir as disparidades de renda entre as nações, mas um desenvolvimento que é “sustentável” em sentido amplo, ou seja, um desenvolvimento baseado em uma sustentabilidade “física” (ecológica), “econômica (de durabilidade ao longo do tempo) e “social” (inclusiva).

Chamou-se aqui de Nova Economia do Desenvolvimento este conjunto de dimensões, com as suas respectivas teorias, não só por acreditar que elas guardam relação entre si (compartilhando um mesmo ideal de desenvolvimento), mas também por crer que guardam relação com a Economia do Desenvolvimento do pós-guerra (pois, apesar da incorporação de novas temáticas, o foco da disciplina continua sendo o desenvolvimento).

Dessas dimensões, no entanto, dedica-se especial atenção ao desenvolvimento local e ao desenvolvimento territorial não só pela repercussão que tiveram nos anos 1990 e nos anos 2000, mas também pelo conteúdo ideológico carregado por estas perspectivas. Isso porque, se considerarmos que a natureza da Política do Desenvolvimento Econômico do período do pós-guerra se confundia com uma determinada forma do Estado capitalista, será possível admitir que um primeiro nível de transformação a ser determinado pela concepção neoliberal está relacionado ao tipo de intervenção apropriado a um mundo em que a regulação das decisões está dada predominantemente pelo mercado. Para tanto, era preciso mostrar que o desenvolvimento não exigia uma presença significativa do Estado, este pensado em nível

⁶⁷ A centralidade dessa unidade de medida é freqüentemente reiterada pelos teóricos do desenvolvimento. Como afirma Lewis (1984, p.77): “A economia do desenvolvimento lida com a estrutura e o comportamento das economias nas quais a produção *per capita* é inferior a 2 mil dólares (dólares dos Estados Unidos, de 1980)”.

nacional.⁶⁸ Todavia, isto se deu ao tempo em que houve uma revitalização do território, porém numa escala subnacional. Talvez, por isto mesmo, a apreensão do que seja desenvolvimento local e desenvolvimento territorial se faça a partir de elementos históricos comuns.

⁶⁸ Tomando como referência o caso brasileiro, fica bastante claro que o Estado que se discutia no âmbito da teoria do desenvolvimento era aquele que se identificava ao âmbito da União, isto é, à esfera Federal. As demais esferas – estadual e municipal – certamente cumprem funções complementares, mas têm uma lógica mais fortemente ligada aos “serviços públicos” e menos à coordenação\liderança do desenvolvimento capitalista. A apreensão do papel do Estado neste caso é feita de uma forma invertida, pois a ênfase passa a ser feita na localidade, como se pretende discutir melhor na próxima seção.

3.3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA NOVA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

Antes de iniciar precisamente com a análise do papel desempenhado pelo aporte do desenvolvimento territorial nos debates sobre desenvolvimento econômico, vale lembrar que a preocupação com a dimensão espacial do desenvolvimento econômico não data de tempos recentes. É possível encontrar algumas referências, ainda que esparsas, entre os autores clássicos e em Marx.

É apenas no período posterior à Segunda Guerra Mundial, no entanto, que se assiste ao crescimento do interesse pelas questões urbanas e regionais com a publicação de inúmeros de trabalhos sobre o tema. É durante a *Era de Ouro* que esta temática adquire crescente relevo não só no plano mais concreto das políticas econômicas, mas também no plano teórico. Tem origem aí a disciplina Economia Regional e Urbana, ramo da ciência econômica tradicionalmente ligado às questões espaciais; a partir deste momento esta área da economia se afirma como tal, com o surgimento de livros-texto e a criação de disciplinas regulares nos currículos universitários.

A despeito das inúmeras formulações e dos avanços teóricos, a questão regional ficou relegada ao segundo plano. Como, “nos anos 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano recebeu influência direta de todas as correntes principais das chamadas teorias do desenvolvimento econômico [...], ocorre uma transposição muitas vezes direta do debate internacional e nacional para a escala regional”. (Brandão, 2003, p.33). Sobre o âmbito mais concreto da política econômica, destaca-se que “a preocupação com a política regional ficou muito atrás de outros aspectos da intervenção governamental mesmo depois que muitos economistas perdessem sua fé radical na economia de mercado”. (Richardson, 1975, p.17).

Neste período de auge da Economia do Desenvolvimento, a ênfase recaía sobre o âmbito Nacional; pensava-se muito mais em como dissipar as desigualdades nessa esfera. Além disso, note-se que em todos os casos a política regional foi pensada “de cima para baixo”, ou seja, como um processo que emana do Estado. Com a crise do desenvolvimentismo e ascensão do neoliberalismo, observa-se o declínio desse tipo de política, e conseqüentemente

o declínio da “região” como lócus de atuação política.⁶⁹ Nos termos de Vainer (2002), é neste período que os estudiosos do tema começam a questionar qual a *escala de ação política* pertinente ou prioritária, seja para a análise econômica e social, seja para a ação política eficaz.

Ocorre, no entanto, um fenômeno, relativamente recente, de revalorização do espaço na economia. Como ressalta Vainer:

Não seria exagero dizer que o debate intelectual e político se vem realizando sob o signo de categorias que remetem às escalas espaciais: globalização, blocos regionais, desenvolvimento local, dissolução das fronteiras nacionais, identidades locais, entre outras, são expressões que freqüentam com igual intensidade tanto os trabalhos e encontros acadêmicos quanto os meios de comunicação de massa e o debate político. (Vainer, 2002, p.14).

No que se refere aos estudos sobre as desigualdades espaciais e sobre os meios de promover o desenvolvimento destes espaços, destaca-se o surgimento do território e do desenvolvimento territorial. Segundo Shneider (2004, p.102), “é neste contexto que ganha relevo o território, agora como uma noção com estatuto operacional que permite a superação dos condicionantes e limites do aporte regional”. Conforme será destacado mais adiante, também neste mesmo período, assiste-se ao surgimento do local – e, conseqüentemente, do desenvolvimento local. No entanto, apesar de estarem ligados a correntes teóricas não muito distintas, estas noções não só apresentarão conteúdos diferentes, como também irão se desdobrar em práticas políticas diferentes.

3.3.1. A revalorização do espaço na economia

O que caracteriza este novo período de produção no campo da economia regional e urbana é a ênfase posta no *caráter endógeno do desenvolvimento*, permitindo que se caracterize o conjunto das novas teorias que utilizam este enfoque como *paradigma do desenvolvimento territorial endógeno*. (Barquero, 2001).

⁶⁹ “O desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional, inicia-se com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrosocial do Estado, que ocorre a partir de meados da década de 1970 e se agudiza na década seguinte, especialmente com a influência crescente do ideário neoliberal sobre as perspectivas keynesianas que vigoravam desde o final da Segunda Guerra Mundial”. (Shneider, 2004, p.100).

Segundo Barquero, defensor da adoção desta perspectiva, a base deste novo paradigma emerge da confluência de duas vertentes do pensamento econômico. De um lado estão alguns herdeiros da perspectiva neoclássica (Robert Lucas, Paul Krugman, etc.) que buscaram uma maneira de incorporar a noção de espaço ao desenvolvimento econômico e explicar o papel das externalidades (inovação tecnológica, papel das instituições, educação, etc.) na evolução ou atraso das regiões. De outro, encontram-se os trabalhos de cientistas sociais italianos, sobretudo economistas, preocupados em compreender as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália. (Shneider, 2004, p.103).

Os novos modelos de crescimento endógeno, herdeiros diretos das teorias neoclássicas de crescimento, buscam mostrar como, ao contrário da tendência à convergência das rendas regionais defendida pelos modelos anteriores, se processa o aumento das divergências.⁷⁰ Esta que ficou conhecida como *Nova Teoria do Crescimento Endógeno* foi inaugurada pelos novos clássicos Robert Lucas e Paul Romer que, por volta de 1985, rompem com a teoria tradicional do crescimento – na qual o modelo de R. Solow é o mais representativo.

Segundo Amaral Filho (1996, p.40-41), o ponto central da ruptura entre a velha teoria e a nova teoria está no relaxamento do axioma de rendimentos constantes – base importante dos modelos de crescimento filiados à teoria do equilíbrio geral walrasiano – em benefício dos rendimentos crescentes. Como destaca De Mattos:

Aún cuando esta nueva vertiente todavía no constituye un todo enteramente coherente, se puede afirmar que ella se mueve en torno a un eje central, cuya explicación indica que la tasa de crecimiento depende básicamente del stock de tres factores: capital físico, capital humano y conocimientos (o progreso técnico), que pueden ser objeto de acumulación y, además, generan externalidades. Al asumir la posibilidad de existencia de externalidades positivas, estos nuevos modelos sustituyen los supuestos neoclásicos sobre rendimientos constantes a escala y competencia perfecta, por los de rendimientos crecientes y competencia imperfecta, con lo que sus conclusiones descartan la predicción de la convergencia. (De Mattos, 1998, p.23).

É sabido, no entanto, que a hipótese de rendimentos crescentes esteve presente em diversos autores representativos da teoria econômica, como, por exemplo, Marshall e Schumpeter. Nesse sentido, não seria esta a grande inovação da teoria do crescimento

⁷⁰ Para mais sobre este item ver Bueno (1998), Figueiredo (2004), Vergara (1991).

endógeno. Segundo Amaral Filho, o fenômeno que explica sua propagação está simplesmente no fato dos

[...] economistas neoclássicos, ou novos clássicos (dentre os quais o grande líder da nova macroeconomia e prêmio Nobel de economia, R. Lucas), terem reconhecido a existência e a superioridade do conceito de rendimentos crescentes, e que estes são provocados por outros fatores de produção, além dos tradicionais fatores de capital físico e força de trabalho. Antes considerados exógenos na determinação do crescimento, agora são aceitos pela ortodoxia como fatores endógenos o capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento, a informação, etc. (Amaral Filho, 1996, p.43).

Vale notar que, segundo esta perspectiva, apesar de a teoria do desenvolvimento ter levantado aspectos importantes da dinâmica econômica que não devem ser abandonados, esta teria pecado pela falta de formalização. Dessa forma, “[...] o fato de esse mandamento [dos retornos crescentes] ter surgido no interior da própria ortodoxia, conjugado com o peso da teoria do crescimento na teoria econômica, foi importante para conferir uma legitimidade acadêmica decisiva a esse tipo de resultado”. (Amaral Filho, 1996, p.43).

Nem todos os herdeiros da perspectiva neoclássica, no entanto, estiveram diretamente ligados aos modelos de crescimento endógeno. A chamada corrente da *Nova Geografia Econômica*, que tem em Paul Krugman seu maior expoente, desenvolveu um arcabouço que, embora compatível com o primeiro, centrou-se na análise do comércio internacional. A referência teórica básica desta corrente é o modelo centro-periferia – entendido como uma extensão dos modelos de concorrência imperfeita aplicados ao comércio internacional e depois aplicados à economia regional. Estas novas teorias do comércio internacional são compostas pela seqüência de discussão de David Ricardo.

A Nova Geografia Econômica contribuiu significativamente para a constituição do paradigma do desenvolvimento endógeno, principalmente por promover o renascimento do debate sobre crescimento econômico regional no seio do *mainstream* através da formalização de idéias oriundas tanto da teoria da localização quanto das teorias de crescimento/desenvolvimento regional do pós-guerra. Como destaca Amaral Filho:

Considerando, de um lado, a força das idéias de Myrdal e Hirschman e, de outro, a fragilidade formal das mesmas, causada pela falta de uma modelização, autores do porte de [...] Krugman empenharam-se no sentido de refazer a teoria da localização e devolver à Economia Regional seu devido lugar no *mainstream* da Ciência Econômica, porém sem menosprezar a importância dos “custos de transporte” tão

caros aos representantes da “escola alemã”. Para isso incorporaram as idéias marshallianas de “economias externas”. (Amaral Filho, 2006, p.3).

A segunda vertente do paradigma do desenvolvimento territorial endógeno, conforme destacado anteriormente, possui um caráter mais empírico, e surge a partir dos trabalhos de cientistas sociais italianos (Becattini, Bagnasco, Garofoli, etc.), sobretudo economistas, preocupados em compreender as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália. Conforme destaca Benko (2002, p.57):

Entre a industrialização clássica do triângulo Milão-Turim-Gênova e o subdesenvolvimento desesperadoramente persistente do Sul, emergiam cidades, vales que, graças às próprias forças, se engajavam vitoriosamente no mercado mundial por meio de uma indústria específica. Quando os primeiros estudos insistiam principalmente nas características sociais dessa região de desenvolvimento endógeno (a “construção social do mercado”), G. Becattini (1979) lembrava que o tipo de organização industrial dessas regiões, misto de concorrência-emulação-cooperação no seio de um sistema de pequenas e médias empresas, recordava o antigo conceito: o “distrito industrial” segundo Alfred Marshall. (Benko, 2002, p.57).

Na década de 80, os estudos sobre a industrialização difusa na Itália ganharam excepcional projeção internacional, levando à retomada da idéia de *distritos industriais*, de A. Marshall. (Shneider, 2004, p.104). E desse resgate surge uma extensa literatura sobre a gestação e desenvolvimento de *clusters*, industrialização flexível, novos distritos industriais, regiões de aprendizagem (*learning regions*) e entornos competitivos (*milieu*). Há ainda a contribuição da Nova Economia Institucional introduzindo a idéia de *governança*. (Berdegué e Schejtman, 2003, p.18).

Em termos gerais, pode-se dizer que esta corrente foi a que maior influência exerceu sobre as reflexões de *desenvolvimento econômico local*. Conforme destaca Veiga (2002, p.5), “os estudos sobre os distritos industriais [...] acabaram dando respaldo científico à idéia do desenvolvimento local, isto é, de que as iniciativas locais podem ser cruciais para o desenvolvimento, pois se tornam importante fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores”.

Há, no entanto, dentro desta vertente dos estudos sobre a Terceira Itália, dois autores que se destacam. Piore e Sabel, em um trabalho publicado no ano de 1984, indicaram que o processo italiano sinalizava a emergência de um novo modelo de organização dos processos produtivos industriais, denominado especialização flexível, que representaria um avanço em relação ao fordismo. (Shneider, 2004, p.103). Segundo Benko:

O golpe de gênio de Michael Piore & Charles Sabel (1984) foi interpretar o sucesso dos distritos industriais como um caso particular dentro de uma tendência bem mais geral. Referindo-se (sem dúvida abusivamente) à abordagem da regulação, eles adiantaram que à produção de massa fordista, rigidamente estruturada, iria suceder um regime fundado na especialização flexível cuja forma espacial seria o distrito, como o circuito de ramos era uma forma espacial de desdobramento do fordismo. (Benko, 2002, p.58).

A junção desta corrente com a da nova sociologia econômica – de onde se deriva o famoso conceito de capital social – dará origem às formulações sobre desenvolvimento territorial, como será visto mais adiante.⁷¹ Por hora, é importante levantar algumas características fundamentais da perspectiva do desenvolvimento local.

3.3.1.1. Desenvolvimento Local

Conforme se tentou indicar anteriormente, uma das questões que a revitalização do território na ciência econômica traz à tona é a das *escalas de ação política*. Qual a escala pertinente ou prioritária, seja para a análise econômica e social, seja para a ação política eficaz, passa a ser uma questão relevante. Atualmente este debate, ao contrário do período anterior (quando a ênfase era posta no regional e no nacional), tem se estruturado sobre as oposições entre o local e o global. O que se verifica, então, é domínio tanto das escalas local quanto global, com pouca participação dos que enfatizam a escala nacional. (Vainer, 2002, p.14).

De acordo com esta perspectiva, o local adquiriu uma importância estratégica. Os governos locais, mais do que qualquer outro nível de governo ou escala, estariam em condições de atrair empresas e promover sua competitividade. Ou seja, os governos locais gozam de “[...] muita *flexibilidade, adaptabilidade* e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos”. Além disso, eles oferecem *base histórico-cultural* para a integração dos indivíduos. Ou seja, os governos locais gozam de uma “maior capacidade de representação e legitimidade com relação a seus representados; são agentes institucionais de integração social e cultural de comunidades territoriais”. (Borja e Castells apud Vainer, 2002, p.17).

⁷¹ Vale notar que a vertente do desenvolvimento local também se apropria, em certa medida, do conceito de “capital social”. Ver Martins (2002).

E se por um lado os governos locais adquiriram importância estratégica, por outro, de acordo com esta perspectiva, os Estados Nacionais se tornaram duplamente frágeis: são ao mesmo tempo “*demasiadamente pequenos* para controlar e dirigir os fluxos globais de poder, riqueza e tecnologia, e *demasiadamente grandes* para representar a pluralidade de interesses sociais e identidades culturais da sociedade, perdendo legitimidade tanto como instituições representativas quanto como organizações eficientes”. (Idem, ibidem, grifos nossos).

Vale notar que uma perspectiva como essa, chamada aqui de localista, pode ser encontrada em diversos autores e correntes, não sendo possível oferecer um mapeamento preciso de sua extensão. No entanto, mesmo não constituindo um corpo teórico homogêneo, é possível afirmar que “[...] a rejeição da escala nacional e do Estado nacional como campo e ator predominantes da ação política” está presente em todos os adeptos dessa perspectiva. (Vainer, 2002, p.20). O lema é “engajar as cidades e os lugares na competição global”. (Ibid, p.16). E esta noção, hoje hegemônica, é defendida e difundida sistematicamente pelos organismos multilaterais e agências globais.

Assim como defendido pela ideologia neoliberal, grande parte das teorias que utilizam o enfoque no desenvolvimento local apreende a globalização como algo inexorável e irreversível, que tendencialmente romperia os limites do controle dos Estados nacionais, estruturalmente fragilizados. Assim como os teóricos da globalização (*globalistas*), muitos teóricos do desenvolvimento local (*localistas*) consideram que, com o processo de globalização, o Estado perdeu força e deixou, portanto, de ser uma esfera de poder relevante. É nesse sentido que, para estas abordagens, que adquirem crescente relevo nos anos 1990 (normalmente conhecidas por adotarem a dualidade global/local), a política de desenvolvimento não pode ser mais produto tipicamente de uma ação pública de Estado, mas resultado da convergência de ações de múltiplos atores, atuando nos âmbitos privado ou supranacional.

Como indicado no capítulo anterior, no entanto, existe uma série de divergências nas interpretações sobre a natureza e sentido do *processo de globalização*. Em primeiro lugar, enquanto, de acordo com a perspectiva *globalista*, assiste-se à progressiva unificação do espaço global, causa e consequência do desmantelamento dos estados nacionais, para outros “a globalização não é uma homogeneização, mas, ao contrário, é a extensão de um pequeno

grupo de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais”. (Bourdieu, 1998, p.54).

Além disso, no que se refere à necessidade histórica do processo um outro dissenso aparece. Destacam-se como mais numerosos os que acreditam na inevitabilidade e irreversibilidade da globalização, visto que suas causas também seriam inevitáveis e irreversíveis. Em contraponto a esta perspectiva estão os que defendem que “a ‘globalização’ não é uma nova fase do capitalismo, mas uma retórica ‘invocada’ pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados financeiros”. (Bourdieu e Wacquant, 2000).

Os globalistas e localistas estariam então no primeiro grupo: dos que acreditam na *unificação do espaço global* e na *necessidade histórica* desse processo. E apesar da infinidade de posturas analíticas e projetos políticos reconhecíveis no campo dos globalistas, um ponto de convergência é, assim como no caso do localismo, o reconhecimento, conformado ou entusiasta, de que o Estado nacional é cada vez mais impotente para fazer frente aos desafios colocados pelas realidades políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. (Vainer, 2002, p.16).

3.3.1.2. Desenvolvimento Territorial

As formulações sobre desenvolvimento territorial, diferentemente do desenvolvimento local, derivam da junção entre a corrente da especialização flexível, lançada por Piore e Sabel, e a nova sociologia econômica, responsável por introduzir o conceito de capital social na análise econômica.

Para melhor compreender a origem desse conceito, recorre-se à idéia de *capital humano*, cunhado na década de 1960 pelos economistas neoclássicos Theodor Schultz e Gary Becker. Neste mesmo período

[...] al capital físico (tierra y capital) y al capital humano, los sociólogos y politólogos – y algunos economistas – que trabajaban en el campo de la nueva sociología económica – y que intentaban situarse en una posición intermedia combinando enfoques macro y micro sociológicos para explicar el comportamiento económico de los individuos – añadieron más tarde otro tipo de capital, al que llamaron ‘capital social’. (Estrada, 1999, p.8).

Segundo Portes (2000, p.134), a “[...] primeira análise sistemática contemporânea do capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como ‘o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo’”. Uma segunda fonte contemporânea é o trabalho do economista Glen Loury, que chegou ao conceito através de uma crítica às teorias neoclássicas do capital humano, argumentando que “[...] as teorias econômicas ortodoxas eram demasiado individualistas, ao centrarem-se exclusivamente no capital humano individual e na concepção de um campo nivelado para a competição assente nessas competências”. (Ibid, p.135-136). Foi, contudo, a análise de Loury que abriu caminho “[...] para uma análise mais refinada do mesmo processo, levada a cabo por Coleman, nomeadamente no que respeita ao papel do capital social na criação de capital humano”. (Ibid, p.136).⁷² Mas foi com o trabalho seminal de Putnam, em 1993, que o conceito de capital social foi incorporado ao debate sobre desenvolvimento territorial.

Como dito anteriormente, a motivação para estes novos estudos (principalmente os ligados ao caso italiano) foi o desenvolvimento desigual em regiões que, teoricamente, teriam as mesmas potencialidades. Mesmo no caso em que programas de ajuda ao desenvolvimento atuaram efetivamente nestas localidades, nem todas apresentam resultados semelhantes.

Os resultados encontrados pelos primeiros trabalhos sobre desenvolvimento que utilizaram este enfoque mostravam que as comunidades possuidoras de um elevado nível de capital social foram precisamente as que funcionaram melhor, que melhor responderam aos estímulos advindos das políticas econômicas.

Estes trabalhos causaram grande impacto nos meios políticos, e mais concretamente nas instituições internacionais promotoras do desenvolvimento, ao comprovar que suas

⁷² É interessante notar que não apenas Coleman enxergou esta relação entre capital humano e capital social. Como destaca Fukuyama (2003, p.22): “En el ámbito de la organización, la creación de capital social no es tan diferente de la creación de capital humano: esto se consigue mediante la educación, y por lo tanto, exige inversiones en capacitación y una infraestructura institucional donde pueda impartirse. A diferencia del capital humano convencional, que entraña la transmisión de ciertas aptitudes y conocimientos específicos, el capital social exige inculcar normas y valores compartidos, y esto suele conseguirse mediante el hábito, la experiencia compartida y el ejemplo de liderazgo. Cabe recordar que la educación convencional suele producir capital social como un subproducto – por ejemplo, cuando se imparten a ingenieros o contadores normas profesionales compartidas –, pero las organizaciones pueden tratar de producir capital social como producto primario”

conclusões podiam ser de utilidade para orientar as ações públicas. Com efeito, se o capital social é um fator importante para o êxito dos programas de desenvolvimento, seria conveniente por parte dos organismos internacionais promovê-lo e incrementá-lo naquelas comunidades onde se pretende aplicar estes programas. (Estrada, 1999, p.9).

Visto que este é ainda um conceito novo, não demorou muito até que os primeiros problemas relacionados tanto à sua utilização, quanto à sua teorização, comessem a aparecer. Em primeiro, por muitas vezes os autores utilizam esta noção simplesmente enfatizando aquelas dimensões que são mais úteis para seus propósitos investigativos. Além disso, e talvez por isso, encontram-se agora múltiplos conceitos de capital social na comunidade científica, com inúmeros significados dependendo da dimensão a ser enfatizada. Como destaca Veiga:

Muitas vezes, o capital social é entendido como um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que alavancam a cooperação. Outras vezes, essa expressão “capital social” é expressamente evitada e substituída por longas considerações sobre misteriosos processos formadores de atitudes culturais que afetam não somente a disposição a cooperar com outras, mas, sobretudo, as estruturas institucionais que influenciam o empreendedorismo. (Veiga, 2002, p.11).

Quando apropriado pela perspectiva do desenvolvimento local, o conceito de capital social é utilizado muitas vezes como uma forma de justificar a ausência do Estado como agente promotor do desenvolvimento e na defesa do “desenvolvimento desde baixo”; ou seja, “posto o perfil virtuoso desse ‘tecido socioproductivo’ localizado, tudo passaria a depender da força comunitária da cooperação, da ‘eficiência coletiva’ e das vontades e dos fatores endógenos ao entorno territorial que tenham construído uma atmosfera sinérgica”. (Brandão, 2003, p.17).

Restaria ao Estado, então, “prover externalidades positivas, desobstruir entraves microeconômicos e institucionais, regular e, sobretudo, desregular a fim de garantir o marco jurídico e o sistema normativo, atuando sobre as falhas de mercado”. (Brandão, 2003, p.17). Assim como na chamada teoria do desenvolvimento endógeno, “[...] o aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir

dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado”.⁷³ (Amaral Filho, 1996, p.37-38).

No caso do desenvolvimento territorial, ao contrário, ainda se considera o Estado parte importante do processo. Como destaca Shneider:

[...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (Shneider, 2004, p.102).

Estes não são, no entanto, os que reivindicam, no debate sobre as escalas de ação política, a centralidade da escala nacional (chamados *neonacionalistas*). De acordo com a perspectiva neonacionalista “[...] ao escamotear a escala nacional, globalistas e localistas de todos os tipos estariam fazendo o jogo da própria globalização, cujo ponto de ataque central, não por acaso, é o Estado nacional, única escala e instituição escalar em condições de viabilizar, suscitar, a construção de alternativas viáveis ao capitalismo simultaneamente globalitário e fragmentador”. (Vainer, 2002, p.21).

Fugindo um pouco a estas perspectivas, conhecidas por adotarem uma postura *uniescalar*, a corrente do desenvolvimento territorial defende a combinação das múltiplas escalas – conformando o que se convencionou chamar de *estratégia transescalar*. Isso porque, ao mesmo tempo em que pode ser interessante uma atuação mais forte dos governos na promoção do desenvolvimento de suas localidades, qualquer projeto econômico restrito apenas ao âmbito local está fadado ao fracasso.

Neste sentido, advogam estes autores a necessidade tanto de uma *abordagem* quanto de uma *estratégia* transescalar; ou seja, o tratamento transescalar é necessário tanto em termos analíticos (escalas de análise), quanto para a construção de estratégias e projetos políticos.

⁷³ Brandão (2003, p.8-9), ao tratar o papel do Estado na perspectiva da nova teoria do desenvolvimento endógeno ressalta: “[...] é bom lembrar que os pesquisadores dessa ‘nova teoria’ admitem a intervenção do Estado para contrabalançar as posições de ‘equilíbrio subótimo’, resultantes das ‘falhas de mercado’, mas, sobretudo, para engendrar um ambiente favorável, estimulante dos investimentos privados, como, por exemplo, via maiores gastos em educação ou esforços de aperfeiçoamento regulatório, ou qualquer despesa pública que seja ‘produtiva’, no sentido de desobstruidora e restauradora de condições adequadas à maior produtividade dos fatores, aperfeiçoando o ambiente institucional e possibilitando a diminuição dos ‘custos de transação’ na operação do sistema econômico”.

Como destaca Vainer (2002, p.25), “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”.

O grande exemplo de desenvolvimento territorial nos dias atuais é oferecido pela União Européia. A idéia é unir o que se convencionou chamar de “desenvolvimento de baixo para cima” e “desenvolvimento de cima para baixo”. Nesse sentido, no caso da União Européia, foram mantidos os termos ordenamento e desenvolvimento territorial: “[...] ordenamento seria algo ‘consentido, outorgado e redistributivo’, enquanto o desenvolvimento seria ‘desejado, partilhado e produtor de riquezas’. [...] se pretende cruzar, num mesmo espaço, uma política ‘descendente (ordenamento) com uma política ascendente (desenvolvimento)’”. (Veiga, 2002, p.13).

3.3.1.3. Desenvolvimento Territorial Rural

À medida que a noção de desenvolvimento territorial foi se fortalecendo, as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também sofreram transformações. Surge a noção de *Desenvolvimento Territorial Rural*, como uma tentativa de superar o enfoque setorial das atividades econômicas e suplantar a velha dicotomia *rural-urbano* (ou *campo-cidade*). (Shneider, 2004, p.104-105).

Vale lembrar que uma das explicações comumente dadas para o fenômeno das disparidades e do crescimento regional estava associada à divisão da economia em setores. De acordo com essa perspectiva, as regiões rurais seriam agrárias, e, portanto, dinamizadas pelo setor primário, enquanto as regiões urbanas seriam predominantemente industriais. Se, aceitando o argumento da época, desenvolvimento for considerado sinônimo de industrialização, a única possibilidade de desenvolver o meio rural seria torná-lo urbano.

É justamente a este ponto da argumentação que se dirigem as críticas dos autores que mais adiante vão defender uma perspectiva territorial para o desenvolvimento rural.⁷⁴ Segundo estes últimos, a identificação do que é rural e urbano não pode ser setorial. Conseqüentemente,

⁷⁴ Ver Schejtman e Berdegúe (2003), Veiga (2002), Abramovay (2000, 2001, 2002).

o grau de desenvolvimento que as diferentes regiões apresentam não está relacionado à diferença nas estruturas setoriais. De acordo com Veiga:

[...] as áreas rurais dos países avançados que permanecem subdesenvolvidas são aquelas que não lograram explorar qualquer vocação que as conecte às dinâmicas econômicas de outros espaços – sejam eles urbanos ou rurais – e não aquelas que teriam sido incapazes ou impossibilitadas de se urbanizar. E como as novas fontes de crescimento econômico das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades do patrimônio natural e cultural, intensifica-se o contraste entre campo e cidade. (Veiga, 2002, p.7).

Nesse sentido, o interesse crescente pelo enfoque territorial para o desenvolvimento rural teria duas causas básicas. A primeira delas consiste no reconhecimento de que as sociedades rurais possuem novas expressões e tendências. A segunda advém da constatação de que os enfoques convencionais de desenvolvimento e diminuição da pobreza rural não alcançaram os resultados esperados. (Schejtman e Berdegú, 2003, p.13).⁷⁵

As principais mudanças no cenário rural, de acordo com essa perspectiva seriam: a crescente inserção das economias rurais no processo de globalização; a diluição das fronteiras entre os mercados locais, regionais, nacionais e globais de alimentos. Em consequência deste último, passa a ser uma condição indispensável à viabilidade das economias rurais a capacidade de competir globalmente, aumentando a exigência de sustentabilidade ambiental das atividades rurais. Além disso, elimina-se a identidade entre o setor agropecuário e o rural; a globalização e o processo de privatização desnudam as imperfeições dos mercados; e, por fim, o processo de descentralização tende a ser antes a norma do que a exceção.

Nesse sentido, os enfoques tradicionais de desenvolvimento rural pecariam, primeiro, por ignorar em suas análises a heterogeneidade que caracteriza as sociedades rurais, desconhecendo o caráter multidimensional da pobreza rural. Este problema se reflete na centralidade atribuída à atividade agrícola. Uma outra falha importante destes enfoques seria o fato de não se preocuparem em corrigir as falhas ou ausências de mercado, freqüentes no mundo rural, não articulando as políticas e ações específicas de desenvolvimento rural àquelas de caráter ‘macro’. Por fim, nas palavras dos autores, estas perspectivas

Tienen serias dificultades para asumir el hecho de que crecientemente son el mercado y los agentes de mercado quienes tienen el peso decisivo en la determinación de las

⁷⁵ Essa mesma argumentação pode ser vista também em Janvry e Sadoulet (2004).

tendencias, oportunidades y restricciones que enfrentan los pobres rurales. Por ello, reducen innecesariamente su ámbito de competencia a lo que está directamente al alcance del sector público y de sus agentes. (Schejtman e Berdegú, 2003, p.17).

Assim, um enfoque territorial do desenvolvimento rural deveria, em primeiro, terminar com a identidade entre rural e agropecuário. Além disso, Schejtman e Berdegú sugerem que o desenvolvimento territorial rural requereria uma nova arquitetura institucional em que o Estado e a sociedade civil passassem a atuar de forma combinada e complementar em múltiplos sentidos. (Shneider, 2004, p.106).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mostrado ao longo do primeiro capítulo, emerge no pós-guerra uma disciplina no interior da ciência econômica conhecida como Economia do Desenvolvimento. E, apesar do grande número e da diversidade de teorias que compõem a disciplina, foi possível identificar algumas características comuns a todas elas. Primeiramente, é patente a existência de uma mesma visão de mundo compartilhada por toda a Economia do Desenvolvimento, a visão hegemônica oferecida pelo modelo fordista. Assim, de uma forma geral é possível reconhecer em todos os teóricos do desenvolvimento a utilização das receitas do desenvolvimento das nações capitalistas pioneiras para propor saídas aos países subdesenvolvidos. Além disso, e mais importante, é possível perceber que todos os autores têm como referência central para a promoção do desenvolvimento o Estado nacional.

No entanto, se por um lado o Desenvolvimento Econômico emergiu como uma temática de extremo sucesso no campo da economia, por outro, em um período relativamente curto de tempo, assiste-se ao seu declínio. No bojo da crise dos anos 1970, ascensão da ideologia neoliberal e transformações na estrutura produtiva, a Economia do Desenvolvimento depara com uma série de dilemas teóricos e práticos.

Como resultado desse processo, o tema do desenvolvimento se tornou certamente mais amplo no conjunto das suas questões do que havia sido nos anos 1950, principalmente devido à incorporação de novas temáticas. Ao substantivo “desenvolvimento” são apensados inúmeros adjetivos, conferindo ao termo uma suposta multiplicidade. Esta fragmentação interna à disciplina deu origem, no entanto, a uma série de subtemáticas e delimitações de escala que tornaram o campo do desenvolvimento mais complexo e difícil de ser compreendido na sua dimensão global.

Embora não tenha havido aqui a pretensão de cobrir o conjunto das teorias de desenvolvimento, aquelas indicadas são suficientes para configurar perspectivas que se situam no campo da disciplina Desenvolvimento Econômico, porém com qualificações, segmentações e posturas teóricas distintas daquelas originárias. Essas mudanças indicam o caminho do abandono do qualificativo econômico, em favor de uma disciplina mais complexa e

pretensamente abrangente que seria a do Desenvolvimento. Neste sentido, a Nova Economia do Desenvolvimento manteria pouco da perspectiva da sua origem, segmentando-se e ampliando-se por novas dimensões.

Acredita-se, no entanto, que esta segmentação/ampliação, apesar de seu caráter aparentemente positivo, traz problemas de outra grandeza para o entendimento do fenômeno. Em primeiro lugar, como até mesmo Cardoso (1995, p.150) reconhece, com este processo o desenvolvimento deixa de ter a força fundadora e unificadora que possuía nos anos 1960.

Indo um pouco além, é possível perceber que estas novas concepções deslocam do eixo das preocupações a disparidade de níveis de desenvolvimento econômico entre os países (base da desilusão de Hirschman). No atual contexto de mudança ideológica do papel do Estado, num mundo integrado pelo mercado internacional unificado e pelo espaço diplomático supranacional da ONU, o tema desenvolvimento parece perder identidade com o espaço nacional. O foco das preocupações, diferentemente do período anterior, não é mais diminuir as disparidades no desenvolvimento das nações.

Em síntese, o ponto a destacar é que a incorporação destas novas perspectivas no debate sobre desenvolvimento econômico, por vezes embaçam a existência de uma hierarquia global. A constituição do espaço supranacional e a importância crescente assumida pelos Organismos Multilaterais e suas “agendas globais” para o desenvolvimento não eliminam a velha polarização Norte-Sul, a estratificação global, a diferença sistêmica (dissimulada agora pela noção de uma integração dos espaços globais).

E, neste sentido, a perspectiva do desenvolvimento local/territorial é exemplar.

Um primeiro ponto digno de nota é que, em muitos casos, a idéia de local tem sido tomada com auto-explicativa. A definição do que é (ou o que deveria ser) o local raramente aparece. Assim, o local adquire uma série de significados e usos.⁷⁶ Contudo, essas dificuldades teórico-conceituais não parecem preocupar os “homens práticos”. A solução encontrada

⁷⁶ No artigo de Gonzáles (1998) isto pode ser visto claramente. Neste trabalho, o autor apresenta aproximadamente oito diferentes definições de desenvolvimento local.

parece simples (além de bastante pragmática): o local é o “espaço escolhido pelos planejadores para intervir”. (Vainer, 2002, p.19).

O mesmo vale para o impreciso conceito de território. Segundo Veiga (2002, p.12), “as vantagens das palavras ‘espaço’ e ‘território’ são evidentes: não se restringem ao fenômeno ‘local’, ‘regional’, ‘nacional’ ou mesmo ‘continental’, podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões”. E se, por um lado, “parece estar havendo, de fato, uma revalorização da dimensão espacial da economia; [...] tudo indica que tal evolução está longe de permitir que se considere a expressão ‘desenvolvimento territorial’ como um conceito propriamente dito”. (Veiga, 2002, p.5).

Segundo se entende aqui, se o território for considerado uma base geográfica do Estado, base sobre a qual o Estado exerce sua soberania, o território expressa uma condição de poder, de poder político de Estado. E neste sentido, a idéia de desenvolvimento local/territorial não poderia ser dissociada da noção de Estado. Muitos defensores do desenvolvimento territorial, principalmente os que se filiam ao desenvolvimento local, ao contrário, costumam ignorar o fato de haver uma hierarquia de poder no âmbito nacional.

Como se viu, há uma corrente defensora do desenvolvimento territorial que considera o Estado como uma esfera relevante. Mesmo nestes casos em que o desenvolvimento das regiões aparece como uma política de Estado, persiste o desprezo em relação à disparidade de níveis de desenvolvimento econômico entre os países.

Este debate pode se tornar ainda mais desalentador, ao se pensar que a nova ideologia vigente, o neoliberalismo, limita as possibilidades do Estado como ator do desenvolvimento – papel que passa a ser atribuído ao mercado, como fruto natural da dinâmica capitalista. Até que ponto não é esse discurso um mero recurso ideológico cujo fim é ocultar uma ordem internacional que necessita de países pobres e ricos – tanto quanto necessita de classes privilegiadas e despossuídas, aqueles que trabalham e os que se apropriam do trabalho de outros. Admitir essa outra possibilidade implica corrigir os termos em que se vem discutindo o desenvolvimento econômico, a começar pela própria conceituação do termo e pela correção das expectativas em relação a um desenvolvimento nos marcos do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (orgs). *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2002/Desenvolvimento_Rural.pdf>. Acesso em: 17/04/2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n.702). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0702.pdf>. Acesso em: 12/05/2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil*, 15/04/01, p. A 3.
- AMARAL FILHO, Jair do. *A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local*. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART_1.pdf>. Acesso em: 31/08/2006.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 14, dez, 1996.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. Washington: BIRD/Banco Mundial, 2003. 1CD-ROM.
- BARAN, P. A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BARQUERO, Antônio Vázquez. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. *XI Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las Ideas de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. extraordinário, out, 1998. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/SecretariaEjecutiva/7/LCG2037PE/bielchow.htm>>. Acesso em: 03/12/2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. A Nova Bíblia do Tio Sam. *Le Monde Diplomatique*, maio, 2000. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2001/marzo/int_023.htm>. Acesso em: 17/10/2006.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos*. 2003. 200 f. Tese (Livre-docência em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BUENO, Newton Paulo. A Nova Teoria Neoclássica do Crescimento e o Problema do Subdesenvolvimento Econômico Brasileiro. *Revista de Economia Política*, n.2 (70), v. 18, abr/jun, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. *IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, São Paulo, 2004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: CHAVIER, C. L. (org) *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia: Edufu, 2004a.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas. *Revista de Economia Política*, v.15, n.4, out/dez, 1995. pp. 148-155.

CHANG, Ha-Joo. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia. In: CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. pp. 216-219. Disponível em: <<http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/ideologia1.htm>>. Acesso em: 31/07/2006.

CHESNAIS, François. A Globalização e o Curso do Capitalismo do Fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.5, dez, 1995.

CORIAT, Benjamin. *El Taller y el Cronometro*: ensayos sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1992.

DE MATTOS, Carlos A. Evolución de las Teorías del Crecimiento Económico y Crisis de la Enseñanza Urbano-Regional. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XII, n.1, 1998.

DEANE, P. *A Evolução da Idéias Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DELFAUD, Pierre. *As Teorias Econômicas*: um guia de leitura. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DOS SANTOS, Theotônio. *A Teoria da Dependência*: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista*: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

ESTRADA, Eduardo Moyano. El Concepto de Capital Social y su Utilidad para el Análisis de las Dinámicas del Desarrollo. *Economia Ensaio*, v.13, n.2, v.14, n.1, jul/dez, 1999.

FIGUEIREDO, Lízia de. As Novas Teorias do Crecimento Econômico: contribuição para a política regional. *Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro*, FACE/CEDEPLAR-UFMG, Belo Horizonte, fev, 2004. Disponível em:

<[http://www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/Novas%20Teorias%20do%20Crecimento%20Regional\(2\).pdf](http://www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/Novas%20Teorias%20do%20Crecimento%20Regional(2).pdf)>. Acesso em: 17/04/2006.

FIORI, José Luís. De Volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações. In: FIORI, José Luíz (org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 2003. pp. 26-31.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social y Desarrollo: la agenda venidera. In: ATRIA, Raúl et al (org.). *Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe*: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile: Naciones Unidas, jan, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.

FURTADO, Celso. Sem ciência social, economia é pura álgebra. *Nossa História*, out., 2004. Entrevista, pp.58-63.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nacional, 1969.

GLYN, A. et al. "The Rise and Fall of the Golden Age". In: MARGLIN, S., SHOR, J. (eds). *The Golden Age of Capitalism*: reinterpreting the postwar experience. Oxford: Clarendon

Press, 1990. Disponível em: <http://lipietz.net/article.php3?id_article=632>. Acesso em: 27/12/2004.

GONZÁLES, Román Rodríguez. La Escala Local del Desarrollo: definición y aspectos teóricos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano 1, n.1, nov., 1998. Disponível em: <<http://www.unifacs.br/cedre/revista.htm>>. Acesso em: 16/05/2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, Albert. Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, v.25, n.1, 1982.

HOBBSBAWM, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octavio. O Estado-Nação na Época de Globalização. *Econômica*, v.1, n.1, jul, 1999.

JANVRY, Alain de; SADOULET, Elisabeth. Toward a Territorial Approach to Rural Development. *Fourth Regional Thematic Forum in Latin America and the Caribbean*, Costa Rica, out, 2004. Disponível em: <http://are.berkeley.edu/~sadoulet/papers/Szekely_territorial_RD.pdf>. Acesso em: 16/05/2006.

JONES, H. G. *Modernas Teorias do Crescimento Econômico: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1979.

KERSTENETZKY, J. *A Escola Neoclássica como Visão de Funcionamento da Atividade Econômica*, mimeo, 1996.

KUCZYNSKI, P. P; WILLIAMSON, J. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAL, Deepak. The Misconceptions of “Development Economics”. In: KANTH, Rajani (ed.). *Paradigms in Economic Development: classic perspectives, critiques, and reflections*. New York: M. E. Sharpe, 1994.

LEWIS, W. Arthur. A Situação da Teoria do Desenvolvimento. *Economic Impact*, 1985/1.

LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LIPIETZ, Alain. “Trama, Urdidura e Regulação: um instrumento para as ciências sociais”. *Sociedade & Estado*, Brasília, v.4, n.2, jul/dec, 1989. p.5-35.

LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIPIETZ, Alain. *O Capital e Seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, Alain. O mundo do pós-fordismo. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, 1997.

LUKÁCS, György. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.3, n.5, set., 2002.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.I., v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.I., v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.III, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MULS, Leonardo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Revolução Tecnológica e Acumulação de Capital: capitalismo sem trabalho? *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*, Anpec, 1997.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

NURKSE, Ragnar. *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, 2000.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (org). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RICHARDSON, Harry W. *Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRÍGUEZ, Otavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSTOW, W. W. *Etapas do Crescimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo Territorial Rural. *RIMISP*, Santiago/Chile, fev, 2003, pp. 54. Disponível em: <http://www.iadb.org/sds/doc/RUR_Cap2_desarrolloterritorialrural.pdf>. Acesso em: 12/05/2006.

SHNEIDER, Sérgio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun, 2004.

STIGLITZ, J. E. *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XV, n.2, ago/dez, 2001; ano XVI, n.1, jan/jun, 2002.

VEIGA, José Eli da. A Face Territorial do Desenvolvimento. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.3, n.5, set., 2002.

VERGARA, Rodrigo. Nuevos modelos de crecimiento: una revisión de la literatura y algunos elementos para una estrategia de desarrollo. *Estudios Públicos*, n. 43, 1991. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_2/doc_1367.html>. Acesso em: 17/04/2006.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. *Latin American Adjustment: how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.